

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS
INTERNACIONAIS**

MATEUS WEBBER MATOS

**A apropriação do legado de Simón Bolívar por Rafael Correa no
Equador (2007-2017): um bolivarianismo no século XXI?**

**Porto Alegre
2021**

MATEUS WEBBER MATOS

A apropriação do legado de Simón Bolívar por Rafael Correa no Equador (2007-2017): um bolivarianismo no século XXI?

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi

**Porto Alegre
2021**

CIP - Catalogação na Publicação

Matos, Mateus Webber

A apropriação do legado de Simón Bolívar por Rafael Correa no Equador (2007-2017): um bolivarianismo no século XXI? / Mateus Webber Matos. -- 2021.

124 f.

Orientador: Eduardo Ernesto Filippi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, , Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Independências hispano-americanas. 2. Simón Bolívar. 3. Equador. 4. Bolivarianismo. 5. Rafael Correa. I. Filippi, Eduardo Ernesto, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MATEUS WEBBER MATOS

A apropriação do legado de Simón Bolívar por Rafael Correa no Equador (2007-2017): um bolivarianismo no século XXI?

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Aprovada em: 30 de setembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Ernesto Filippi – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Granato
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Segura Moraes
UFU

AGRADECIMENTOS

Nada mais justo do que começar este trabalho agradecendo àqueles(as) que o fizeram possível. Em especial, cinco foram os(as) que me deram seu apoio incondicional. Aos meus pais, Emílio e Fernanda, que tanto fizeram pela minha formação, o meu muito obrigado eterno. Agradeço imensamente à minha amada companheira, Jéssica, pela compreensão, paciência e respeito pelo meu trabalho. À minha tia, Izabella, agradeço por todos os conselhos, contribuições e por sempre acreditar em meu potencial.

O quinto agradecimento é direcionado ao meu orientador, professor Dr. Eduardo Ernesto Filippi, que, com muita tranquilidade e empatia, me guiou pelos caminhos do conhecimento. Seus conselhos vieram sempre nos momentos certos e sua dedicação à orientação foi digna dos mais altos elogios. Além de um exemplo de profissional, se mostrou um modelo de ser humano. Obrigado por tudo, professor.

Por fim, seria insensível de minha parte omitir um agradecimento aos demais professores e professoras, colegas, membros da secretaria do PPGEEI e demais funcionários(as) da UFRGS por seus esforços na luta por uma universidade pública mais integrativa, democrática e plural, sobretudo em momentos tormentosos e de incerteza como os que vivemos.

RESUMO

No começo do século XXI, o surgimento de líderes latino-americanos que reivindicavam o legado de Simón Bolívar teve adesão popular. Um deles foi Rafael Correa, ex-presidente do Equador (2007-2017) que fez dos ideais de Bolívar símbolos dos novos modelos de desenvolvimento do país. Dessa maneira, a pergunta que este trabalho pretende responder é: qual a extensão dos legados político e econômico de Simón Bolívar para o bolivarianismo de Rafael Correa no Equador? A hipótese é de que, ao adotar o bolivarianismo como referencial, Correa incorporou e implementou ideais, perfil e valores de Bolívar à frente da presidência do Equador. O objetivo geral é analisar o legado de Simón Bolívar nos governos de Rafael Correa nas esferas política e econômica do Equador. Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica buscou estudos sobre o tema em bases científicas conhecidas, que foram avaliados, selecionados e obedeceram à organização temática. Os idiomas foram: Inglês, Espanhol e Português. Os resultados deste estudo indicam que os ideais, o perfil e os valores de Correa e sua administração a frente da presidência do Equador não se assemelham àqueles de Simón Bolívar nas primeiras décadas do século XIX, colocando em dúvida a legitimidade de sua apropriação do legado de Bolívar e influenciando a atuação de seus sucessores na presidência.

Palavras-chave: Independências hispano-americanas. Simón Bolívar. Equador. Bolivarianismo. Rafael Correa.

ABSTRACT

At the beginning of the 21st century, the emergence of Latin American leaders who claimed the legacy of Simón Bolívar had popular support. One of them was Rafael Correa, former president of Ecuador (2007-2017) who made Bolívar's ideals symbols of the country's new development models. Thus, the question this paper aims to answer is: what is the extent of Simón Bolívar's political and economic legacies for Rafael Correa's bolivarianism in Ecuador? The hypothesis is that, by adopting bolivarianism as a referential, Correa has incorporated and implemented Bolívar's ideals, profile and values at the head of Ecuador's presidency. The general objective is to analyse the legacy of Simón Bolívar in Rafael Correa's governments in the political and economic spheres of Ecuador. This is a research with a qualitative approach. As to the procedures, it is characterized as documentary and bibliographical research. The bibliographical research sought studies on the theme in well-known scientific bases, which were evaluated, selected and obeyed the thematic organization. The languages were: English, Spanish and Portuguese. The results of this study indicate that the ideals, profile and values of Correa and his administration ahead of the presidency of Ecuador do not resemble those of Simón Bolívar in the first decades of the 19th century, calling into question the legitimacy of his appropriation of Bolívar's legacy and influencing the actions of his successors in the presidency.

Keywords: Hispan-american independences. Simón Bolívar. Ecuador. Bolivarianism. Rafael Correa.

RESUMEN

A principios del siglo XXI, la aparición de líderes latinoamericanos que reivindicaban el legado de Simón Bolívar contó con el apoyo popular. Uno de ellos fue Rafael Correa, ex presidente de Ecuador (2007-2017) que hizo de los ideales de Bolívar símbolos de los nuevos modelos de desarrollo del país. Así, la pregunta que este trabajo pretende responder es: ¿cuál es el alcance de los legados político y económico de Simón Bolívar para el bolivarianismo de Rafael Correa en Ecuador? La hipótesis es que, al adoptar el bolivarianismo como referente, Correa ha incorporado e implementado ideales, perfil y valores de Bolívar al frente de la presidencia de Ecuador. El objetivo general es analizar el legado de Simón Bolívar en los gobiernos de Rafael Correa en el ámbito político y económico de Ecuador. Se trata de una investigación con un enfoque cualitativo. En cuanto a los procedimientos, se caracteriza por ser una investigación documental y bibliográfica. La investigación bibliográfica buscó estudios sobre el tema en bases científicas conocidas, que fueron evaluados, seleccionados y obedecieron a la organización temática. Los idiomas eran: Inglés, Español y Portugués. Los resultados de este estudio indican que los ideales, perfil y valores de Correa y su gestión de la presidencia de Ecuador no se asemejan a los de Simón Bolívar en las primeras décadas del siglo XIX, poniendo en duda la legitimidad de su apropiación del legado de Bolívar e influyendo en las acciones de sus sucesores en la presidencia.

Palabras claves: Independencias hispanoamericanas. Simón Bolívar. Ecuador. Bolivarianismo. Rafael Correa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Guerras de independência na América do Sul: teatro norte	31
Figura 2 – Principais produtos de exportação por país em 1930.....	52
Figura 3 – Evolução da população no Equador	56
Figura 4 – Quadro sobre os projetos com investimento chinês no Equador entre 2008 e 2013 (em milhões de dólares)	77
Figura 5 – Mapa do Equador contemporâneo e algumas províncias mais importantes (Azuay, Esmeraldas, Guayas, Manabí e Pichincha)	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sequência de eventos que levaram à crise do final do século XX	61
Gráfico 2 – Indicadores sociais do Equador antes e durante o governo de Rafael Correa (2006-2012)	72
Gráfico 3 – Avaliação positiva da economia do Equador (em %)	73
Gráfico 4 – Comércio Sino-Equatoriano (anual e em milhões de dólares)	76
Gráfico 5 – Avaliação popular das gestões do presidente Rafael Correa (2008-2016)	94
Gráfico 6 – Porcentagem de equatorianos que respondeu positivamente à pergunta: “Se governa para o bem de todos?” (2017-2018)	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das exportações na cidade de Guayaquil (1775-1822)	37
Tabela 2 – Evolução do peso demográfico relativo dos grandes conjuntos regionais equatorianos, em porcentagem (1780-1909)	41
Tabela 3 – Índices da concentração de <i>commodities</i> para exportação em 1913	46
Tabela 4 – Taxa de crescimento médio anual do PIB per capita (1900-1980)	48
Tabela 5 – Grupos sociais e renda, em % da população (2007-2013)	66
Tabela 6 – Valores orçamentários executados para investimentos internos no Equador entre 2008 e 2017 (em bilhões de U\$) em comparação com o preço médio anual do barril de petróleo Brent no mercado internacional (em U\$)	91
Tabela 7 – Saldo da dívida pública em termos percentuais em relação ao PIB (2007-2017) ...	93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PÁTRIA E LIBERDADE: ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A IDEOLOGIA DE SIMÓN BOLÍVAR E AS INDEPENDÊNCIAS HISPANO-AMERICANAS NO SÉCULO XIX.....	17
2.1 OS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO COLONIAL ESPANHOL NA AMÉRICA DO SUL .	21
2.2 A ECLOSÃO DAS REVOLTAS.....	27
2.3 LEGADOS COLONIAIS E CENÁRIOS IMEDIATOS PÓS-INDEPENDÊNCIAS.....	33
3 BOLÍVAR VIVE? REVERBERAÇÕES REGIONAIS DO LEGADO DE BOLÍVAR NO SÉCULO XX.....	45
4 RESÍDUOS DOS ANOS 1990 E ASCENSÃO DE RAFAEL CORREA: RENÚNCIA AO NEOLIBERALISMO E RESGATE DO LEGADO DE SIMÓN BOLÍVAR.....	61
4.1 PRIMEIROS ANOS DE CORREA (2007-2012): A <i>REVOLUCIÓN CIUDADANA</i> E AS MUDANÇAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NO EQUADOR.....	64
4.1.1 Avanços e Retrocessos na <i>Revolución Ciudadana</i> de Rafael Correa	71
4.1.2 O “socialismo do século XXI” e o bolivarianismo no Equador.....	82
4.2 A SEGUNDA METADE DA DÉCADA CORREÍSTA (2013-2017): IMBRÓGLIO DIPLOMÁTICO, INSTABILIDADES POLÍTICO-ECONÔMICAS E UM SUCESSOR INSURGENTE	89
4.3 O GOVERNO DE LENÍN MORENO (2017-2021): PROTESTOS POPULARES, PANDEMIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021.....	97
4.4 O BOLIVARIANISMO E O EQUADOR: CAMINHOS ENTRELAÇADOS OU ASSOCIAÇÃO INADEQUADA?.....	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Os governos de Rafael Correa (2007-2017) são marcos na história política do Equador. Correa integrou um grupo de políticos latino-americanos que, ao longo dos anos 2000, procurou se distanciar do modelo neoliberal vigente em alguns países da região na década de 1990. Seu estilo de liderança tem sido apontado como carismático, centralizador e autoritário (DE LA TORRE, 2020). Essas características evocam o perfil de outra personagem intrinsecamente ligada às Américas do século XIX: Simón Bolívar (1783-1830). Nas primeiras décadas do século XIX, povos subjugados pelo império espanhol – sobretudo na América do Sul – enxergavam na resistência à opressão e na busca pela liberdade causas imperativas para o subcontinente. Neste contexto surgiu Simón Bolívar com seus ideais de liberdade, autonomia e supranacionalismo, emblemas das emancipações de vários desses territórios¹. Assim, a emergência e a consolidação de novas repúblicas resultaram em uma América do Sul fragmentada territorialmente.

Não só os ecos da época do escravismo persistiram nas sociedades latino-americanas – agora independentes – do século XX, como também boa parte das particularidades dessas sociedades. Nelas, uma pequena parcela privilegiada da população logrou manter o comando político das novas repúblicas (STEIN; STEIN, 1977), bem como o modelo agroexportador continuou sendo a estratégia de inserção da região no mercado internacional. Disso, depreende-se que as economias latino-americanas não alteraram seus graus de dependência no que diz respeito aos ciclos da economia mundial controlada pelas grandes potências, panorama que não difere muito do histórico recente dessas economias.

Uma dessas novas repúblicas foi a do Equador que, atingida pelas guerras de independência, conservou, durante todo o século XX, marcas daquele período. A delimitação de suas fronteiras, o foco na produção de *commodities* para exportação e a animosidade com países vizinhos representaram algumas dessas características que foram preservadas. Os últimos 50 anos daquele século também foram palco da ascensão do petróleo no comércio exterior equatoriano, regimes militares, crises política e econômica e manifestações populares que colaboraram para o *impeachment* do então presidente Abdalá Bucaram, em 1997 (DE LA TORRE, 2020).

¹ A tarefa de precisar com exatidão o ano de independência de alguns países sul-americanos é complexa e controversa, em razão de processos políticos e unificações e desmembramentos de territórios. De maneira sucinta, os períodos abaixo representam o intervalo entre a proclamação das independências e o estabelecimento das novas repúblicas: Bolívia (1809-1825), Colômbia (1810-1819), Equador (1809-1830), Peru (1821-1824) e Venezuela (1811-1830).

Os ideais e a atuação de Bolívar contribuíram, no final do século XX, para o surgimento de um fenômeno multifacetado, denominado bolivarianismo. Isto porque quando consideramos os recentes posicionamentos de presidentes sul-americanos, observamos que parecem remeter àqueles ideais. Isso ocorre porque o termo “bolivarianismo” começou a ser utilizado com a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela, em 1999 (DIETERICH, 2005). Daí em diante, diversas foram as figuras que buscaram retomar o projeto de Bolívar e defender a união regional de forma peculiar. Um desses governantes foi Rafael Correa, no Equador.

Ex-professor universitário, Correa foi eleito sob a sombra de golpes e renúncias que deram o tom político do país nos 15 anos anteriores. O projeto bolivariano, nesse ínterim, pareceu muito sedutor aos equatorianos, acostumados a desilusões políticas. Após ser eleito em 2006, Correa foi responsável por reformas sociopolíticas no país, ainda que contasse com oposição significativa. Conseguiu também pulverizar qualquer movimento coeso e forte o suficiente para abalar a segurança de sua posição, assim como fez com a estrutura política do Equador ao reduzir a autonomia e o ímpeto dos partidos políticos opositores.

No transcorrer dos dez anos em que ocupou o cargo de presidente, Correa buscou redirecionar os rumos do Equador para longe da turbulenta década de 1990 e da primeira metade da década de 2000 (LOPES, 2013). Isso significava trazer estabilidade política e econômica a um país que não via um chefe de Estado completar seu mandato desde 1996, além de dissensões sociais profundas. Após sua saída, em 2017, Correa tem sido alvo de investigações criminais e, ademais, viu seu antigo aliado e vice-presidente, Lenín Moreno, voltar-se contra seu legado e tomar caminhos políticos opostos aos seus.

Tendo em vista as presumidas inspirações de Correa em Bolívar e para seu projeto progressista no Equador, a pergunta central desse trabalho é: qual a extensão dos legados político e econômico de Simón Bolívar para o bolivarianismo de Rafael Correa no Equador? A hipótese é de que, ao adotar o bolivarianismo como referencial, Correa incorporou os ideais, o perfil e os valores de Bolívar à frente da presidência do Equador.

Dessa maneira, o objetivo geral desse trabalho é analisar o legado de Simón Bolívar nos governos de Rafael Correa em suas dimensões política e econômica do Equador. Esses são os aspectos escolhidos por proporcionarem mais elementos empíricos e indicadores das condições de vida dos equatorianos e que, por isso, têm maior capacidade de auxiliar na elucidação da pergunta central. Em seguida, os objetivos específicos são segmentados em: 1) Contextualizar o papel de Simón Bolívar nas independências hispano-americanas no século XIX; 2) Analisar a influência de Bolívar nos desenvolvimentos econômico e político de Bolívia, Cuba, Equador e Venezuela, em especial, no século XX; 3) Compreender os panoramas político e econômico

do Equador nos governos de Rafael Correa sob o prisma do bolivarianismo.

Trata-se de pesquisa com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica buscou estudos sobre o tema em bases científicas conhecidas (SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Scopus), que foram avaliados, selecionados e obedeceram à organização temática. As palavras-chave utilizadas foram: Independências hispano-americanas; Simón Bolívar; Equador; Bolivarianismo; Rafael Correa. O período compreende desde pouco antes das independências das colônias hispano-americanas até suas realidades contemporâneas. Os idiomas foram: inglês, espanhol e português.

Procedimentos de análise dos dados: em relação aos documentos, como procedimento, houve a organização das informações *a priori* (conforme método dedutivo), posterior análise e elaboração de sínteses. Essas informações, depois de organizadas, foram confrontadas com a literatura. No que diz respeito ao referencial teórico, este trabalho foi baseado em algumas obras de autores e autoras seminais das seguintes áreas: Sociologia (DE LA TORRE, 2020), Antropologia (RIBEIRO, 2017), História (STEIN e STEIN, 1977; DONGHI, 1980; MORA, 2008), Economia Política (ACOSTA, 2006) e Ciência Política (LOPES, 2013). Respeitadas as contribuições desses campos, nos apoiaremos, em maior medida, nos estudos da Economia Política Internacional.

Esta pesquisa está dividida em três capítulos, excluindo esta introdução e as considerações finais. O primeiro deles trata das relações entre o império espanhol e suas colônias americanas do final do século XVIII até a morte de Simón Bolívar em 1830. Nesse intervalo, as independências hispano-americanas são o objeto principal de estudo, bem como o perfil de Bolívar e sua participação nessas campanhas. São abordados também os resultados da emancipação política para as antigas colônias, juntamente com os quadros econômicos, sociais e demográficos. Apesar da libertação do jugo espanhol, as novas repúblicas latino-americanas viveram períodos de crise financeira e de rearranjo das forças sociais (RODRÍGUEZ, 1998).

O segundo capítulo analisa o século XX, agora com ênfase maior em países que são fundamentais para o entendimento do bolivarianismo no Equador do século XXI, que são: Bolívia, Cuba, Venezuela e o próprio Equador. Dessa maneira, busca-se encontrar elementos que corroborem a presença dos ideais de Bolívar na vida política desses países e de que forma esses elementos interferiram nos eventos mais importantes da região durante os anos de 1900. À medida que o capítulo chega ao seu final, o Equador passa a ganhar maior relevância e ocupa a centralidade nas discussões sobre o neoliberalismo e as convulsões sociais da década de 1990.

O último capítulo versa sobre o contexto sociopolítico turbulento vivido pelo Equador desde o final do século XX até o ano de 2006, quando Rafael Correa venceu as eleições presidenciais e iniciou sua *Revolución Ciudadana*². São abordados alguns temas, tais como a dependência fiscal em relação à exportação de petróleo, o ressurgimento do *Buen Vivir* (modelo alternativo à noção de desenvolvimento capitalista e liberal), a postura populista adotada por Correa, as relações com a China e Estados Unidos e a Constituição de 2008. Seguindo-se a linha temporal, discute-se a transição de Correa para Lenín Moreno, em 2017, e o posterior rompimento entre os antigos aliados. Finalmente, tangenciam-se o governo de Moreno, a pandemia de Covid-19, as eleições de 2021 e o bolivarianismo no Equador.

Esse trabalho se justifica na medida que o Equador parece ser um dos países latino-americanos que menos atenção recebeu ao longo dos primeiros vinte anos do século XXI. A literatura, especialmente sobre a *Revolución Ciudadana*, é escassa e carece de maiores contribuições sobre sua evolução e seus resultados. O interesse da academia pelo país é inversamente proporcional à intensidade das mudanças ocorridas nas últimas décadas, tendo em vista que, segundo Sánchez e Pachano (2020), esse momento histórico foi responsável por remodelações políticas, sociais e econômicas sem precedentes.

Por fim, os resultados deste estudo indicam que o perfil de Correa e sua administração a frente da presidência do Equador não se assemelham àqueles de Simón Bolívar nas primeiras décadas do século XIX, colocando em dúvida a legitimidade da apropriação do legado de Bolívar pelos bolivarianos do século XXI. A despeito de algumas poucas afinidades ideológicas e políticas, a relação entre ideais, perfil e valores de Simón Bolívar e Correa parece ser frágil. O que ocorreu foi uma tentativa de resgate do legado de Bolívar por Rafael Correa, com o intuito de consolidar sua posição de poder.

² De acordo com Lalander e Peralta (2012, p. 16-17, tradução nossa) “A Revolução Cidadã do PAIS é um processo que inclui propostas que poderíamos chamar de dessetorização e/ou descorporativização da sociedade, isto é, a abolição das divisões sociais, econômicas e, nesse caso, étnicas, na esfera política e, em seu lugar, realçar o exercício da cidadania”.

2 PÁTRIA E LIBERDADE: ABORDAGEM HISTÓRICA SOBRE A IDEOLOGIA DE SIMÓN BOLÍVAR E AS INDEPENDÊNCIAS HISPANO-AMERICANAS NO SÉCULO XIX

¡Juro delante de usted; juro por el Dios de mis padres; juro por ellos; juro por mi honor, y juro por mi Patria, que no daré descanso a mi brazo, ni reposo a mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprimen por voluntad del poder español!
(BOLÍVAR, 2009, p. 4).

As palavras, com características messiânicas, foram proferidas por Simón Bolívar em 1805, tendo a cidade de Roma como cenário e seu mestre Simón Rodríguez como ouvinte. Abalado por sua prematura viuvez e descrente quanto ao seu futuro, Bolívar enxergou na liberdade dos povos hispano-americanos uma razão para voltar à Venezuela – sua terra natal – e lutar pela independência da América do Sul³ frente à dominação espanhola. O momento histórico se mostrava propício. Em paralelo, Bolívar aproveitou sua aventura europeia para aperfeiçoar seus conhecimentos políticos a partir do contato com leituras de pensadores clássicos como Jean-Jacques Rousseau, John Locke, Montesquieu e Voltaire (LYNCH, 2006).

Mais a oeste, os Estados Unidos haviam iniciado a ruptura das antigas colônias com a Inglaterra em 1776. Alguns anos mais tarde, em 1791, eclodiu a Revolução Haitiana que logrou a emancipação definitiva da França no começo do século XIX. Além disso, Napoleão Bonaparte ocupava a Espanha em 1808, evento que enfraqueceu a capacidade espanhola de manter suas possessões ultramarinas. Com maior ou menor grau de influência, tais disrupções apresentaram um horizonte favorável às independências idealizadas por Bolívar. O alvorecer do século XIX foi caracterizado como o começo da Era Moderna na América do Sul, período de convulsões sociais que teria seu fim somente com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) (BRIGNOLI, 2018).

Do ponto de vista interno, a porção sul do continente americano enfrentava conflitos sociais que eram fruto, em grande medida, da colonização espanhola. A exploração econômica do governo espanhol através da cobrança de impostos e a estratificação social representavam alguns dos obstáculos a serem superados pela revolução. A escravidão, contudo, se mostrou o entrave mais complicado. O desejo das oligarquias da região coincidia com o de Bolívar, na medida que vislumbravam uma América livre da dominação espanhola, capaz de produzir e

³ Aqui, é conveniente que se faça uma distinção. Os termos “América do Sul” e “sul-americano(a)” são utilizados no transcorrer, majoritariamente, do primeiro capítulo, enquanto que “América Latina” e “latino-americano(a)” são utilizados, em menor medida, no segundo e em todo o último capítulo. Isso ocorre porque as menções iniciais à “América Latina” na literatura só despontaram na segunda metade dos anos 1800, ganhando notoriedade e se consolidando apenas nas últimas décadas deste mesmo século. Assim sendo, toda a primeira parte é tratada por meio de uma abordagem geográfica, isto é, circunscrevendo os eventos à América do Sul.

comercializar suas *commodities* de maneira autônoma (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983). Todavia, enquanto Bolívar procurava estancar as práticas escravistas, os *criollos* (espanhóis nascidos na América) queriam evitar uma possível perda de poder e buscavam ocupar os espaços políticos e econômicos que pertenciam à burocracia espanhola (KOHAN, 2014).

O projeto político de Bolívar tinha muito de suas leituras e experiências europeias sem, no entanto, emular quaisquer ideais passados. Condições históricas diferentes, interesses sociais conflitantes, estruturas econômicas defasadas e, principalmente, anseios libertários mais amplos eram características que tornavam a revolução de Bolívar ímpar. Bolívar era um revolucionário sem amarras, sejam elas liberais, conservadoras, étnicas, religiosas ou culturais (COLLIER, 1983; ZEUSKE, 2018). Esses processos emancipatórios tiveram como estopim não somente o desejo pela soberania continental, mas também o iminente perecimento do sistema colonial e as contradições sociais internas às colônias (MORA, 2008).

O domínio do Antigo Regime sobre os territórios hispano-americanos estava ruindo. As autonomias política e econômica, sobretudo, eram as reivindicações mais prementes. Conceitos como hierarquia, submissão e costumes estavam sendo sobrepostos pelas lógicas iluministas de virtude e liberdade individual (LYNCH, 2006). Em 1815, o próprio Bolívar (2009, p. 75, tradução nossa) – em sua “Carta da Jamaica” – relatou o tratamento concedido ao seu povo pelos colonizadores: “Os americanos, neste sistema espanhol que está em vigor, [...] não ocupam outro lugar na sociedade que o de servos próprios para o trabalho, e quando muito, o de simples consumidores”⁴.

Seus planos para uma América pós-independência iam além da literatura europeia que Bolívar consumia. Em outras palavras, os clássicos não davam conta de sua amplitude revolucionária. Seja no campo ideológico, social, político ou econômico as transformações exigiam caminhos e destinos distintos daqueles tomados por outros líderes revolucionários. É certo que a independência dos Estados Unidos (1776), a Revolução Francesa (1789) e a Revolução Haitiana (1791) serviram de inspiração para Bolívar. No entanto, é necessária cautela na análise das influências de Bolívar, na medida que

A precisão no rastreamento de influências ideológicas e causalidade intelectual é notoriamente enganosa, não menos em um líder como Bolívar, cujas ideias eram meios para ação e cujas ações eram baseadas em muitos imperativos: políticos, militares e financeiros, bem como intelectuais. Insistir demais nas origens intelectuais da revolução de Bolívar e enfatizar demais a influência do passado é obscurecer sua verdadeira originalidade. Bolívar não era escravo dos exemplos franceses ou norte-americanos. Sua própria revolução foi única e, ao desenvolver suas ideias e políticas,

⁴ Traduzido do original pelo autor: “*Los americanos, en el sistema español que está en vigor, [...] no ocupan otro lugar en la sociedad que el de siervos propios para el trabajo, y cuando más, el de simples consumidores*”.

ele não seguiu os modelos do mundo ocidental, mas as necessidades de sua própria América⁵ (LYNCH, 2006, p. 29, tradução nossa).

A despeito das lacunas que ainda pairam sobre alguns posicionamentos políticos de Bolívar, parece razoável afirmar que sua identificação era mais com um possível bloco de territórios hispano-americanos do que com qualquer bandeira nacionalista. Ainda em sua carta redigida da Jamaica, Bolívar refutou a viabilidade dos regimes federalista, monárquico e democrático por acreditar que a América ainda não estaria pronta para tais modelos. Bolívar (2009, p. 81, tradução nossa) tentou ainda uma previsão: “Vou arriscar o resultado de minhas reflexões sobre a sorte futura da América: não a melhor, mas a que seja a mais acessível”⁶. Os padrões políticos de Bolívar, portanto, podem ser considerados fluídos. Isso significa dizer que o local no qual ele se encontrava, as circunstâncias nas quais ele se colocava e as condições (políticas, econômicas e sociais) apresentadas eram alguns dos fundamentos de seus ideais (LYNCH, 2006).

Neste mesmo texto, Bolívar (2009) sugeriu que a própria Espanha deveria ter sido a catalisadora das independências de suas colônias, tendo em vista que o equilíbrio de poder mundial e a dinâmica comercial Europa-América estavam se alterando. Esta, no entanto, era uma situação utópica, não somente pelo ineditismo como também pela fragilidade da metrópole. Longe de ser a potência mercantilista dos séculos XVI e XVII, a Espanha ocupava uma posição secundária no xadrez político europeu dos anos de 1800. Tal qual suas possessões ultramarinas, a metrópole tinha como foco produtivo bens primários, do mesmo modo que dependia da marinha mercante de outras potências para comercializar seus produtos (LYNCH, 1985). O que, em grande medida, distinguia os territórios hispano-americanos de seus colonizadores era que os primeiros eram donos de grandes reservas de metais preciosos, muito embora este tesouro tivesse sido espoliado ao longo dos trezentos anos anteriores.

Nesse momento, o conceito de “centralismo” foi, gradativamente, ganhando espaço no ideário de Bolívar (CASTILLO, 2009; ZEUSKE, 2018). Ao contrário de Napoleão, Bolívar não buscava construir um império ou uma hegemonia nas Américas, senão formar uma grande nação autônoma, apta a rechaçar ameaças externas e coordenar suas dinâmicas domésticas.

⁵ Traduzido do original: “*Precision in tracing ideological influences and intellectual causation is notoriously elusive, not least in a leader like Bolívar, whose ideas were a means to action and whose actions were based on many imperatives: political, military and financial, as well as intellectual. To insist too much on the intellectual origins of Bolívar’s revolution and to overemphasize the influence of the past is to obscure his real originality. Bolívar was not a slave to French or North American examples. His own revolution was unique, and in developing his ideas and policies he followed not the models of the Western world but the needs of his own America*”.

⁶ Traduzido do original: “*Voy a arriesgar el resultado de mis cavilaciones sobre la suerte futura de la América: no la mejor sino la que sea más asequible*”.

Pode-se acreditar, desse modo, que “(...) seus ideais iam muito além da esfera do nacionalismo puro e simples, e bem na esfera do que veio a ser denominado ‘supranacionalismo’”⁷ (COLLIER, 1983, p. 48, tradução nossa). Para isso, Bolívar contava com seu carisma e com o tom personalista aos quais foi recorrendo.

Bolívar considerou a viabilidade de mesclar o centralismo, o personalismo e a aristocracia com conceitos e estruturas republicanas. Sua tarefa inicial – lograr a independência – era considerada complexa. Os passos seguintes, entretanto, seriam ainda mais complicados. Engendrar a união de territórios que – apesar de partilharem heranças coloniais – possuíam poucos vínculos econômicos e políticos requeria uma postura ortodoxa. Bolívar entendia isso e sonhava com esta forma de governo que “(...) estava destinada a ser autoritária; a autoridade ali dominante se distinguiria do puro arbítrio porque estaria guiada pela virtude”⁸ (DONGHI, 1980, p. 118, tradução nossa).

Em realidade, havia duas forças em disputa. De um lado estavam as elites hispano-americanas que temiam o enfraquecimento de suas posições de privilégio. Em sintonia com essas classes, estavam os membros da Igreja Católica que instigavam a manutenção dos valores tradicionais da sociedade, sua estratificação e a autoridade como meio de controle social (LYNCH, 2006). Por outro lado, Bolívar pregava a liberdade e a igualdade em seus discursos. Para além de políticas liberais ou conservadoras, Bolívar queria libertar a América e construir uma forma particular de governo.

Ao fazer uma interpretação do pensamento de Montesquieu, Bolívar acreditava em instituições que fossem alicerçadas nos valores, costumes e identidades dos povos. Seriam ainda locais de expressão das demandas sociais e dentro dos quais a política cotidiana se desenrolaria (LYNCH, 2006). Ainda que com traços paternalistas⁹, Bolívar (2009, p. 80, tradução nossa) afirmava que esses espaços teriam o potencial de curar “(...) as chagas e as feridas do despotismo e da guerra”¹⁰.

Em consonância com a lógica de disputas de classes, Bolívar tinha de lidar com a dispersão geográfica da população venezuelana, característica comum da era colonial. Não

⁷ Traduzido do original: “(...) his ideals went well beyond the sphere of nationalism pure and simple, and well into the sphere of what has come to be termed “supranationalism””.

⁸ Traduzido do original: “(...) estaba destinada a ser autoritaria; la autoridad allí dominante se distinguiria del puro arbitrio porque estaria guiada por la virtud”.

⁹ O paternalismo pode ser entendido como uma “política social orientada ao bem-estar dos cidadãos e do povo, mas que exclui a sua direta participação: é uma política autoritária e benévola, uma atividade assistencial em favor do povo, exercida desde o alto. [...] Para expressar tal política, nos referimos então, usando de uma analogia, à atitude benevolente do pai para com seus filhos “menores”” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 908).

¹⁰ Traduzido do original: “(...) las llagas y las heridas del despotismo y la guerra”.

obstante a ascensão de Caracas como um dos focos do império espanhol nas Américas, as comunicações entre o campo e as cidades eram precárias (MORSE, 1990). Essas duas questões – conflitos de classe e dispersão geográfica – se inter-relacionavam. Caracas abrigava elites que, na tentativa de se distanciarem ao máximo das outras parcelas da sociedade, se comportavam de maneira a reforçar a posição de superioridade.

Essa conduta se tornava mais perigosa à medida que a população aumentava. De acordo com Iturrieta (2018), a Caracas dos anos iniciais do século XIX abrigava cerca de 700 mil habitantes, dos quais 500 mil eram, majoritariamente, escravos, indígenas e pardos. O problema residia no fato de as identidades entre esses grupos serem frágeis, muito em virtude do projeto dos colonizadores em demover as expressões culturais dos povos originais (RÍOS, 2018). A estratégia de “dividir para conquistar”, dessa maneira, não foi utilizada pelos espanhóis somente em âmbito regional entre as várias colônias, como também nas esferas internas das sociedades, estabelecendo preconceitos e exclusão entre as diferentes classes.

Outra razão para a redução populacional foram os conflitos. Entre 1810 e 1823, portanto entre as primeiras revoltas e a independência, a população da Venezuela caiu de 950 mil para 790 mil habitantes (BULMER-THOMAS, 2003). O impacto que essa redução causou em todos os segmentos sociais foi expressivo, a julgar pelo curto espaço de tempo decorrido. Algumas das explicações plausíveis para esse resultado foram tanto as mortes registradas nas guerras quanto a fuga de civis das zonas de conflito.

2.1 OS ANOS FINAIS DO IMPÉRIO COLONIAL ESPANHOL NA AMÉRICA DO SUL

O objeto que permeava os debates e o clima pré-independência era, basicamente, um: o poder. No decorrer da década de 1810, a questão não girava tanto em torno da viabilidade da revolução, senão das dinâmicas de poder que seriam originadas após a expulsão dos espanhóis. Essa era uma das razões pelas quais Bolívar, em princípio, idealizou um governo centralista que, desde cima, produziria um sentimento nacional (ZEUSKE, 2018). As camadas populares, por sua vez, também enxergavam essas convulsões sociais como possibilidades de melhoria de vida. O sistema colonial estava prestes a desmoronar. A situação da região no período imediatamente às independências era tal que “(...) tínhamos filósofos como chefes, filantropia como legislação, dialética como tática, e sofistas como soldados. [...] A ordem social se sentiu extremamente comovida, e logo o Estado foi se encaminhando para uma dissolução universal,

que, rapidamente, foi realizada”¹¹ (BOLÍVAR, 2009, p. 11, tradução nossa).

Percebe-se, desse modo, que o objetivo era substituir o poder colonial pelos poderes aristocráticos locais. Os primeiros passos revolucionários foram dados pelos *criollos*, haja vista suas queixas recorrentes quanto às barreiras impostas pelo governo espanhol para a venda e o escoamento de suas produções (ALBERT, 1983; ACOSTA, 2006). De fato, percebe-se que “(...) a maioria dos movimentos independentistas começaram como a rebelião de uma minoria contra uma minoria ainda menor, de *criollos* (espanhóis nascidos na América) contra peninsulares (espanhóis nascidos na Espanha)”¹² (LYNCH, 2001, p. 118, tradução nossa). Assim, não surpreende que Bolívar tenha sido uma figura relevante na organização dessas insurreições. Ao lado dos latifundiários estavam intelectuais hispano-americanos, encarregados de elaborar as bases legais e políticas das futuras repúblicas.

De uma maneira geral, os estratos da população mais explorados no transcorrer do antigo regime se mostraram reticentes em apoiar a luta independentista em um primeiro momento (ACOSTA, 2006; MORA, 2008). Indígenas, escravos e pequenos comerciantes temiam não tanto pela luta libertária em si, senão pela possível manutenção – ou piora – de suas condições econômicas e políticas com uma eventual administração *criolla*. Sobretudo os escravos ingressaram no exército patriota dispostos a ajudar na derrocada do domínio europeu. As burguesias urbanas e portuárias buscavam expandir seus mercados consumidores ultramarinos, notadamente com a Inglaterra industrializada (KOHAN, 2014). Já a Igreja Católica, como mencionado, matinha um posicionamento alinhado aos interesses da coroa espanhola, não obstante diversos padres tenham apoiado a causa revolucionária (MORA, 2008).

Em 1808, quando da ocupação da Espanha por Napoleão, tanto os espanhóis quanto os moradores de suas colônias – em um primeiro momento – se opuseram à dominação francesa e iniciaram planejamentos para restaurar o *status quo ante* (RODRÍGUEZ, 1998). Na Europa, havia um descontentamento com os desmandos de José Bonaparte, irmão de Napoleão e escolhido para governar a Espanha. A reivindicação popular era o retorno do rei Fernando VII e a saída das tropas francesas do território ibérico. Os americanos, por seu turno, logo após sinalizarem positivamente a um retorno da monarquia espanhola, viram esse momento como favorável ao início de um processo emancipatório.

¹¹ Traduzido do original: “(...) *tuvimos filósofos por jefes, filantropía por legislación, dialéctica por táctica, y sofistas por soldados. (...) El orden social se sintió extremadamente conmovido, y desde luego corrió el estado a pasos agigantados a una disolución universal, que bien pronto se vio realizada*”.

¹² Traduzido do original: “(...) *la mayoría de los movimientos independentistas comenzaron como la rebelión de una minoría contra una minoría aun más pequeña, de criollos (españoles nacidos en América) contra peninsulares (españoles nacidos en España)*”.

Em algumas regiões hispano-americanas foram criados conselhos, compostos por *criollos*, que assumiriam o controle político enquanto a estabilidade não fosse restaurada na Europa. Em Quito, por exemplo, malgrado o insucesso de uma primeira iniciativa, em 10 de agosto de 1809 foi estabelecido um “Conselho Soberano” presidido pelo Marquês de Selva Alegre e que possuía intenções separatistas mais profundas (MORA, 2008). Após a libertação e o posterior regresso de Fernando VII ao trono espanhol em 1814, houve acentuação das insatisfações sociais nas colônias, o que levou à radicalização dos movimentos de independência a partir de então.

Mesmo antes de se tornarem independentes, as diversas cidades – que por fim se reuniram sob o nascente Estado do Equador – não partilhavam conceitos culturais, tampouco tinham grandes afinidades comerciais e produtivas. Quando, em 1809, a elite *quiteña* (residentes em Quito) se insurgiu, o posicionamento tanto das províncias da porção amazônica quanto da costeira foi de oposição e manutenção dos laços coloniais com a Espanha (BUSHNELL, 1985; MORENO, 1998; MORA, 2002). Essas divergências, futuramente, refletiriam em uma instabilidade social quando da formação do Estado do Equador em 1830.

A busca por unidade sociopolítica – particularmente entre as maiores cidades equatorianas: Quito, Guayaquil e Cuenca – se mostrou intrincada e incerta desde o início (ANDRIEN, 1995; MORA, 2002). A animosidade, especialmente entre as duas primeiras, era antiga. Quito fora o centro político da audiência¹³ sob o governo espanhol, enquanto Guayaquil – por ser uma cidade portuária – cumpria a função de escoar a produção interna. Cuenca se encontrava distante geograficamente e, desse modo, exercia funções periféricas nesse contexto. Essas diferenças foram aprofundadas no decorrer dos conflitos, intensificando as hostilidades entre as três cidades.

Nas questões produtivas também não foi diferente. Não houve alterações substantivas no curto e médio prazo (DEAS, 1985; MORA, 2002; ACOSTA, 2006). A diversificação de

¹³ As Reais Audiências foram instituições criadas pelos espanhóis no século XIV e relacionadas ao cumprimento da Justiça em seus territórios europeus e em suas possessões ultramarinas. Conforme Rodríguez (1998, p. 7, tradução nossa) “as unidades territoriais mais duradouras foram aquelas áreas administradas pelas audiências (altas cortes), frequentemente chamadas de *reino*. Com a exceção da audiência da Nova Espanha, essas foram as áreas que se tornaram as novas nações da América Espanhola. Nova Espanha possuía duas audiências, México e Guadalajara. As Filipinas, uma subordinada da Nova Espanha, gozava de sua própria audiência, Manila. As outras audiências da América Espanhola consistiam em Guatemala (América Central), Santa Fé de Bogotá (Nova Granada), Caracas (Venezuela), Quito, Charcas (Alto Peru), Lima (Peru), Santiago (Chile), Buenos Aires (Rio de la Plata), e Santo Domingo (o Caribe)”. No que diz respeito, especificamente, à Audiência de Quito é interessante notar que “Foi somente em 1563 que a coroa estabeleceu uma alta corte (audiência) na cidade de Quito para chefiar a recém implantada burocracia imperial. Até então, uma sociedade espanhola estável havia se formado na região, lançando as bases para uma economia regional vibrante baseada na produção de têxteis de lã” (ANDRIEN, 1995, p. 15, tradução nossa).

culturas fez com que, no decorrer dos anos 1800, Guayaquil assumisse participação relevante na economia regional, tanto por suas plantações de cacau quanto pela presença do porto. Segundo Deas (1985), mesmo no período posterior à emancipação, a exportação de cacau de Guayaquil continuou representando de 50% a 65% do total de exportações. O incremento demográfico foi resultado, assim, “do crescimento natural mais rápido e da migração advinda da serra”¹⁴ (DEAS, 1985, p. 513, tradução nossa).

Já Quito, possuía um histórico na confecção de têxteis de lã e, em menor medida, no forjamento de ferrarias e na mineração (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983). Ao longo da década de 1810, a serra manteve certo poder político e administrativo, mas viu sua representatividade econômica ser suplantada, em especial, por duas razões: o fortalecimento do mercado exportador de cacau da costa, impactado pelas medidas liberais do final do século XVIII; e pelo distanciamento da agora autônoma porção sul da Colômbia, principal parceira dos comerciantes *quiteños* (MORENO, 1998). Não obstante a crise econômica local, isso não significou que Quito tivesse se tornado inexpressiva do ponto de vista comercial, senão que voltara seus produtos para o abastecimento do mercado doméstico.

No que se refere aos movimentos revolucionários hispano-americanos, foram três os focos iniciais: Caracas, Buenos Aires e Cidade do México. A primeira, especialmente, se tornou um dos núcleos, visto que experimentou um crescente apreço por parte da coroa à época colonial, dados seu clima propício à agricultura e sua posição estratégica privilegiada (MORSE, 1990). Essa estima se transformou na constituição de Caracas como um dos centros políticos e burocráticos das colônias hispano-americanas. Na segunda metade da década de 1800, todavia, os interesses de colônias e metrópole chegaram a um impasse definitivo. Para alguns autores, esse curto espaço temporal foi o mais importante para a Ibero América desde sua conquista (STEIN; STEIN, 1977).

Para além da ocupação napoleônica à Espanha, o ano de 1808 é paradigmático também para as economias e trocas comerciais das colônias hispânicas na América. Com o bloqueio naval imposto por Napoleão, à Inglaterra coube a tarefa de procurar novos mercados fornecedores e consumidores. As então colônias hispano-americanas foram alguns dos alvos que, há algum tempo, já comercializavam com os ingleses, mesmo que de maneira tímida e sob a repressão espanhola. A partir da ocupação napoleônica à Espanha estes intercâmbios se intensificaram.

Em uma análise preliminar, percebe-se que as características frágeis das economias

¹⁴ Traduzido do original: “*from faster natural increase and from migration from the sierra*”.

hispano-americanas, no transcorrer do período colonial, eram consequência das diretrizes da metrópole. Muito embora esta afirmação não seja absurda, ela não está de todo correta. Ao considerar que as configurações política e econômica seguiam um padrão em todos os territórios coloniais espanhóis, outros aspectos deveriam ser os responsáveis pelas disparidades de desenvolvimento nas Américas. Prova disso é a proporção de 3:1 no valor dos bens totais produzidos (PIB) no ano de 1800 entre Cuba e Peru, por exemplo (COATSWORTH, 2006). Isso mostra como tanto as variantes geográficas quanto a diversificação da pauta produtiva podem refletir nos resultados econômicos.

O cenário estrutural peruano – assim como o sul-americano em geral – não dispunha de transporte de qualidade e seguro – essenciais para investimento – e mão de obra qualificada (ALBERT, 1983). Além dos novos produtos que foram incorporados à realidade das colônias, os métodos ingleses de negociar – tais como rapidez, preços mais baixos e pagamentos em dinheiro – também exigiram certa adaptação por parte dos americanos (DONGHI, 1991). É importante ressaltar que não só essas condições não foram satisfeitas como a entrada crescente de mercadorias inglesas gerou uma crise no já debilitado setor manufatureiro hispano-americano, sendo, dessa maneira, determinante para a desagregação das novas sociedades autônomas (FURTADO, 1970).

Um dos casos em que a relação comercial com a metrópole espanhola alcançou níveis irreconciliáveis foi a Venezuela, o que evidenciou sua importância como um dos locais originários dos movimentos revolucionários. Reconhecidos pela produção de cacau, café, algodão e couro os latifundiários venezuelanos atribuíram à Inglaterra uma parceria mais confiável e politicamente estável do que os espanhóis (LYNCH, 1985). O pacto colonial¹⁵, que vigorava desde o século XVI, estava se tornando insustentável. Além da diversificação dos mercados consumidores, as perspectivas para a concessão de crédito internacional também era um elemento de otimismo entre os latifundiários da região (ESCOSURA, 2006).

Sob um olhar produtivo, Caracas caracterizava-se como uma cidade cuja diversificação era reconhecida no início do século XIX. Itens como tabaco, café, açúcar e corantes naturais – como o índigo (anil) –, pouparam a economia *caraqueña* de uma “cacaupendência”, sem, contudo, desbancá-lo de sua liderança como item mais cultivado (MCKINLEY, 1985). A

¹⁵ Regime comercial que obrigava as colônias a comercializarem somente com suas respectivas metrópoles. Na visão de Fausto (1995, p. 56) “Tratava-se de impedir ao máximo que navios estrangeiros transportassem mercadorias da colônia, sobretudo para vender diretamente entre outros países da Europa. Inversamente, procurava-se também impedir que mercadorias, em especial as não produzidas na metrópole, chegassem à colônia em navios desses países. Em termos simplificados, buscava-se deprimir, até onde fosse possível, os preços pagos na colônia por seus produtos, para vendê-los com maior lucro na metrópole”.

incorporação de novos itens na pauta produtiva foi capitaneada pelas elites latifundiárias que viram essas novas colheitas como oportunidades de maiores rendimentos e abertura de novos mercados consumidores. Através de canais legais, foi possível comercializar todos estes gêneros – excetuando o cacau, cujo fluxo era direcionado quase que exclusivamente à metrópole – com as colônias caribenhas e com os Estados Unidos (MCKINLEY, 1985).

Como consequência dessa maior variedade e ampliação de culturas, intensificou-se o comércio escravista dentro da colônia. Para culturas como o açúcar e o café foram empregados essencialmente escravos, tendo em vista os altos custos das contratações de mão de obra. Segundo Mckinley (1985), de 11 fazendas pesquisadas nos arredores que produziam açúcar, nove tinham escravos que representavam entre 35% e 50% do valor total dos meios de produção; esta porcentagem em relação às duas restantes girava em torno de 27%.

De qualquer modo, o que se percebe é que para as elites *caraqueñas*, os ideais abolicionistas – bem como a flexibilização da estratificação social e a liberdade de culto – eram assuntos tratados com cautela (BUSHNELL, 1985; ITURRIETA, 2018). Isso pode ser entendido a partir da constatação de que brancos (espanhóis e *criollos*) representavam somente 20% da população venezuelana no começo dos anos 1800, contrastando com os 80% predominantes de negros, mestiços, indígenas e outros grupos marginalizados (RÍOS, 2018).

Em contrapartida, em virtude de sua localização mais afastada dos centros insurgentes e sua relativa autossuficiência em termos econômicos e políticos, o território do Alto Peru (atual Bolívia) foi uma das últimas a receber a chegada do exército patriota. Enquanto isso, a população iniciou sua própria revolução em 1809. Em realidade, como na maioria das colônias espanholas, as revoltas partiram de grupos pertencentes às elites *criollas*, insatisfeitas com o governo monarquista. Inicialmente, a adesão de camadas populares ao movimento foi restrita (KLEIN, 2011), dadas as incertezas que acompanhavam esses eventos.

A liderança *criolla*, por sua vez, estava inserida em uma lógica de derrocada da economia boliviana. Durante a era colonial, os minérios foram sua atividade mais notável. Na esfera externa, eram responsáveis pela interligação da Bolívia com o mercado internacional. Do ponto de vista doméstico, cumpria a função de amalgamar os demais setores produtivos como agricultura, manufatura e comércio local. Os primeiros anos do século XIX, todavia, foram especialmente turbulentos em razão de uma crise no abastecimento agrícola e no setor de exportação de minérios, cujos impactos se fizeram sentir nos centros urbanos do Alto Peru (STEIN e STEIN, 1977; TANDETER, 2006; KLEIN, 2011).

2.2 A ECLOSÃO DAS REVOLTAS

Ninguém faz revolução porque quer e ninguém deixa de evitá-la porque gosta (RIBEIRO, 1983, p. 219).

Após o insucesso expansionista de Napoleão, o rei espanhol Fernando VII reassumiu o trono em 1814. Decidido a retomar o controle de suas colônias americanas, o monarca se apoiou em uma política autocrática e repressiva (MORA, 2008). Este foi mais um elemento que exacerbou as disputas entre hispano-americanos e espanhóis. Os primeiros – em especial, as elites – se viram, uma vez mais, aliados das posições de poder em suas próprias pátrias. Por mais fracionada que tenha se tornado a autoridade espanhola desde 1808, aos povos colonizados da América eram concedidos unicamente pequenos espaços de poder.

Diante dessa situação, em 1815, Bolívar (2009, p. 75, tradução nossa) retratou a dominação espanhola, argumentando que aos hispano-americanos não eram atribuídos cargos como “vice-reis ou governadores, senão por causas muito extraordinárias; [...] militares, apenas como subordinados; nobres, sem privilégios reais; em suma, não éramos magistrados, nem financistas e quase nem mesmo comerciantes: tudo em violação direta de nossas instituições”¹⁶.

As independências hispano-americanas vieram e com elas a precarização das condições políticas, sociais e econômicas dos, agora, povos livres (FURTADO, 1970; STEIN e STEIN, 1977; ALBERT, 1983; BUSHNELL, 1985; BULMER-THOMAS, 2003; COATSWORTH, 2006; ESCOSURA, 2006; KLEIN, 2011). Sobretudo no interregno de 1810 a 1830, as mudanças – quando existentes – se mostraram negativas: a estratificação social permaneceu inflexível; houve grande dificuldade de abertura de novas linhas comerciais (FURTADO, 1970); as cadeias produtivas locais foram prejudicadas pelo crescente fluxo de mercadorias inglesas; e, enfim, o vácuo de poder deixado pela ruína da dominação espanhola foi responsável por um ambiente político de guerra civil, como por exemplo na Colômbia.

Nos casos do Alto Peru e do Peru, esse intervalo também foi representativo do declínio da atividade mineradora, haja vista o estancamento dos fluxos comerciais com a Europa – em razão das guerras napoleônicas – e a eclosão dos focos revolucionários na América (BULMER-THOMAS, 2003). Parece haver um consenso na literatura quanto à deterioração da atividade mineira nessas regiões a partir dos anos de 1810 (STEIN e STEIN, 1977; BONILLA, 1985; TANDETER, 2006; KLEIN, 2011).

¹⁶ Traduzido do original: “*virreyes ni gobernadores, sino por causas muy extraordinarias:[...] militares, sólo en calidad de subalternos; nobles, sin privilegios reales; no éramos, en fin, ni magistrados, ni financistas y casi ni aun comerciantes: todo en contravención directa de nuestras instituciones*”.

Isso ocorreu na medida que as agitações independentistas estimularam a emigração da mão de obra. Em consequência da instabilidade política, os capitais também manifestaram um fluxo de saída. Enfim, a fuga de trabalhadores permitiu que inundações nas zonas mineradoras causassem perdas no maquinário. Dados do censo oficial boliviano estimam que, em 1846, houvesse ainda, aproximadamente, 10 mil minas abandonadas em virtude da ausência de investimentos e de mão de obra (KLEIN, 2011). Conforme Enrique Tandeter (2006, p. 351, tradução nossa) “o resultado geral foi que, em 1819, a atividade mineradora não era um décimo do que tinha sido dez anos antes”¹⁷.

Uma das causas, como já citado, para a queda da produção de minérios foi a perda de mão de obra. A supressão de regimes de trabalhos forçados, como por exemplo a *mita*¹⁸, contribuiu para o esvaziamento produtivo da região, especialmente em Potosí. Por ser a atividade comercial básica do Alto Peru, os efeitos sociais e econômicos no governo foram sentidos rapidamente. Além de ter se tornado um produto escasso, o preço do mercúrio, essencial para a mineração, dobrou entre o começo da década de 1790 e 1810 (TANDETER, 2006). Quanto ao número de minas ativas, estima-se que em *Cerro Rico* (Potosí) tenham se reduzido de centenas, por volta de 1803, para 50 em 1825 (KLEIN, 2011). Ainda segundo dados de Klein (2011, p. 127, tradução nossa),

A produção de prata, que durante a última década do século XVIII era por volta de 385 mil marcos por ano, havia caído para 300 mil na primeira década do século dezenove, e baixou ainda mais a uma média de 200 mil na década de 1810 para, finalmente, cair a uma cifra historicamente baixa de 150 mil marcos por ano na década de 1820¹⁹.

Estes eventos podem ter influenciado as relações externas dos governos da região. Apesar de alguns deles – tais como Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela – terem em comum a figura de Bolívar como líder revolucionário, suas diferenças de ordem cultural, econômica e social parecem ter sido fundamentais para a escolha de rumos distintos. As ambições iniciais de Bolívar de reunir tais populações em uma grande nação esbarraram na

¹⁷ Traduzido do original: “*The overall result was that in 1819 mining activity was not even a tenth of what it had been ten years before*”.

¹⁸ Sistema de trabalhos forçados que consistia “em um determinado tempo de trabalho obrigatório que os indígenas homens adultos tinham que realizar. A Coroa distribuía esse tempo de trabalho, reservando-se parte dos *mitayos* para obras públicas e entregando os demais aos colonos espanhóis que necessitavam de mão de obra. Apesar de ser um trabalho forçado, eram pagos salários, os quais garantiam ao Estado que os indígenas dispunham de recursos para o pagamento do tributo” (MORA, 2008, p. 16, tradução e grifo nossos).

¹⁹ Traduzido do original: “*La producción de plata, que durante la última década del siglo XVIII promediaba 385 000 marcos por año, había caído a 300 000 para la primera década del siglo XIX, y descendió aún más, a un promedio de 200 000, en la década de 1810, para finalmente caer a una cifra históricamente baja de 150 000 marcos por año, en la década de 1820*”.

negativa das respectivas elites locais. Na visão de Escosura (2006, p. 480, tradução nossa) “O modo como a independência foi alcançada e o grau anterior de comprometimento com o mercantilismo colonial condicionaram a performance das novas repúblicas. A independência não nivelou as disparidades regionais”²⁰.

Nem a unanimidade, tampouco a homogeneidade eram características das incipientes revoluções da América espanhola no transcorrer do decênio de 1810. O primeiro aspecto a ser considerado é que, mesmo dentro das próprias elites, havia discordância sobre a busca pela independência ou o retorno aos laços coloniais. Esses grupos se opunham à instalação das *Juntas Governativas*²¹, cujo objetivo era dar mais autonomia política às colônias. É significativa a menção de que todas as colônias hispano-americanas da parte sul do continente – excetuando somente o Peru –, instituíram tais *Juntas* para preencher o vácuo de poder deixado pela ausência da monarquia.

Há um segundo fator relevante: a não unanimidade entre cidades e regiões rurais sobre as direções a serem seguidas. O resultado foi o desencadeamento de guerras civis que faziam não só as elites rivalizarem entre si, como também as áreas urbanas enfrentarem as massas interioranas (RODRÍGUEZ, 1998). Os frágeis elos que uniam estas oligarquias são fundamentais para entender a construção dos Estados americanos pós 1830 (FURTADO, 1970; COATSWORTH, 2006), uma vez que foram agentes importantes na estruturação social.

Adicionalmente, as questões geográficas e climáticas devem também ser ressaltadas. A vastidão da América do Sul, a precariedade e até inexistência de infraestrutura de transporte e as diferentes condições climáticas impactaram os processos revolucionários. Tais aspectos favoreceram, por exemplo, regiões como Buenos Aires e Caracas a serem precursoras das rebeliões (RODRÍGUEZ, 1998). Outro exemplo foi a lentidão com a qual as notícias dos levantes independentistas americanos atingiram Lima, cidade voltada ao Pacífico. Cidades como La Paz, Quito e Santa Fé de Bogotá, por se encontrarem em altitudes significativas, sofriam com isolamentos temporários. Sendo assim, além dos conflitos civis, os fatores topográficos e as condições climáticas foram aspectos que prejudicaram o ritmo das revoluções.

Por gozar de vantagens como clima propício à agricultura e localização próxima ao porto de La Guaira – principal rota de saída das exportações – Caracas se consolidou na liderança produtiva regional, com destaque para as produções de cacau, café e anil. Por

²⁰ Traduzido do original: “*The way independence was achieved and the previous degree of commitment to colonial mercantilism conditioned the new republics’ performance. Independence did not level off regional disparities*”.

²¹ Assembleias compostas por hispano-americanos que, em teoria, assumiam uma posição de lealdade e dependência em relação ao rei espanhol Fernando VII, mas, na prática, operavam com autonomia.

concentrar, na década de 1810, quase 800 mil pessoas – praticamente metade de toda a população venezuelana – e ter maior dinamicidade comercial, Caracas era responsável por quase 80% da produção de cacau, número que aumenta para quase 100% quando se trata de café e anil (RÍOS, 2018).

Outros dois gêneros que merecem ser citados são o açúcar e o tabaco. Assim como o café, o açúcar exigia altos investimentos em mão de obra e infraestrutura, ao mesmo tempo que apresentava um complexo ciclo produtivo. Apesar destes fatores e de ser relativamente negligenciado, o açúcar era um dos itens essenciais para o comércio interno da Venezuela (MCKINLEY, 1985). Comparativamente ao café e ao açúcar, o tabaco era uma cultura mais barata e mais rentável, com a vantagem de causar dependência no usuário, ensejando o aumento da demanda. Muito embora fosse considerado item de exportação, havia certa procura interna pelo tabaco. De acordo com Mckinley (1985), Caracas centralizava por volta de dois terços da produção, reunindo, em 1808, um grupo de até 8 mil trabalhadores no Vale do Aragua.

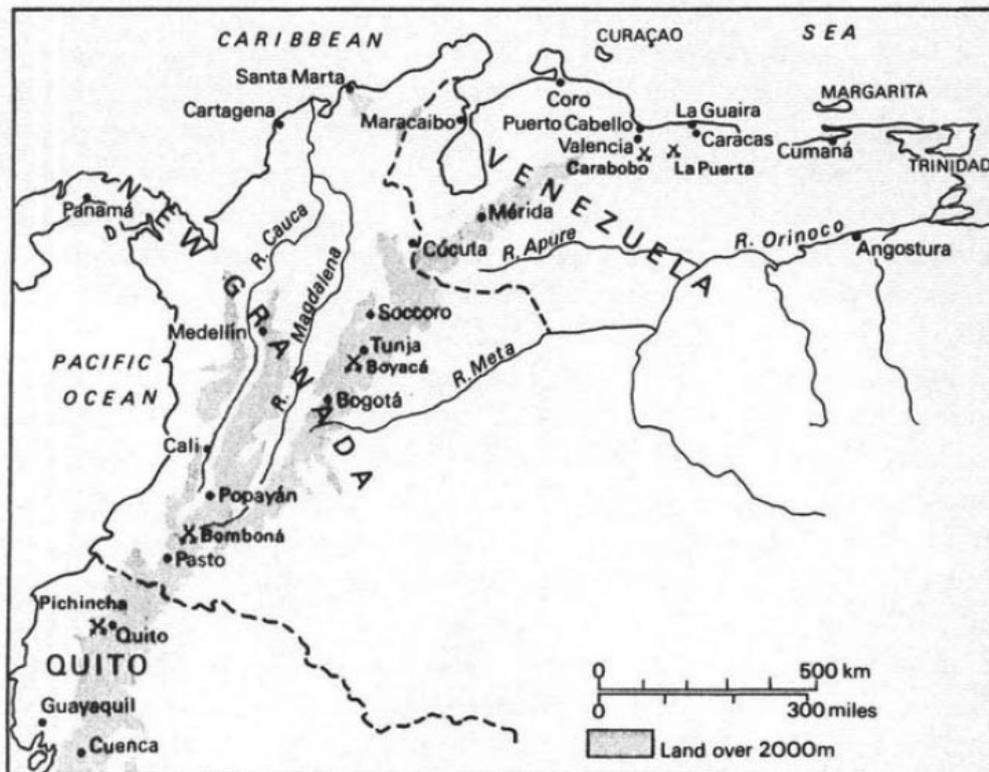
Além disso, os vínculos comerciais entre as regiões não apresentaram resultados positivos imediatos. É certo que, mesmo no decurso colonial, essas relações não se mostravam promissoras. Entretanto, havia uma expectativa de que a complementariedade das economias fomentasse maior fluxo comercial. A princípio, não foi o que ocorreu. Prioritariamente às trocas comerciais estavam os investimentos para a manutenção/expansão dos exércitos patriotas e em assegurar um mínimo de ordem institucional (ESCOSURA, 2006). Mesmo porque as distinções, em termos produtivos, de disponibilidade de recursos e de capital entre as colônias não permitiu esboçar um modelo econômico padronizado.

Parte dessas disparidades, bem como as infraestruturas de transporte, podem ser consideradas heranças das restrições e repressões coloniais. Juntamente com todas estas condições, as rivalidades internas podem ter sido um dos aspectos que refrearam os focos revolucionários no Equador, por exemplo. O que não parece atrair tanta atenção é como as rivalidades interclasses dentro das maiores cidades influenciaram no adiamento da independência. Havia um hiato considerável entre as camadas mais pobres e as oligarquias. Estas últimas, além de estarem afastadas dos centros intelectuais, não demonstraram um ímpeto inicial para liderar sua emancipação (BUSHNELL, 1985).

Gerado esse ímpeto, as elites *criollas* amargaram derrotas iniciais. Os rebeldes vindos de Guayaquil – cuja emancipação foi anunciada em 1820 – acreditaram poder libertar outras partes da antiga audiência, o que não ocorreu. Passadas essas primeiras derrotas, o quadro da guerra estava prestes a ser alterado. Dois foram os fatores principais para o êxito das lutas posteriores: incorporação das reticentes parcelas da população que tratavam com desconfiança

as posturas inclusivas das classes mais ricas e a chegada do reforço enviado por Bolívar e comandado pelo general Antonio José de Sucre (MORA, 2008). A chegada de Sucre foi o gatilho para a virada revolucionária e a derrota final do exército monarquista em 1822 na batalha de Pichincha.

Figura 1 – Guerras de independência na América do Sul: teatro norte



Fonte: (Bushnell, 1985, p. 112).

Como é possível perceber a partir da visualização do mapa acima, as batalhas mais importantes pela independência se desenrolaram ao longo da cordilheira dos Andes, no sentido norte-sul. Até a vitória em Pichincha, outros quatro grandes confrontos foram travados: La Puerta (Venezuela – 1818), Boyacá (Colômbia – 1819), Carabobo (Venezuela – 1821) e Bomboná (Colômbia – 1822). Isso comprova que, além do exército espanhol, as tropas de Bolívar tiveram ainda que desafiar o relevo sul-americano em busca de seus objetivos, tendo que, em alguns casos, retroceder para assegurar/retomar posições já libertadas.

Há, contudo, aqueles que assumem um posicionamento mais positivo desses eventos e enfatizam o sentimento de unidade regional resultante (CASTILLO, 2009). Haveria, portanto, uma identificação dos povos rebeldes em prol de uma supranacionalidade. Para Castillo (2009), os fatores operacionais e militares da guerra foram suplantados em importância pelo desejo de rompimento das repressões políticas às quais os revolucionários estavam submetidos. Isso se

comprovaria, em parte, pelas modestas condições dos pequenos exércitos e pelas circunstâncias geográficas e climáticas enfrentadas. Ele argumenta, finalmente, que as vitórias patriotas se deram, em grande medida, graças aos “enormes erros de Fernando VII e dos governos absolutistas e liberais em Madri desde 1815 em diante”²² (CASTILLO, 2009, p. 443, tradução nossa).

O que se pode constatar, todavia, é que, muito embora as revoluções tenham tido em comum ideais antimonarquistas e autonomistas, as demandas e os anseios divergiam nas variadas sociedades. Muito da instabilidade política advinda dos movimentos independentistas foi fruto da inabilidade das elites *criollas* em conduzir os assuntos públicos, tendo em vista a transferência improvisada das instituições e ordenamentos legais espanhóis pela Coroa para suas colônias (COATSWORTH, 2006). Esses grupos tinham como ideais o liberalismo econômico adotado na Europa e a tentativa de desligamento do passado colonial. Uma outra vertente, mais inclusiva e heterogênea, buscava a inserção dos povos indígenas nas estruturas sociais e a construção de um imaginário cultural próprio (FURTADO, 1970).

Em meio à saída de capitais estrangeiros, ao colapso fiscal em algumas economias, à limitação do comércio exterior e à redução da renda *per capita*, os movimentos revolucionários presenciaram um aprofundamento das fissuras entre seus comandantes (BULMER-THOMAS, 2003). Em 1815 – quando ainda guardava alguma ilusão em formar uma grande nação no subcontinente sul-americano, integrado por uma só língua, uma religião, um governo e uma origem histórica – Bolívar (2009, p. 84, tradução nossa) já vislumbrava as disputas que irromperiam no seio de seu exército, considerando que “climas remotos, situações diversas, interesses opostos, caracteres diferentes, dividem a América”²³.

A despeito de (ou por causa de) algumas vitórias patriotas e do recuo do exército monarquista, as rupturas surgiram entre as alas dos altos oficiais e de burocratas que pretendiam manter as bases socioeconômicas das antigas colônias (ZEUSKE, 2018), com a diferença que não haveria mais a intervenção espanhola. Francisco de Paula Santander foi um dos generais que Bolívar encarregou de administrar a Grã-Colômbia (união dos atuais Panamá, Colômbia, Venezuela e Equador) desde Santa Fé de Bogotá. Santander foi um desses líderes que, cerrado em seu gabinete e privado do campo de batalha, deu início a reformas de cunho liberal, cujos resultados a curto prazo foram a piora da qualidade de vida da população e o afastamento dos

²² Traduzido do original: “*enormes errores de Fernando VII y de los gobiernos absolutistas y liberales en Madrid desde 1815 en adelante*”.

²³ Traduzido do original: “*climas remotos, situaciones diversas, intereses opuestos, caracteres desemejantes, dividen a la América*”.

ideais de Bolívar.

Esse distanciamento aumentou ao longo dos anos 1820, à medida que Santander se colocou ainda mais em oposição às diretrizes de Bolívar. Ambos, que nos primeiros anos revolucionários participaram de importantes batalhas, compartilhavam agora poucos valores. O primeiro era fiel à lei, de conduta liberal na economia, extremamente religioso e dotado de uma perspectiva restrita, local; Bolívar, por seu turno, não se guiava por nenhum dogma religioso em específico, era sensível às necessidades sociais e vislumbrava seu projeto de um prisma mais amplo e integrativo (KOHAN, 2014).

2.3 LEGADOS COLONIAIS E CENÁRIOS IMEDIATOS PÓS-INDEPENDÊNCIAS

O que se viu imediatamente após a conquista das independências hispano-americanas foi um quadro crítico. Além da manutenção da rígida estratificação social, a precarização das condições de trabalho, o vácuo político e a crise econômica foram elementos que atingiram, principalmente, os indígenas e os escravos (RIBEIRO, 2017). Com exceção da Bolívia (1826) e do Chile (1823), todos os territórios analisados só aboliram a escravidão perto da metade do século XIX (ESCOSURA, 2006). O que se percebe é que ao invés de conduzirem à uma nova realidade e à transformações estruturais nas sociedades, as guerras de libertação foram sucedidas por sistemas que conservaram heranças coloniais (STEIN e STEIN, 1977; ANDRIEN, 1995).

A lógica de exploração, por exemplo, perdurou ainda por algumas décadas, opondo-se ao projeto de Bolívar de desenvolvimento das capacidades econômicas dos territórios atrelado à maior inclusão social. A visão de boa parcela dos grupos *criollos* era que os esforços para retirar as novas repúblicas da situação na qual se encontravam direcionavam-se para: maior liberalização das trocas comerciais; incentivo para a entrada de investimentos externos; e, finalmente, fomento do comércio exterior (ALBERT, 1983).

Em âmbito regional, ainda havia uma tendência pela fragmentação da hispano-américa em repúblicas menores e autônomas, o que frustrou o plano de Bolívar. Não por acaso, os processos de rompimento se deram a partir de 1830, ano de sua morte. Nesta data, a antiga Grã-Colômbia foi desmembrada em Nova Granada (atuais Colômbia e Panamá), Equador e Venezuela. Peru e Bolívia, por sua vez, se separaram depois de uma rápida união entre 1836 e 1839. O que fora concebido para ser uma só nação, em poucos anos, se transformou em várias pequenas repúblicas, cujas despesas administrativas advindas da atomização geográfica e da ampliação de entidades políticas (ESCOSURA, 2006) foram absorvidas pela população por

meio de impostos.

A busca por uma unidade nacional e um apreço pela liberdade individual – propósitos que alicerçaram o projeto, especialmente, da Grã-Colômbia – foram suplantados pela dispersão de forças (MORA, 2002; ACOSTA, 2006). Conquistadas as independências, as novas classes políticas enfrentaram sua relativa inexperiência na condução de um autogoverno soberano; quando muito, usavam sua autoridade para proteger seus interesses. Ao menos esse objetivo era concreto: evitar que as independências se tornassem revoluções permanentes capazes de causar mudanças sociais disruptivas (STEIN; STEIN, 1977).

Quando não havia alternativa senão apelar aos negros e indígenas – como ocorreu nas independências –, inúmeras eram as promessas feitas pelos *criollos*. Não causou estranheza quando, afinal, tais garantias não foram cumpridas. Atingidos seus propósitos, as elites *criollas* “não hesitaram em reduzir (ou eliminar) os compromissos previamente estabelecidos em termos de transformação social” (STEIN; STEIN, 1977, p. 123). Após o término das guerras, as elites que assumiram os governos perceberam que os estratos sociais inferiores eram essenciais não só no campo de batalha, mas também na geração de riquezas.

Diante da necessidade de criação de novas bases fiscais e monetárias que fomentassem as fragilizadas economias pós-coloniais, as novas repúblicas possuíam *déficits* e despesas militares que absorviam parcela considerável dos recursos advindos dos impostos (ESCOSURA, 2006). Algumas dessas dívidas comerciais e empréstimos tinham a Inglaterra como credora. Por volta de 1825, de acordo com Albert (1983), muitos desses deveres estavam vencidos e sem perspectiva de pagamento.

Em vista dessas dificuldades, em novembro de 1830, cerca de um mês antes de sua morte, Bolívar (2009, p. 387, grifo e tradução nossos) lamentou os rumos das revoluções sul-americanas e enumerou seus insucessos e receios em carta endereçada ao general Juan José Flores, então comandante do Equador: “1º) a América é ingovernável para nós. 2º) aquele que serve a uma revolução ara no mar. 3º) a única coisa que se pode fazer na América é emigrar. 4º) este país [*Grã-Colômbia*] cairá infalivelmente em mãos da multidão desenfreada”²⁴.

Esta, claro, é uma fala que representa um Bolívar já debilitado pela tuberculose – causa de sua morte – e decepcionado ao ver soçobrar seu plano de integração regional. O segundo item da carta referida no parágrafo anterior é indicativo do sentimento de frustração ao concluir que o destino de um revolucionário é ser esquecido, “jogado ao mar”, e que suas lutas seriam

²⁴ Traduzido do original: “1º) la América es ingobernable para nosotros. 2º) el que sirve una revolución ara en el mar. 3º) la única cosa que se puede hacer en américa es emigrar. 4º) este país caerá infaliblemente en manos de la multitud desenfreada”.

esvaziadas de significado. Ao analisar-se o período pós-independência de uma posição privilegiada temporalmente, é possível inferir que inúmeros eram os interesses em disputa, não só internamente às novas repúblicas como entre as grandes potências europeias.

Por um lado, não havia nenhum grupo capaz de desenvolver e conduzir uma proposta de união regional que se desvencilhasse dos localismos; de outro, existiam iniciativas, por parte das potências capitalistas, para manter a fragmentação e a conseqüente vulnerabilidade das novas repúblicas sul-americanas (MORA, 2008). Os elementos negativos apontados anteriormente não indicam que as lutas de independência tenham sido vazias em si mesmas e em conseqüências. Como dito, o objetivo das elites era a ocupação dos cargos burocráticos e políticos a partir de uma substituição da burocracia europeia, mantendo intocados os sistemas de exploração produtiva (KOHAN, 2014).

Para isso, necessitavam de uma infraestrutura mínima. Foi assim que, não obstante tenham sido severamente afetados, os centros urbanos continuaram sendo o destino de muitos interioranos. Em função da necessidade de reconstrução de muitas dessas cidades e pela carência de mão de obra em quase todos os setores, houve rápido crescimento demográfico. De acordo com Morse (1990), o número aproximado de habitantes – 10 milhões – da América Hispânica não sofreu grandes alterações no decorrer do século XVIII. Esse número duplicou quando das independências, impulsionado, principalmente, pelo crescimento natural, pela imigração e pela queda da mortalidade entre os indígenas (MORSE, 1990).

Do ponto de vista mercantil, em geral, as medidas tomadas pelas ex-colônias para conter a entrada de itens vindos da Europa dificilmente podem ser vistas sob uma óptica integrativa. Isso ocorre porque os novos Estados hispano-americanos criaram barreiras fiscais tanto para artigos europeus como para os provenientes de seus vizinhos (KLEIN, 2011). Outro fator que, aparentemente, foi limitador do crescimento da fabricação de bens com algum grau de manufatura foi a escassez de procura pelos consumidores. Isso fica mais evidente, tendo em vista que “a indústria, em áreas subdesenvolvidas, não formula a demanda; limita-se a responder às suas solicitações” (STEIN; STEIN, 1977, p. 104).

As densidades demográficas são muito sintomáticas desse fenômeno industrial. Ao passo que a cidade de La Paz, por exemplo, concentrava cerca de 40 mil habitantes em 1825, Potosí sofria com o declínio populacional que a crise mineira desencadeara ainda no século XVIII (BONILLA, 1985). As causas anteriormente citadas (inundações, abandono das minas, guerras de independência), de acordo com Bonilla (1985), foram responsáveis pela perda de 30% da produção em todo o Alto Peru entre as décadas de 1810 e 1830, correspondendo a cerca de 200 mil marcos nos anos 1820. É razoável, desse modo, compreender a demanda em função

também dessa instabilidade demográfica.

Algumas das soluções encontradas pelas instituições governamentais do Alto Peru para a recuperação econômica foram no sentido da tentativa de controle fiscal, confisco de bens da Igreja Católica, aumento de recursos provenientes do comércio exterior e reintrodução de impostos que haviam sido extintos (BONILLA, 1985; KLEIN, 2011). Em relação aos impostos extintos um se destacou, cuja cobrança era feita exclusivamente aos indígenas do sexo masculino – entre 18 e 50 anos – ao longo do período colonial. Após a independência, a supressão dessa cobrança foi considerada pelo governo como um alívio para a economia das classes indígenas.

Contudo, após pouco tempo, esse montante provou-se essencial para os planos de Antonio José de Sucre, general que, por possuir o respeito e a admiração de Bolívar, recebeu a incumbência de governar o Alto Peru. O imposto que era restrito aos homens, agora não só englobava toda a população indígena como passara a representar 60% das receitas governamentais, contra os 25% na época da Coroa espanhola (KLEIN, 2011).

Outra preocupação do governo era a balança comercial. Ainda que em crise, as explorações de ouro e prata representavam grande parte das exportações bolivianas. Dados de 1826, compilados por Bonilla (1985), mostram que enquanto as importações totalizaram cerca de £637 mil, outras £722 mil foram exportadas em cargas compostas, majoritariamente, por esses dois metais, além da quinquina²⁵ e do estanho. Dada a situação vacilante da manufatura doméstica, o fluxo de mercadorias que entrava consistia basicamente em produtos têxteis originários da Inglaterra. Sucre, diante da imobilidade da economia boliviana, encetou algumas medidas para aliviar a classe produtora e mercantil.

No mesmo ano de 1826 foi extinta a *alcabala*, um dos impostos mais significativos para o império espanhol e que incidia sobre as vendas de mercadorias dentro das colônias. Para além disso, Sucre reduziu os entraves fiscais sobre as culturas de tabaco e coca, eliminou os resquícios que ainda restavam da *mita* e equalizou a carga tributária – para os sistemas produtivo e comercial – com somente um imposto sobre propriedades urbanas e rurais (KLEIN, 2011). Este último ponto, em especial, tem um significado mais profundo, uma vez que a incidência de impostos sobre as camadas mais pobres era um fator de insegurança social. Por tudo isso, as reformas de Sucre na Bolívia podem ser caracterizadas como revolucionárias para a época.

No que diz respeito ao atual território do Equador, após encerrada a guerra, Bolívar decidiu integrá-los à Nova Granada. Talvez esse episódio tenha sido um dos poucos em que

²⁵ Pequeno arbusto, oriundo da América do Sul, com propriedades medicinais.

Bolívar demonstrou um traço que não era costumeiro: a imprecisão político-ideológica. Ao mesmo tempo que prezava pela autonomia dos povos desde o estopim dos conflitos, Bolívar impediu o que teriam sido, possivelmente, os primeiros desejos dos habitantes de Guayaquil: a anexação ao Peru ou a conquista da própria independência (COLLIER, 1983; RODRÍGUEZ, 1998). Ao invés disso, Bolívar considerou, entre outras razões, a relevância estratégica e a localização geográfica do porto *guayaquileño*.

Ao escrever a um amigo desde Cuenca, Bolívar fez questão de pontuar as distinções entre a costa e a serra equatorianas. À primeira, qualificou como “incomparável e preferível a todas”²⁶ (2009, p. 198, tradução nossa). Quanto à Quito, Bolívar restringiu os elogios à beleza e à urbanização, temendo a existência de perigosos vulcões nos arredores da cidade. Em síntese, acreditava que era fundamental para conter qualquer ameaça vinda do sul. Para isso, tratou de conceder regalias e de articular os interesses locais com os da revolução (BOLÍVAR, 2009). Ademais, as terras equatorianas eram um posto estratégico para organizar os preparativos para as campanhas do Peru e do Alto Peru (ACOSTA, 2006).

Além de estratégica, Guayaquil passava por transformações em seus fluxos produtivos e comerciais, no transcorrer do começo do século XIX, que foram percebidas por Bolívar. Conforme dados reunidos por Contreras (1990), as exportações totais de Guayaquil somavam 298 mil pesos em 1775; o auge ocorreu em 1804, quando as cifras alcançaram mais de 700 mil pesos. A tabela abaixo dá um panorama do avanço desses números:

Tabela 1 – Evolução das exportações na cidade de Guayaquil (1775-1822)

Ano	Valor das exportações totais (em pesos)
1775	298.603
1787	598.730
1804	701.873
1811	215.001
1822	747.600

Fonte: Adaptado de Contreras (1990, p. 135-136).

Essas informações indicam que, a partir das reformas liberais em 1808, o porto *guayaquileño* passou a escoar para o exterior quase 90% de toda a produção da audiência feita por via marítima, tendo como principais destinos a Espanha – com 38% das exportações – e o Peru – com 31% (CONTRERAS, 1990). A relação comercial de Guayaquil com seus vizinhos peruanos era sintomática de seu distanciamento (real e figurativo) de Quito. Para Rodríguez (1998) o trajeto marítimo saindo de Guayaquil até Lima era preferível aos obstáculos

²⁶ Traduzido do original: “*incomparable y preferible a todas*”.

geográficos que separavam a costa e a serra equatorianas.

Em princípio, a queda nas exportações em 1811, apontada pela tabela, indica um impacto negativo das guerras de libertação hispano-americanas no setor, uma vez que vias de transporte, cadeias produtivas e as burocracias responsáveis pelo comércio foram afetadas pelos conflitos. O ano de 1822 apresentou um incremento se comparado ao decênio anterior, levando em consideração a crescente demanda internacional pelo cacau e o processo pelo qual o porto de Guayaquil se convertia de simples local de trânsito de pessoas à zona estratégica para o comércio exterior (CONTRERAS, 1990).

Em 1830, quando da criação do Estado do Equador, as animosidades regionais continuaram sendo peças importantes na construção da nova república. Os três maiores centros (Cuenca, Guayaquil e Quito) optaram pelo rompimento com a Grã-Colômbia, mas por razões distintas. O primeiro viu suas relações comerciais com o Peru renascerem depois de quase dez anos, o que reacendeu o desejo de emancipação; Guayaquil, por seu turno, havia mantido lealdade à Grã-Colômbia até a queda nas exportações no decurso dos anos 1820, o que provocou um redirecionamento de alianças; por fim, as elites *quiteñas* temiam um abalo das estruturas sociais que tão bem as tinham servido, ao mesmo tempo que se opunham às políticas liberais que deterioravam o setor têxtil já em declínio (MORA, 2008).

A oposição entre Quito e Guayaquil era mais profunda do que distinções produtivas sugerem. A primeira era um reduto conservador, traço que continuou presente nas instituições políticas mesmo depois da independência do Equador. Na visão de Stein e Stein (1977) os conservadores derivavam de dois grupos que remontavam ao início do século XIX: os tradicionalistas/realistas (indivíduos – como por exemplo militares, nobres e burocratas – que tencionavam a conservação dos valores tradicionais da sociedade, mas que acreditavam que mudanças pontuais nas estruturas sociais e políticas seriam bem-vindas) e os insurgentes (comerciantes, eclesiásticos e donos de fundições que se aproveitavam dos arranjos econômicos e comerciais vigentes, mas que, para progredirem, careciam de transformações mais profundas do que os realistas estavam dispostos a aceitar).

Por outro lado, os liberais, representados por Guayaquil, eram compostos basicamente por dissidentes radicais e moderados advindos das categorias citadas anteriormente (STEIN; STEIN, 1977). Para os liberais estava claro que as antigas práticas comerciais coloniais e o ambiente autoritário do colonialismo não eram elementos favoráveis à expansão dos negócios e à atração de investimentos externos. Outra questão na qual os liberais atuaram foi no rechaço à monarquia constitucional e escolha pelo modelo republicano após a libertação colonial, considerando que este último – apesar de não significar, de forma automática, democracia –

proporcionaria maior autonomia e flexibilidade na economia e no comércio.

A Venezuela se destacou como uma das regiões mais abaladas pelas lutas libertadoras (CARDOSO e BRIGNOLI, 1983; BUSHNELL, 1985). Seu transporte comercial interno – assim como ocorreu com Bolívia e Equador – fora prejudicado pelas guerras de independência. Além das poucas estradas, as vias fluviais também foram subaproveitadas. Logo, grande parte da produção interiorana de alimentos serviu para a subsistência, enquanto a costa direcionava seus itens para exportação. Um cenário como esse não inspirava grandes mudanças positivas. Pelo contrário, como mencionado anteriormente, a pecuária foi um dos setores mais afetados. Calcula-se que, antes dos conflitos, nos vales do Aráguá e de Tuy – reconhecidos pela importância econômica para a região – o número de cabeças de boi girava em torno de 4,5 milhões, caindo para 250 mil na segunda metade da década de 1820 (ITURRIETA, 2018).

Apesar de ser a pátria de Bolívar e ser-lhe estrategicamente importante, o líder revolucionário permaneceu os últimos anos de sua vida sem grandes contatos com a Venezuela. Distanciamento compreensível, a julgar por suas campanhas militares em direção ao sul. Bolívar, inclusive, foi um bom exemplo de como um conflito pode consumir com as riquezas de um oligarca. Praticamente toda sua fortuna (herdada após a morte de sua mãe, mas só desfrutada a partir dos 18 anos) foi investida na preparação e execução de seu plano libertário. A decadência veio tanto para essa elite detentora de grandes plantações, quanto para a pecuária (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983).

Encerradas as batalhas, houve um período de acomodação das forças sociopolíticas nas novas repúblicas sul-americanas. Esse momento foi marcado pela estagnação econômica na maioria delas, resquício dos longos conflitos por emancipação. O projeto de Bolívar, pelo menos até as décadas de 1850 e 1860, não havia produzido os resultados esperados (DONGHI, 1980). A América do Sul continuava a exercer seu antigo papel na lógica do comércio internacional: exportadora de produtos primários. A posse da terra retomou, assim, sua importância. Seu monopólio foi uma característica importante nessas novas repúblicas até, pelo menos, o começo do século XX (STEIN; STEIN, 1977).

A incapacidade das revoluções de gerar um ambiente em que os setores agrícola, industrial e mercantil se unissem em prol de um crescimento econômico genuinamente sul-americano é uma das razões que conduziram as novas repúblicas às condições de fornecedoras de matéria-prima para o mercado externo (STEIN; STEIN, 1977). Ainda que, do ponto de vista político e social, não mais houvesse as amarras dos tempos coloniais, a dependência econômica das ex-colônias em relação às antigas metrópoles persistiu na segunda metade do século XIX. Para Stein e Stein (1977), as guerras de independência – que se encerraram em 1824 – foram

um dos principais catalisadores do neocolonialismo.

A lógica, por conseguinte, se mantém praticamente intacta: exportação de produtos com baixo valor agregado e importação de bens manufaturados. Estes últimos, entretanto, não são mais os mesmos. Produtos têxteis e utensílios domésticos foram substituídos por bens de capital (metalurgia), combustíveis (carvão) e peças de reposição (DONGHI, 1980). Os ideais de união sul-americana de Bolívar não só foram abandonados como as elites continuaram exercendo o papel que outrora cabia aos colonizadores espanhóis, qual seja, o de classe opressora frente aos negros e indígenas (RIBEIRO, 2017). Além de perpetuarem as desigualdades de renda, uma parte dessas elites ainda deu início à usurpação de terras indígenas.

Tais ocupações indevidas estavam atreladas, em alguns casos, à necessidade de atender à demanda internacional de produtos primários. A crescente concentração das propriedades fundiárias e da mão de obra em um número reduzido de famílias aristocratas foi uma das tendências pós-independência. Assim, percebe-se que muitas práticas arbitrárias – sejam elas sociais, políticas ou econômicas – se mantiveram relativamente ilesas. Muito embora tenham apresentado pautas liberais durante o período revolucionário, grande parcela das ex-colônias hispano-americanas adotou políticas conservadoras após suas independências, reproduzindo padrões coloniais.

Esse novo pacto colonial (DONGHI, 1980), de uma maneira mais ampla, não satisfaz as expectativas financeiras das partes envolvidas nas primeiras décadas de independência. Os resultados econômicos aquém do esperado eram o símbolo de que, a despeito do fim dos conflitos, ainda havia discrepâncias sociais internas nas novas repúblicas que tornavam seu progresso inconstante. Em grande medida, as reformas sociais prometidas pelos líderes das revoluções haviam sido esquecidas. Uma das principais era a reforma eleitoral, cuja finalidade era ampliar o número de eleitores e democratizar os pleitos. Esse plano, contudo, esbarrava na recusa das elites em dividir o poder de escolha dos governantes com a população em geral.

Outra proposta reivindicada, em especial pelas camadas médias, foi a reforma universitária. O objetivo era desenvolver métodos de ensino modernos, sem interferência de crenças religiosas e que capacitassem a população a produzir instrumentos e técnicas para resolver os problemas cotidianos (BRIGNOLI, 2018). Por abrigarem uma quantidade cada vez maior de representantes das classes médias, as universidades passaram a valorizar a educação voltada à realidade diária de seus estudantes, assim como entender suas demandas e lutas. Não por acaso, duas das questões mais abordadas pelos estudantes eram o anti-imperialismo e a luta contra a oligarquia (BRIGNOLI, 2018).

A conjuntura equatoriana era muito representativa dessa violência à qual,

principalmente, os indígenas foram submetidos. Povos indígenas eram sujeitados a regimes de trabalho semelhantes à escravidão. O mais conhecido era o *concertaje*, sistema no qual os trabalhadores vendiam sua força de trabalho para latifundiários. Essa relação era análoga às práticas coloniais e envolviam os indígenas em dívidas cumulativas geradas pela obtenção de itens básicos para sua sobrevivência (ACOSTA, 2006). A carência de trabalhadores, ocasionada pela atuação de muitos escravos nas guerras de independência, conduziu os latifundiários equatorianos em direção à mão de obra indígena (DONGHI, 1985). O *concertaje* só foi dissolvido em 1918, tendo vigorado por quase dois séculos.

Estes conflitos sociais interclasses são símbolos de outros antagonismos em esferas superiores, tais como a animosidade entre Quito e Guayaquil – evidenciando a fragmentação interna da República do Equador – e o fracionamento do antigo império hispano-americano em unidades que não viam a integração regional como um projeto exequível. Quanto às hostilidades entre serra e costa equatorianas, uma das causas era a transformação da economia mundial e a tentativa de inserção do país nesse movimento. Ainda que, em 1858, a serra concentrasse cerca de 82% da população total (ACOSTA, 2006), Guayaquil era o núcleo do crescimento econômico equatoriano, sustentado, cada vez mais, pela exportação de cacau.

Tabela 2 – Evolução do peso demográfico relativo dos grandes conjuntos regionais equatorianos, em porcentagem (1780-1909)

Conjuntos regionais	1780	1840	1909
Manabí e Esmeraldas	2,35	5,86	9,16
Guayas e Litoral Sul	5,22	9,16	21,26
Serra Norte	26,02	23,79	20,60
Serra Central	41,48	38,56	24,93
Serra Sul	24,93	22,69	24,03

Fonte: Adaptado de Deler (1992, p. 299).

A participação do Equador nesse processo de dinamização da economia mundial, todavia, produziu um distanciamento ainda maior entre suas principais cidades (ACOSTA, 2006). Isso ocorreu, pois o papel atribuído ao país em âmbito internacional não favorecia a complementariedade de suas economias locais, tampouco possibilitava a ampliação da pauta produtiva. As fazendas de cacau foram predominantes na costa, ao passo que a serra fornecia gêneros alimentícios para consumo doméstico. Além disso, de acordo com Acosta (2006, p. 41) “a forma passiva de participar no mercado internacional provocou o desmantelamento de várias atividades manufatureiras e artesanais”.

O Equador foi somente um representante do fenômeno que afetou vários países. Embora conservadoras em seus valores, essas sociedades iniciaram reformas econômicas liberais por

toda a região. Dois fatores foram cruciais: a reconstrução e melhoria das infraestruturas que estavam, de algum modo, ligadas às cadeias produtivas e a ampliação das exportações de *commodities* (BRIGNOLI, 2018). À medida também que os países europeus vivenciavam um aumento demográfico – induzindo incrementos nos fluxos de importação – as produções americanas tiveram que se adaptar. Conforme Donghi (1985), a média das exportações sul-americanas para a Inglaterra dobraram em valor entre 1750 e 1900.

A partir de 1870, as repúblicas hispano-americanas se tornaram destinos menos instáveis para os investimentos externos (STEIN e STEIN, 1977; DONGHI, 1980; ALBERT, 1983; GLADE, 1986; BULMER-THOMAS, 2003). Ao levar-se em consideração o cenário deixado pelas batalhas contra o exército espanhol e os atritos entre elites, escravos e indígenas durante as primeiras décadas de autonomia política, é razoável afirmar que a consolidação de uma estabilidade social – ainda que controversa – só tenha ocorrido no final do século XIX (GLADE, 1986). Foi esse contexto que permitiu, por exemplo, que os números do café venezuelano sobrepujassem os do cacau em volume. O café representava, aproximadamente, 40% de todas as exportações do país em 1850, alcançando 60% nos anos de 1870 (DONGHI, 1985).

Essa nova configuração da cadeia produtiva global possibilitou às ex-colônias espanholas a acumulação de um excedente de capital. Ao contrário do que afirmam alguns estudos (CARDOSO e BRIGNOLI, 1983; BULMER-THOMAS, 2003), esse excedente não costumava ficar em terras americanas. Tinham como destino a Europa, através, entre outras maneiras, da importação de bens manufaturados pelas elites hispano-americanas. Disso resulta que essas repúblicas produziram recursos capazes de fomentar um processo de industrialização autônomo, mas que, de alguma forma, esses capitais foram remetidos para àquelas nações que já haviam atingido certa maturidade industrial (FRANK, 1973).

A Inglaterra, por seu turno, se aproveitava desses fluxos de capital para fortalecer ainda mais suas indústrias. As exportações das repúblicas sul-americanas, portanto, eram um dos motores fundamentais para a melhora da economia inglesa. Isso ocorria, pois esse crescimento, de uma forma geral, estava vinculado aos números da sua produção industrial que, por sua vez, necessitavam de quantidades cada vez maiores de insumos provenientes de regiões periféricas, com destaque para a América do Sul (GLADE, 1986). Outra forma de exploração foram os empréstimos – cujas taxas de juros eram consideráveis – concedidos às novas repúblicas, justificando, assim, a expansão das dívidas externas de várias dessas sociedades.

Apesar da discussão sobre a assertividade das escolhas feitas pelas lideranças do subcontinente nesse período, houve incremento tanto da produção quanto das trocas comerciais. Os empréstimos oriundos da Inglaterra – que, em 1865, atingiram a marca de £80 milhões –

foram de grande importância para a construção da infraestrutura sul-americana, com destaque para as ferrovias (ALBERT, 1983). Estas foram exemplo marcante da expansão viária do subcontinente. Os cerca de 12 mil quilômetros de linhas férreas existentes em 1880 se transformaram em mais de 100 mil por volta de 1920 (ALBERT, 1983). Tendo em vista as barreiras geográficas desses territórios, este foi um feito significativo.

Duas curiosidades surgem nesse contexto. Os produtores de alimentos em Quito não eram capazes de abastecer todo o território equatoriano com base em suas produtividades. Por isso, foi necessário importar grandes volumes de comida, em especial dos Estados Unidos, ao longo das últimas décadas dos anos 1800 (BULMER-THOMAS, 2003). A segunda diz respeito à Bolívia e sua privação de acesso ao mar. Sendo assim, pouco antes da Primeira Guerra, suas trocas comerciais por via marítima tinham como origem/destino o porto de Buenos Aires. Considerando que, àquela época, os bens eram contabilizados nos registros dos portos de partida/chegada, as estatísticas comerciais bolivianas estavam embutidas nas argentinas (BULMER-THOMAS, 2003).

Ao pensar novamente em questões demográficas, não foi somente a Europa que presenciou um incremento populacional na parte final do século XIX. Com a acomodação das forças sociais e a consolidação de uma estabilidade política, foi possível verificar uma expansão urbana. A Venezuela de 1873 abrigava quase dois milhões de pessoas; a população boliviana era 70% maior se comparada à do início do século; o Peru, em 1876, contabilizou mais de 2,5 milhões de habitantes; os números no Equador eram de 1,3 milhões no final da década de 1890 (DONGHI, 1980; ACOSTA, 2006). Esse acréscimo ocorreu a despeito das ainda inadequadas condições higiênicas e sanitárias da maioria das repúblicas sul-americanas.

Ainda que não representassem um *boom* demográfico, os números indicavam que havia um contingente cada vez maior de trabalhadores assalariados em potencial. Com as vantagens de solos férteis, mão de obra barata e baixos investimentos os fazendeiros da costa equatoriana lograram acumular capital que, por esses mesmos motivos, foi um dos vetores das disparidades sociais e da carência de estímulos para inovação tecnológica (ACOSTA, 2006). A solução para aumentar a produtividade passava não pelo aperfeiçoamento das técnicas e equipamentos e sim pela expansão da fronteira agrícola. Os salários, por sua vez, seguiam uma lógica decrescente, por não haver manifestações de trabalhadores que pressionassem essas elites.

O setor de exportação boliviano, por sua vez, apresentava uma dinamicidade maior. Em muitos casos, a mineração era uma atividade que, naturalmente, demandava maiores investimentos se comparada à agricultura. Por volta de 1880, a prosperidade das minas de Oruro e Potosí evidenciaram a necessidade de alimentos e mão de obra, assim como se tornaram

ícones de transformações nos sistemas econômico e sociopolítico bolivianos (KLEIN, 2011). Da óptica econômico-comercial é prudente afirmar que a mineração contribuiu para o sucesso das exportações, cujo acréscimo foi de 75% nos 20 anos finais do século XIX, em comparação ao seu começo (DONGHI, 1980).

O quadro econômico latino-americano dos anos 1870 em diante foi de prosperidade, mesmo que esta não tenha sido compartilhada por toda a sociedade, senão por poucos indivíduos que detinham os meios de produção. Sem embargo, são notáveis os percentuais de representatividade da América do Sul no comércio mundial até a primeira década do século XX. De acordo com Furtado (1970), o subcontinente fornecia 18% dos cereais consumidos globalmente; 11,5% dos produtos provenientes da pecuária; 62% do café, cacau e chá; 37,6% do açúcar; e 14,2% das frutas e vegetais. Por outro lado, a evolução política não acompanhou o crescimento comercial, assentado, em grande medida, no legado de Bolívar.

3 BOLÍVAR VIVE? REVERBERAÇÕES REGIONAIS DO LEGADO DE BOLÍVAR NO SÉCULO XX

Efetivamente, a unidade geográfica jamais funcionou aqui como fator de unificação porque as distintas implantações coloniais das quais nasceram as sociedades latino-americanas coexistiram sem conviver, ao longo dos séculos. [...] As próprias fronteiras latino-americanas, correndo ao longo da cordilheira desértica, ou da selva impenetrável, isolam mais do que comunicam e raramente possibilitam uma convivência intensa (RIBEIRO, 2017, p. 3).

No primeiro capítulo, a investigação dos eventos revolucionários na América Latina, de uma perspectiva geral, oportunizou localizar recortes espaciais e temporais dessa pesquisa. Esta segunda parte tem por objetivo estreitar, gradativamente, a análise para os países que, do nosso ponto de vista, podem ter sido mais afetados pelos ideais de Simón Bolívar e que, de alguma forma, tenham guardado seu legado durante o período estudado. Isso não significa que a realidade latino-americana, a partir de uma visão mais ampla, não é aqui abordada. O propósito, contudo, é focar em quatro países, a saber: Bolívia, Cuba, Equador e Venezuela. A presença de Cuba se justifica por sua crescente importância geopolítica nos anos de 1900.

Passados 70 anos da morte de Bolívar, era difícil encontrar resquícios do que outrora fora seu projeto libertador na América Latina. As lutas por maior autonomia política e econômica e pela integração regional não foram suficientes para suprir carências das camadas mais empobrecidas. É verdade que houve uma dinamização das trocas comerciais com o exterior, mas os ganhos foram monopolizados por grupos restritos. Estes grupos detinham também o controle político e relutavam em ceder maior participação a outros grupos sociais com receio de serem privados de suas prerrogativas. O século XX iniciou com desafios para aqueles que ainda buscavam nos ideais de Bolívar algum tipo de inspiração.

O recorte geográfico apontado acima se justifica pelo entendimento de que esses países, de maneiras distintas, seguiram a ideologia de Bolívar após sua morte. A inclusão de Cuba somente nessa segunda parte foi em razão de sua independência tardia, conquistada na década de 1890. Além disso, a ilha é importante para o estudo das revoluções hispano-americanas do século XX e a aplicação – ou não – do pensamento de Bolívar. Muito embora o enfoque territorial seja agora mais circunscrito, os domínios expostos não sofreram maiores mudanças, quais sejam: político, econômico e social. Cuba é o primeiro país a ser debatido.

O povo cubano foi um dos últimos a conseguir a libertação do império espanhol nas Américas. Encerrada a guerra de emancipação contra a metrópole espanhola em 1898, Cuba foi o retrato do subcontinente em princípios dos anos 1900. Assim como boa parte de seus vizinhos sul-americanos, o país experimentou nesse período o alargamento do peso político e econômico da potência global despontante: os Estados Unidos. Ainda que por motivações e em conjunturas

diferentes dos outros países, Cuba se viu livre de um colonizador europeu para, logo em seguida, continuar sob a tutela de uma democracia liberal que, não obstante seu poder, ainda estava construindo as estruturas de sua futura hegemonia global.

Não bastasse a ingerência norte-americana, os cubanos tinham de lidar ainda com as repercussões resultantes de três anos de conflitos. Ao final da guerra, o quadro era delicado: mortes civis se aproximavam de 160 mil; 90% das cabeças de gado tinham sido perdidas; dada a escassez de alimentos, fome e doenças se alastravam; 80% das fazendas produtoras de açúcar foram destruídas, ao mesmo tempo que a cultura do tabaco fora praticamente dizimada (AGUILAR, 1993). Todas essas informações salientam o estado no qual a economia cubana se encontrava na virada do século XIX para o XX e suas semelhanças com o panorama de outras repúblicas hispano-americanas pós 1830.

Evidentemente que guerras tendem a gerar a necessidade de reconstrução da infraestrutura, da economia e das instituições. Então quais os reais paralelos entre a onda independentista dos primeiros anos do século para os eventos em Cuba entre 1895-1898? Tanto as repúblicas constituídas até 1830 quanto a Cuba recém-independente apresentavam economias ligadas às respectivas potências da época (AGUILAR, 1993). Esses laços foram reforçados pela função de provedores de matérias-primas que os países latino-americanos desempenhavam na cadeia do comércio internacional. Nesse ínterim, grande parte deles possuía uma pauta de produtos exportáveis restrita, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 3 – Índices da concentração de *commodities* para exportação em 1913

País	1º Produto	Porcentagem	2º Produto	Porcentagem	Total
Bolívia	Estanho	72,3%	Prata	4,3%	76,6%
Cuba	Açúcar	72%	Tabaco	19,5%	91,5%
Equador	Cacau	64,1%	Café	5,4%	69,5%
Venezuela	Café	52%	Cacau	21,4%	73,4%

Fonte: Adaptado de Bulmer-Thomas (2003, p. 58).

Esses números ilustram a premência por maior diversificação na pauta de exportações desses países. Dos quatro casos, Cuba despontou como o que manifestava maior grau de vulnerabilidade em havendo instabilidades econômicas e políticas. É nesse ponto, precisamente, que surge o segundo paralelo entre as independências de Cuba e seus vizinhos. Um governo com inspirações norte-americanas e elites *criollas* foram, respectivamente, os segmentos que assumiram o poder pós-revoluções. Ambos deram pouca atenção às necessidades populares, tais como a educação. Para esses governantes, a educação – ou a privação dela – era um método de controle social, visto que acreditavam que a população

carecia de liderança, não de livros (STEIN; STEIN, 1977).

Em contrapartida, há indícios de que a recuperação cubana não tardou. A produção de açúcar quadruplicou entre 1900 e 1905, impulsionando outros setores como a pecuária e a cultura do tabaco (AGUILAR, 1993). A qualidade da educação cubana não seguiu o mesmo caminho e se manteve como ferramenta de controle das classes mais pobres pelas elites. O sufrágio universal foi incluído na Constituição de 1900, contrariando os interesses dos governantes norte-americanos (DONGHI, 1980). Em realidade, essa Carta – elaborada com base nos princípios liberais e democráticos norte-americanos – foi favorável aos Estados Unidos, haja vista a eleição do primeiro presidente cubano, o liberal Tomás Estrada Palma em 1902.

Em termos gerais, a Bolívia enfrentava problemas parecidos com os de Cuba. Para isso, cabe destacar dois episódios: a Guerra do Pacífico e a disputa pelo território do Acre. A primeira, ocorrida entre 1879 e 1883, terminou com a aliança Bolívia-Peru derrotada e com a perda de toda a zona costeira boliviana para o Chile, o que afetou a infraestrutura comercial do país. Quanto à perda do Acre para o Brasil em 1903, e tendo em vista a presença de brasileiros promovida pelo *boom* da borracha e pela derrota de seu exército frente aos rebeldes – inflamados pelo aumento dos impostos relacionados à extração do látex –, a Bolívia se viu forçada a vender o território por £2.5 milhões, em conformidade com o Tratado de Petrópolis (KLEIN, 2011).

Outra possível analogia com Cuba é a dependência boliviana relativa a um produto e a um mercado de exportação. No caso da Bolívia, no entanto, esses elementos eram o estanho e a Inglaterra. Ao se considerar que, em 1913, aproximadamente 80% das exportações bolivianas tinham como destino portos ingleses e que mais de 72% dos gêneros que saíam do país eram relacionados ao estanho (BULMER-THOMAS, 2003), entende-se a situação de vulnerabilidade da economia. Esse metal precioso adquiriu relevância no final dos anos 1890 conforme as reservas de prata minguavam e perdiam espaço dentro da economia nacional. Essa transição econômica, contudo, não foi acompanhada por uma transformação demográfica no começo do século XX.

Segundo dados de Klein (2011, p. 148) “Mesmo por meio de uma definição urbana generosa, a Bolívia em 1900 ainda afirmava que 73% de sua população era rural”. Em outras palavras, mesmo com a dilatação dos centros urbanos fomentada pela renda advinda do estanho, a Bolívia era composta por uma população camponesa indígena. Esses dados ajudam a compreender a composição social e a participação de cada parcela no cotidiano político. Em um universo com cerca de 1,5 milhão de habitantes, os habilitados a votar não ultrapassavam

os 40 mil em 1900, justamente os poucos que além de alfabetizados também dispunham de posses (KLEIN, 2011).

Não obstante grande parte da América Latina ainda se caracterizasse pela ruralidade (MERRICK, 1998), uma outra parte, mesmo passando por fases de oscilação, se sobressaiu. O Equador simbolizava outra face latino-americana. Importante ressaltar que, assim como a maioria dos países, a economia equatoriana enfrentou ciclos de depressão e incerteza, como o fim da Primeira Guerra Mundial (1918) e a Grande Crise de 1929²⁷. Entre todos, há um parâmetro que se destacou: o Produto Interno Bruto (PIB). Em muitos estágios, o Equador superou não só seus vizinhos como também as maiores potências europeias e os Estados Unidos. A tabela abaixo é ilustrativa quanto a isso.

Tabela 4 – Taxa de crescimento médio anual do PIB *per capita* (1900-1980)

Região	1900-1913	1913-1929	1929-1950	1950-1973	1973-1980	1900-1980
Equador	2,5	1,6	2,0	2,9	3,3	2,46
América Latina	1,9	1,6	1,7	2,5	2,3	2,00
Países Avançados	1,2	1,5	0,5	4,7	1,8	1,94
Estados Unidos	2,0	1,7	1,5	2,2	1,0	1,68

Fonte: Adaptado de Hofman (1994, p. 140).

Isso foi possível graças não somente aos lucros da venda do cacau, mas também pelo esforço em edificar uma infraestrutura capaz de interligar as principais regiões do país. O término da construção do Ferrocarril em 1908, possibilitou maior interação entre Quito e Guayaquil, fomentando trocas comerciais e fluxo de pessoas. Após 30 anos de obras, foi possível atenuar o regionalismo e a desarticulação social e produtiva (HURTADO, 1981; HOFMAN, 1994; MORA, 2008) que imperavam desde a época colonial. De maneira distinta do que ocorrera na Bolívia, o impulso econômico catalisou modificações demográficas ao longo do século XX no Equador, sendo a equalização populacional costa-serra proeminente.

Mais do que conveniente para as elites, a exploração produtiva dos países latino-americanos era uma etapa necessária tanto ao desenvolvimento dos polos de poder global quanto ao funcionamento do próprio capitalismo (FRANK, 1973; PREBISCH, 1986 [1949]).

²⁷ Episódio no qual a Bolsa de Valores norte-americana sucumbiu diante de uma crise de superprodução industrial, entre outros motivos. Para Bulmer-Thomas (2003, p. 191, tradução e grifos nossos) “O início da Grande Depressão geralmente está associado à queda no mercado de ações de *Wall Street* em outubro de 1929, mas para a América Latina alguns dos sinais vieram antes. Os preços das *commodities* em muitos casos atingiram o pico antes de 1929, como o abastecimento (restaurado após a interrupção do período de guerra) tendia a superar a demanda [...]. O *boom* nos mercados de ações antes do *crash* de *Wall Street* levou ao excesso de demanda por crédito e ao aumento das taxas de juros mundiais, elevando o custo de manufatura de estoques e reduzindo a demanda por muitos dos produtos primários exportados pela América Latina”.

Nesse contexto, novamente, o final da Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929 foram paradigmáticos para a América Latina. O primeiro por caracterizar a passagem da Inglaterra para os Estados Unidos como o maior parceiro comercial latino-americano; a segunda por induzir um incipiente processo de industrialização na América Latina, uma vez que as potências centrais já não eram mais capazes de suprir a demanda global (FRANK, 1973; HOFMAN, 1994).

A importância adquirida pelo petróleo na Venezuela a partir da década de 1920 é sintomática nesse sentido. Muito embora seja considerado uma *commodity*, exige investimentos mais vultuosos em maquinário, assim como em profissionais com maior capacitação. Ao lado do cacau e do café, o petróleo passou a compor o rol de exportações venezuelanas. Para isso, a extração foi ampliada de 1 milhão de barris em 1920 para cerca de 150 milhões em 1935 (DONGHI, 1980). Ao alcançar a marca de 61% de participação nas exportações venezuelanas em 1926, o petróleo gerou mais de um terço da renda interna do país nesse ano, ao mesmo tempo que consolidou o regime do general Juan Vicente Gómez (MONTIEL, 2018).

Muito mais por uma contingência da economia global em crise do que necessariamente por iniciativa espontânea, deu-se início ao processo de industrialização latino-americano ao longo da década de 1930. A América Latina foi uma das regiões mais afetadas pela queda do consumo de produtos primários pelas potências globais. A saída para uma conjuntura de maior autonomia passava, desse modo, pela diversificação da lista de produtos exportados. Dois movimentos com potencial para facilitar essa transição eram o enfrentamento às estruturas reprodutoras do subdesenvolvimento e a adoção de uma postura de autodeterminação e integração regional, com feições que lembravam as de Bolívar.

Isso desencadeou profundas mudanças na paisagem urbana dos países da região. O Equador, por exemplo, viu a quantidade de cidades com mais de 5 mil habitantes saltar de quatro, logo antes de sua independência, para 15 nos primeiros anos da década de 1930, equivalendo, aproximadamente, a 20% do total (DELER, 1992). Muito desse deslocamento foi em direção à costa, centro produtivo do país, muito embora toda a economia tenha sentido os efeitos da Crise de 1929. Com os fluxos de cacau e café em descenso, o arroz e, mais tarde, a banana surgiram para fomentar a economia equatoriana, tendo a indústria uma natureza ainda embrionária até os anos de 1940.

Na vizinha Venezuela, a população crescia a taxas tão sólidas quanto às do Equador. No interregno entre 1930 e 1950 foi o terceiro país latino-americano com maior média anual, com 2,65%; o intervalo 1950-70 é ainda mais simbólico ao alcançar a liderança com um percentual de 3,75 pontos de crescimento anual médio (MERRICK, 1998). Esse foi um fenômeno presente

em grande parte dos países da América Latina após os surtos de exportação das décadas anteriores. Os anos de 1930 foram paradigmáticos nesse sentido, uma vez que representaram a transição de economias eminentemente rurais para a ampliação de cidades e suas práticas produtivas, como serviços e indústria de manufatura.

As rápidas transformações anteriormente citadas não suscitaram grandes avanços em outros setores, tais como educação e saúde. Em 1950, o único dos quatro países aqui estudados com níveis medianos de analfabetismo (levando em consideração pessoas com 15+ anos) foi Cuba, com 22%, enquanto Bolívia (68%), Equador (44%) e Venezuela (48%) perpetuavam disfunções residuais da era colonial (FURTADO, 1970). As razões da manutenção desse cenário, que já foram apontadas anteriormente, vinham sendo alteradas gradualmente, trazendo uma inflexão da vida política, econômica e social às classes historicamente menos assistidas. No que diz respeito à saúde, a Bolívia era um caso que requeria atenção, registrando uma expectativa de vida de 40-45 anos em 1960 (FURTADO, 1970).

Adicionalmente a estas questões, o acelerado processo de urbanização trouxe consigo o desemprego – em virtude do êxodo rural cada vez mais intenso –, superlotação e conseqüente deterioração dos serviços públicos de saúde, concentração da riqueza nos grandes centros urbanos, precarização das moradias (MERRICK, 1998) e conflitos interclasses e destas com o Estado. Esse último fator é importante para a compreensão da realidade equatoriana durante o final do século XX e começo do XXI, considerando as relações instáveis entre o Estado equatoriano e diferentes comunidades indígenas. Antes, porém, os anos de 1950 foram especialmente turbulentos em Cuba. Em plena Guerra Fria, surgiu um enclave revolucionário às portas dos Estados Unidos.

A conquista da independência em 1898, antes de manifestar sua plena soberania, significou uma transferência de Cuba de uma esfera de influência espanhola para uma dos Estados Unidos (DOMINGUEZ, 1993). Pelo menos durante a primeira metade do século, a ilha caribenha foi uma das que mais recebeu investimentos dos norte-americanos. Desde 1933 participando da tomada de decisão do governo cubano, Fulgencio Batista exercia seu controle em quase todas as instituições do Estado. O apoio dos EUA veio ao longo da década de 1950, muito em virtude do início da Guerra Fria e do interesse norte-americano em manter o continente livre da “ameaça comunista”.

O ano de 1959, todavia, despertou com a vitória de uma revolução contra Fulgencio Batista, que fugira de Cuba no final do ano anterior. O triunfo de Fidel Castro e seus companheiros foi logo sucedido de uma tentativa norte-americana de invasão da ilha em 1961, frustrada pelo exército revolucionário. Mesmo diante desses entraves, Fidel e os demais

membros do governo lograram implementar uma reforma agrária em Cuba que, junto com Bolívia e México, foram os únicos países das Américas a dar importante passo (FURTADO, 1970). As iniciativas de distribuição de renda e socialização dos meios de produção sensibilizou as estruturas econômicas, fazendo com que, por exemplo, os salários de trabalhadores urbanos crescessem substancialmente (DOMINGUEZ, 1993).

Um dos efeitos dessa transformação foi na longevidade dos cubanos, tanto de maneira absoluta quanto em comparação com seus vizinhos latino-americanos. Cuba, que entre 1950-1955 já era a quarta colocada no *ranking* de expectativa de vida com 59,4 anos, alcançou o primeiro lugar entre 1980-1985 com 75,2 anos (MERRICK, 1998). Quanto aos campos da saúde e educação, os padrões continuaram convincentes de maneira geral. A economia de exportação de Cuba, por sua parte, ao estar concentrada quase que exclusivamente na venda de açúcar, sofreu com a volatilidade do preço internacional da *commodity*, tendo em conta os esforços do governo cubano em promover uma industrialização de base no país (DOMINGUEZ, 1993).

Um pouco mais ao sul, o Equador da década de 1940 ainda lutava pela recuperação de sua economia. Muito em razão da gradual queda das exportações de cacau que se arrastava desde o final da Primeira Guerra Mundial, os produtores equatorianos careciam de uma nova fonte de renda. Foi dentro de uma conjuntura de instabilidade cacaeira que a cultura da banana deu origem a transformações tão profundas quanto as do cacau. Para além de revitalizar a economia, o ciclo da banana possibilitou a modernização da rede de transportes do país, o que por sua vez ampliou as oportunidades de emprego para uma população que, cada vez mais, migrava para as grandes cidades, notadamente da costa (ACOSTA, 2006).

Figura 2 – Principais produtos de exportação por país em 1930



Fonte: (Bulmer-Thomas, 2003, p. iv).

Outro elemento foi a ampliação da fronteira agrícola amparada, em particular, pelas pequenas e médias propriedades. Nesse novo ciclo, os grandes latifundiários não detinham mais o monopólio sobre o uso da terra e, portanto, sua participação nas exportações foi reduzida. É bem verdade que a inserção da economia equatoriana uma vez mais foi suscitada pela demanda do mercado internacional por um produto primário, o que representava a conservação do Equador em sua posição periférica. Ademais, e a despeito de todas as melhorias supracitadas, o país era dependente dos bens produzidos na costa, contando a serra com apenas 2% do total de exportações em meados do século (HURTADO, 1981). A serra continuou cumprindo seu papel de fornecedora doméstica de alimentos, assentada no modelo latifundiário tradicional.

Há, contudo, aqueles que defendem que, no interregno entre o desfecho da Segunda

Guerra Mundial (1945) até meados da década de 1980, o setor de exportação dos países latino-americanos de uma maneira geral fora decepcionante (CARDOSO; BRIGNOLI, 1983). Com o intuito de justificarem suas afirmações, Cardoso e Brignoli (1983) apresentam a participação da América Latina no comércio global desde os últimos anos do século XIX, porcentagem que flutuou de 5% a 9% ao longo desse período. Sem dúvidas esses argumentos sugerem países cujas exportações pouco representaram em comparação às potências centrais. No entanto, os avanços expostos acima, ainda que limitados, oferecem um cenário com algum vislumbre alternativo.

A revolução ocorrida na Bolívia em 1952 pode ser um desses casos inspiradores. Um dos grandes eventos bolivianos – e por que não latino-americanos? – no século XX, a queda do governo oligárquico pela união de camponeses, mineiros e operários foi paradigmática para a política do subcontinente (LARA, 2014). Apesar de algumas reivindicações em comum, os revolucionários eram caracterizados pela heterogeneidade. Diante do surgimento de discordâncias políticas e da diversidade de bandeiras – tais como nacionalismo, populismo e anti-oligarquia – foram estabelecidos quatro tópicos mais urgentes: reforma agrária, sufrágio universal, nacionalização das minas e a reconstrução do exército boliviano (LARA, 2014).

É bem verdade que esse fenômeno ocorreu quase 150 anos após as primeiras tentativas de independência na América Latina. Não obstante, o sentimento de liberdade em relação a contínuos períodos de opressão parece definir tanto as campanhas de Bolívar no século XIX quanto a revolução de 1952. Importante observar que algumas pautas se repetem, como por exemplo maior flexibilização social, fim do domínio de uma classe opressora e maior participação política de camadas marginalizadas, através, sobretudo, do direito ao voto. Afora esses paralelos, há outro fator contemporâneo passível de interligação com os ideais de Bolívar: a criação do Pacto Andino em 1969.

Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e, mais tarde, a Venezuela formaram uma tentativa de integração regional a partir de um elemento geográfico em comum: a Cordilheira dos Andes. Ainda que com as saídas de Chile (1977) e Venezuela (2006) o bloco tenha sido afetado, a iniciativa demonstrou que, mesmo diante de um contexto turbulento na América Latina da segunda metade do século XX, foi possível criar um arranjo que abarcava políticas econômicas, industriais e de cooperação comuns. Independente da funcionalidade e do êxito do bloco, importa aqui assinalar os esforços por produzir estratégias mais autônomas e autênticas de desenvolver economicamente os países latino-americanos.

Das quatro demandas dos revolucionários bolivianos, a da nacionalização das companhias de mineração era a mais inadiável. O motivo era não somente a passagem do poder

de condução e decisão dessas empresas para o povo, como também o rompimento da estrutura hierárquica das classes sociais e a democratização dos meios de produção. A seguir, a reforma agrária também partilhava desse viés, em virtude da ânsia de acabar com o monopólio rural dos latifundiários. Esses proprietários de terra há muito viviam sob a proteção de uma ordem conservadora. É nesse íterim que a presença dos indígenas foi marcante, grupo por tanto tempo marginalizado.

Isso fez com que os movimentos retomassem laços com a terra na qual viviam, simbolicamente chamada de *Pachamama*²⁸. O diferencial e a força dessa revolução residiram na atuação conjunta de vários grupos sociais – camponeses, operários, indígenas, classe média, mineiros, pequenos comerciantes – em prol de rupturas estruturais capazes de transformar a lógica de poder no país (LARA, 2014). No campo internacional, o movimento ganhou traços nacionalistas e, durante algum tempo, as relações com outros países foram conduzidas segundo conceitos de oposição e rivalidade. Essas são algumas das razões para que a revolução boliviana de 1952 tenha se destacado comparativamente aos seus vizinhos.

Não foi apenas a Bolívia que testemunhou essas disfunções sociais no transcorrer da segunda metade do século XX. Frente à III Revolução Industrial e a um mundo gradativamente mais interligado, os dilemas latino-americanos se intensificaram. Um deles foi a não exclusão entre industrialização e produção agrícola, sendo que a primeira era responsável por incrementar o valor agregado das exportações nacionais e a segunda possuía a capacidade de otimizar a produtividade através de novas técnicas de manejo e plantio (PREBISCH, 1986 [1949]; ACOSTA, 2009). Elas se tornaram complementares ainda na medida que o avanço das indústrias latino-americanas poderia suprir as demandas tecnológicas que a agricultura precisava, até então, importar.

A América Latina parecia assistir à reformas importantes em meio a contextos há muito conhecidos. Os países latino-americanos estavam inseridos na economia internacional em virtude da exportação de produtos primários e importação de bens manufaturados, participando, dessa forma, das inovações da III Revolução Industrial. Por outro lado, do ponto de vista interno, grupos que exerciam as dominações tradicionais continuaram a interpretar seu papel secular. E qual a relação entre essas instabilidades sociais e Simón Bolívar? Para Ribeiro (1983,

²⁸ De acordo com Paredes (1920, p. 38, tradução nossa) “O mito da *Pacha-Mama*, pelos vestígios que ainda permanecem, devia se referir principalmente ao tempo, talvez vinculado de alguma maneira à terra; ao tempo que cura as maiores dores, como extingue as alegrias mais intensas; ao tempo que distribui as estações, fecunda a terra, sua companheira; dá e absorve a vida dos seres no universo. *Pacha* significa originariamente tempo no idioma kolla; somente com o decorrer dos anos e adulterações da língua e predomínio de outras raças, tem sido capaz de se confundir com a terra e fazer com que à esta e não àquela se dê preferência de culto”.

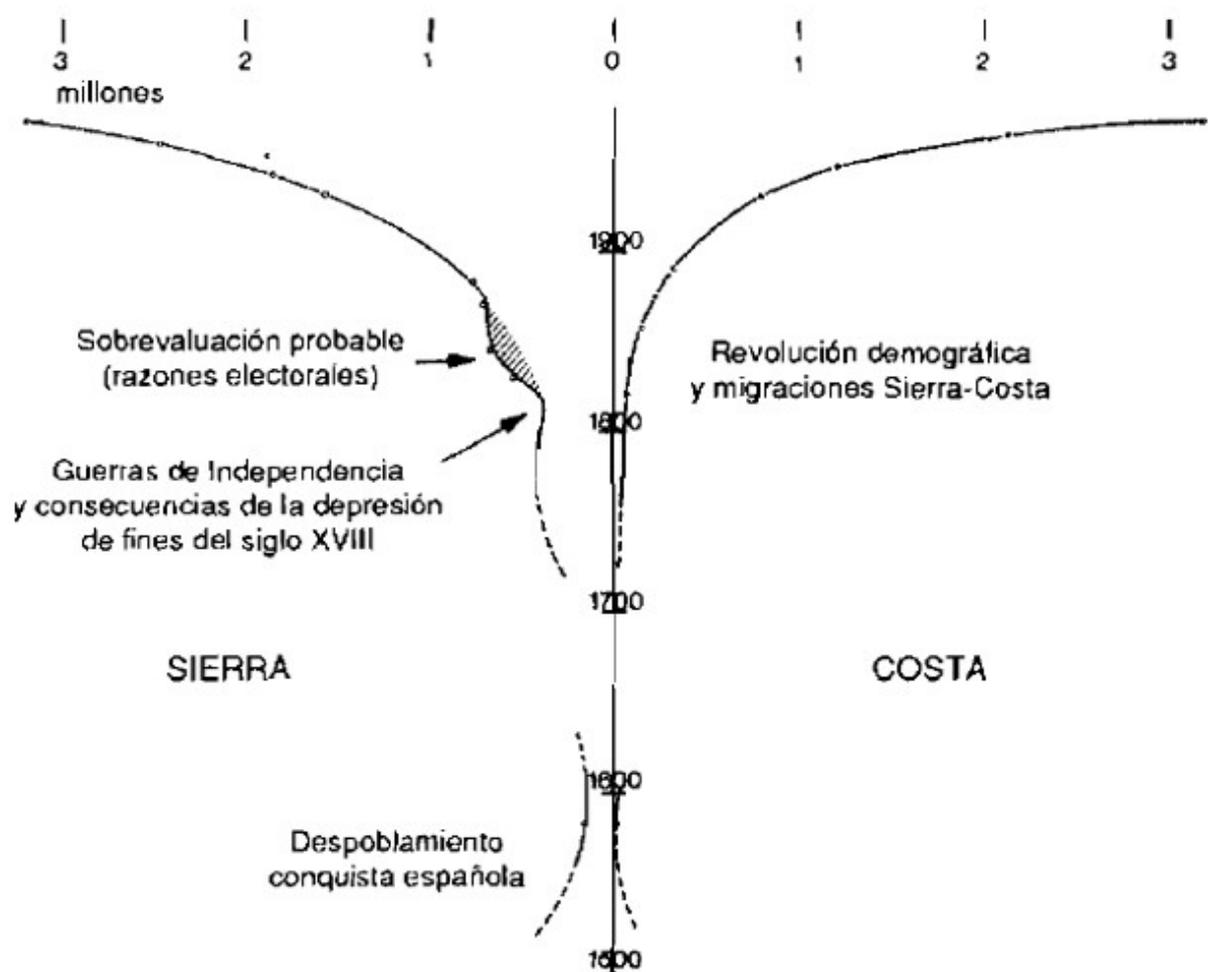
p. 257) “No bojo deste novo processo civilizatório, a América Latina volta a tempos bolivarianos”.

As razões indicavam novamente lutas de indígenas, negros e camponeses contra a opressão das elites oligárquicas nacionais que insistiam em manter muitos países latino-americanos na periferia do comércio internacional. Assim como na Bolívia de 1952, as reivindicações transpassavam a esfera social e iam em direção à tomada do poder político e da autonomia econômica. Esses objetivos, entretanto, exigiam mais do que revoltas populares, pois requeriam a destruição de estruturas sociais tradicionais (RIBEIRO, 1983) que, muito embora não tenham sido criadas pelos movimentos de independência no século XIX, devem muito à liderança oligárquica na emergência das repúblicas latino-americanas a partir de 1830.

O Equador não escapou à essa lógica. O apogeu bananeiro – que se estendeu do final da década de 1940 até o começo dos anos 1960 – deu lugar ao petróleo na década de 1970. Dessa vez, a renda advinda das exportações de petróleo alcançou patamares que nenhum outro produto anterior foi capaz de conseguir. Em 11 anos (1970-1981) as receitas saltaram de 190 milhões para 2,5 bilhões de dólares (ACOSTA, 2006), fazendo do Equador um dos dois países latino-americanos – juntamente com a Venezuela – membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). A porção amazônica foi a principal abastecedora desse fluxo de petróleo equatoriano. Aqui cabe o destaque para essa região – liderada pela cidade de Cuenca – cuja expressão nacional em termos econômicos, até então, era quantitativamente reduzida.

O PIB do país também cresceu de forma significativa. No intervalo 1972-1981 a média anual de crescimento foi de 8% (ACOSTA, 2006), uma das maiores da América Latina. Esse vigor econômico induziu os já mencionados deslocamentos intrarregionais, que ganhavam força ao passo que a urbanização se acentuava. Muito embora tenha havido uma redução na velocidade de expansão demográfica, foi nesse período que a costa ultrapassou a serra em números, concentrando quase metade da população do Equador. Diante desses dados, é possível afirmar que os anos 1970 tenham sido de riqueza econômica para o país. Todavia, cabe agora compreender os efeitos de tais acontecimentos.

Figura 3 – Evolução da população no Equador



Fonte: (Deler, 1992, p. 297).

O que se pode inferir da figura acima é que a diferença populacional, em termos quantitativos, entre serra e costa foi encolhendo a partir dos anos 1900. O litoral, que correspondia a cerca de 6% do total de habitantes, passou a representar mais de 30% após a Crise de 1929 (DELER, 1992). Essa mobilidade interna fortaleceu grupos específicos vinculados aos setores produtivos equatorianos, tais como a oligarquia costeira, os banqueiros e alguns comerciantes, cujo poder e influência se estendem até as instituições políticas (MORA, 2008). O que não parece ter mudado foi a lógica da produção de bens agrícolas para exportação.

Boa parte do desenvolvimento referido ocorreu em função de investimentos estrangeiros, assim como em outros países latino-americanos (HURTADO, 1981; PREBISCH, 1986 [1949]; FFRENCH-DAVIS, 1998; ACOSTA, 2009; CORSI, 2013; MARINI, 2013). No decorrer do século XX, as condições climáticas e do solo foram um dos maiores aliados econômicos do Equador. O país, no entanto, não inverteu sua lógica produtiva e manteve forte

dependência dos mercados consumidores externos, ao mesmo tempo que não realizou diversificação da pauta de exportações. De uma óptica interna, mesmo que o petróleo tenha suscitado maior relevância e credibilidade internacionais ao Equador, as consequências foram profundas. Uma delas se destacou: a dívida externa.

Avaliada em cerca de 5,8 bilhões de dólares em 1981 – ante os 206 milhões em 1971 – a dívida externa equatoriana passou a representar 42% do PIB do país (ACOSTA, 2006). O cenário se tornou preocupante, na medida que esses números tiveram influência direta sobre as crises econômicas e políticas que atingiram o Equador nos anos 1980. Aliado a isso estava a inaptidão dos seguidos governos em consolidar o processo de industrialização, a agudização das desigualdades sociais e a introdução do modelo neoliberal. Este último causou prejuízos em boa parte dos países latino-americanos nas duas últimas décadas do século XX, como estratégia de contenção política e econômica dos países em desenvolvimento pelas potências globais.

O insucesso industrial latino-americano, notadamente na década de 1980, deu espaço para o fortalecimento do rentismo. A queda do percentual industrial no PIB da América Latina em 30 pontos entre 1975-2000 (CORSI, 2013) representou a transição de tentativas infrutíferas de industrialização para a incorporação dos preceitos neoliberais do Consenso de Washington²⁹. A esta altura estava claro que o processo de substituição de importações (ISI) não fora bem planejado e executado no Equador, posto que algumas condições não foram cumpridas, a saber: reforma agrária, distribuição de renda e democratização da política. A precarização do trabalho e da condição de vida no campo, ao passo que a urbanização ganhava força, também se somou aos fatores acima para compor um quadro de diversas crises latino-americanas (ACOSTA, 2009; MARINI, 2013).

As feições e características dessas crises são multifacetadas. O declínio da atividade industrial e o aumento substancial da dívida externa eram indicativos de uma crise estrutural nos países da região (FFRENCH-DAVIS, 1998). A ausência de mudanças estruturais nos sistemas produtivos latino-americanos nos últimos 150 anos provocava agora demandas por uma nova ordem econômica e política. Percebe-se que insatisfações sociais – que podem resultar em lutas armadas ou não – são uma constante na América Latina desde as independências, causadas por opressões internas e/ou externas. Sobre a trôpega industrialização da região, Marini (2013, p. 67) argumenta que

²⁹ Conjuntos de normas e condutas que “configuram a lógica e a prática dos ajustes neo-liberais, são conhecidas como “Consenso de Washington” [...]. Essa receita recolhe as medidas ortodoxas do FMI, do Banco Mundial e dos outros organismos multilaterais de crédito (BID, etc.), assim como a posição do governo norte-americano e dos conglomerados transnacionais de maior influência mundial, sobretudo os norte-americanos” (ACOSTA, 2006, p. 149).

O processo de industrialização na América Latina, devido às características que assumiu, teve como principal efeito intensificar a exploração das massas trabalhadoras da cidade e do campo. Assim, na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas. Isto não foi tão difícil já que, dada a extrema concentração da propriedade da terra, os trabalhadores do campo se viram privados das mínimas oportunidades de emprego e tiveram que ofertar no mercado sua força de trabalho por um preço vil.

A condução econômica e os perfis tecnocráticos dos regimes militares, instalados na América Latina a partir nos anos 1960, também colaboraram para o cenário de crise. Progressos tecnológicos e econômicos proporcionados pelos regimes militares acentuaram a desigualdade de renda e a dívida externa. A promessa de construção de uma indústria de base financiada pelo capital estrangeiro foi um chamariz convincente para as burguesias nacionais, que não perceberam a incompatibilidade de seus anseios com os dos investidores externos (MARINI, 2013). No fim, havia tantas esferas sobrepostas e que exerciam influência (política doméstica, economia, ideologia, geopolítica, política internacional) que o resultado não poderia ser outro senão a distribuição desigual dos ganhos (FFRENCH-DAVIS, 1998) e prejuízos para os latino-americanos.

Para o Equador, os anos 1980 foram ainda mais árduos. Na política, governos progressistas (Jaime Roldós, 1979-1981) e reformistas (Osvaldo Hurtado, 1981-1984) foram sucedidos por governos de cunho neoliberal (León Febres Cordero, 1985-1988) e de uma esquerda democrática (Rodrigo Borja, 1989-1992); em relação a catástrofes ambientais, os anos de 1982-1983 e de 1986 presenciaram, respectivamente, enchentes que impactaram os moradores da costa e um terremoto que acarretou em avarias na infraestrutura amazônica de dutos para transporte de petróleo; as lutas de negros e indígenas pela devida legitimação de suas origens e direitos perante toda a sociedade, bem como a busca genuína das mulheres por maior participação política e econômica (MORA, 2002); e, enfim, a tentativa de redução das desigualdades econômicas, agravadas pela crise resultante das décadas anteriores.

Some-se a isso o encolhimento dos salários diante de taxas de inflação crescentes – média de 4% nos anos 1960, 12% nos 1970 e 50% nos 1980 (MORA, 2002) –, declínio de investimentos externos no país, multiplicação de trabalhadores desempregados e desvalorização do sucre³⁰ frente ao dólar e tem-se uma conjuntura de crise seguida do acréscimo no número de casos de subnutrição e da pauperização das condições de vida de parcela

³⁰ Moeda oficial da República do Equador utilizada até o ano de 2000.

significativa dos equatorianos. Em certa medida, esse processo foi intensificado pelas elites políticas do Equador que, não raro, atuavam à margem da ordem democrática em benefício próprio e, por consequência, afetavam a participação política de grupos sociais mais vulneráveis.

O resultado da junção de todos esses fatores foi uma década (1980) conturbada para os equatorianos e a virada para os anos 1990 prometia ainda mais rupturas. Os últimos dez anos do século XX foram de culpabilização do Estado pelas recentes crises e, desse modo, da redução de suas capacidades e adesão à cartilha do Consenso de Washington. Isso significava a adoção de medidas econômicas austeras com altos custos políticos e sociais. Fato comprovado em 1992 quando da eleição do conservador Sixto Durán Ballén, último presidente a cumprir seu mandato integralmente até a ascensão de Rafael Correa em 2007. Prefeito de Quito durante a década de 1970, Durán Ballén deu continuidade à modernização do país em consonância com premissas do neoliberalismo.

O clima de tensão social, contudo, se acentuou. Após a saída de Durán Ballén, em 1996, outros cinco governantes se alternaram na presidência em um intervalo de apenas quatro anos, atestando que a instabilidade foi o principal elemento do cenário político equatoriano nesse período. Isso ocorreu muito em função do descontentamento da população frente às medidas neoliberais dos últimos anos que acarretaram em protestos e manifestações, que, por sua vez, foram caracterizados por grande heterogeneidade tanto de pautas quanto de classes sociais. Mulheres, indígenas e negros eram alguns desses grupos que buscavam maior reconhecimento e espaço na economia, bem como reivindicações de preservação do meio ambiente (MORA, 2002).

No campo comercial, a concentração produtiva em poucos produtos permanecia como uma das mais importantes debilidades equatorianas. Ao todo, apenas oito itens (petróleo, banana, camarão, madeira, café, cacau, atum e flores) perfaziam 98% das exportações do país no final dos anos 1990 (TAMAYO, 2001), perpetuando a situação de vulnerabilidade econômica e alta dependência de produtos primários. Quanto aos números do PIB, o Equador foi o país latino-americano mais impactado pelos efeitos da aplicação da agenda neoliberal, com uma queda de mais de 30% (se calculado em dólares) entre 1998 e 2000 (ACOSTA, 2006). As repercussões da crise foram sentidas em áreas para além do PIB, como a perda de empregos e o aumento de manifestações sociais.

As consequências da transição de um modelo desenvolvimentista para uma lógica neoliberal, voltada à atração de capitais estrangeiros, trouxe consigo também o empobrecimento da população, maior concentração de renda e diáspora de equatorianos. Na visão de Tamayo

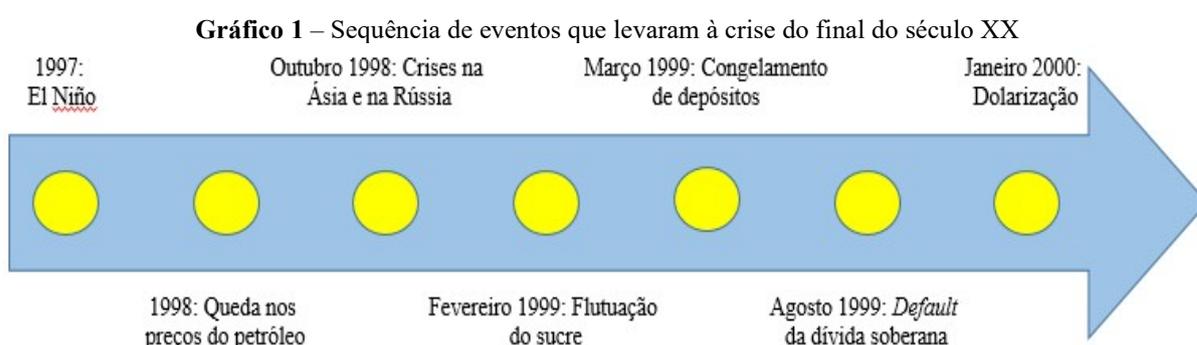
(2001), esses anos simbolizaram a pior recessão econômica no Equador desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Os dados colhidos por Acosta (2006) elucidam a conjuntura equatoriana: nos cinco últimos anos do século XX, o percentual de pobres no país saltou de 34% para 71% da população; até início dos anos 2000 o total de equatorianos que procuraram exílio variou entre 300-500 mil; finalmente, nesse período, enquanto os ricos acumulavam mais de 61% da riqueza nacional, aos pobres cabiam 2,46%.

É dessa maneira que os anos 2000 se apresentaram ao Equador: instabilidades políticas e sociais, crise econômica, ascensão de movimentos ambientalistas e indigenistas, substituição do sucre pelo dólar, aproximação, em termos comerciais, com a China como alternativa à parceria com os EUA, projetos de integração regional e governos com traços populistas. Internamente, um projeto de distribuição de renda que promoveria um nivelamento socioeconômico estava sendo gestado, mesmo que atrelado a um governo autoritário, personalista e centralizador. A herança neoliberal começa a ser desmontada enquanto o legado bolivariano passa a ser resgatado.

4 RESÍDUOS DOS ANOS 1990 E ASCENSÃO DE RAFAEL CORREA: RENÚNCIA AO NEOLIBERALISMO E RESGATE DO LEGADO DE SIMÓN BOLÍVAR

O fato de, entre os anos de 1996 e 2006, nenhum presidente equatoriano ter completado seu mandato é indicativo do ambiente instável pelo qual o país atravessava. A dependência das divisas provenientes da exportação do petróleo, governos populistas, instabilidade política e dolarização da economia são alguns dos aspectos que auxiliam no entendimento da herança neoliberal no Equador e o resultante surgimento da figura de Rafael Correa nas eleições presidenciais de 2006. O presente capítulo tem como objetivo estudar o Equador durante o século XXI com ênfase nos governos de Correa e sua *Revolución Ciudadana*. São analisados, também, os quatro anos posteriores à saída de Correa, sobretudo o governo de Lenín Moreno (2017-2021) e a eleição de Guillermo Lasso (2021) que, de maneiras distintas, estão inseridos no legado de Simón Bolívar no Equador.

De maneira preliminar, percebe-se que a dolarização integral da economia equatoriana – ocorrida em janeiro de 2000, a primeira da América Latina – foi tanto uma satisfação dos interesses de parte das elites do país quanto dos mercados globais (ACOSTA, 2006), após a crise econômica do ano anterior. Seus efeitos, contudo, não podiam ser desprezados. Ao adotar o dólar, o Equador renunciou a uma política monetária autônoma e soberana, o que significava maior vulnerabilidade diante de eventuais crises. Ademais, a tendência ao distanciamento do governo equatoriano de seus vizinhos andinos era um ponto a ser considerado, haja vista a consequência natural de maior dependência da economia dos EUA.



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Borensztein e Ruiz-Arranz (2018, p. 38).

A série de episódios ilustrada no gráfico 1 inicia com o fenômeno climático El Niño que atingiu a costa do Equador e abateu as atividades relacionadas à pesca, em 1997. Tanto o declínio nos preços do petróleo quanto as crises nos países asiáticos e na Rússia em 1998 “tiveram um severo impacto sobre os fluxos de capitais para o Equador [...]. Ambos choques

criaram pressão sobre as contas fiscais e a balança de pagamentos, e contribuíram para uma deterioração da confiança no curso da política macroeconômica e a robustez dos bancos”³¹ (BORENSZTEIN; RUIZ-ARRANZ, 2018, p. 38, tradução nossa). Já as medidas tomadas pelo *Banco Central del Ecuador* de congelar os depósitos e de não interferir na flutuação do sucre se deram em razão da carência de reservas internacionais e os obstáculos para obter créditos internacionais.

Por outro lado, há autores que acreditam que a dolarização da economia foi mera formalização de práticas que já se arrastavam desde o começo dos anos 1990, atingindo, no final da década, um montante de 80% dos ativos negociados em dólar (FERNANDÉZ; HERNANDÉZ, 2018). Ainda de acordo com esses autores, em razão da transição monetária, a inflação no Equador foi de cerca de 15% a.a. em 2002, cifra que flutuava perto de 100% a.a. somente dois anos antes (FERNANDÉZ; HERNANDÉZ, 2018). Por esse ponto de vista, é possível inferir que, em comparação às duas décadas anteriores, os anos 2000 experimentaram uma crescente estabilidade econômica.

Nessa mesma linha, porém mais otimista, há outros que enxergam no Equador um caso de sucesso no processo de dolarização, sob o argumento de ser a única alternativa viável para a reorganização da indústria nacional, do comércio e do consumo da população (CHIRIBOGA, 2018). É certo que os indicadores socioeconômicos expressaram melhora gradativa das condições de vida da população, bem como de um equilíbrio financeiro nas contas do Estado. Esse último item, contudo, está mais suscetível a sofrer com volatilidades internacionais diante de crises do sistema, como a Crise do *subprime*³² em 2007-2008, por exemplo.

Ainda na categoria dos otimistas, Tas e Togay (2014) creditam à dolarização as melhorias nas taxas de poupança interna e investimentos e a diminuição do desemprego entre 1999 e 2008. A renúncia a uma moeda nacional e a adoção do dólar norte-americano, portanto, poderiam ser interessantes de um ponto de vista dos fatores macroeconômicos para o Equador. O período de turbulência econômica pôde ser percebido em alguns outros países da América Latina, com suas variadas motivações e desfechos (Brasil em 1999 com a desvalorização do real durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; na Argentina a crise da taxa de câmbio e da hiperinflação em 2001; a desvalorização do guarani no Paraguai na crise de 2002 durante

³¹ Traduzido do original: “*tuvieron un severo impacto sobre los flujos de capitales a Ecuador y otros países emergentes. Ambos shocks crearon presión sobre las cuentas fiscales y la balanza pagos, y contribuyeron a un deterioro de la confianza en el curso de la política macroeconómica y la robustez de los bancos*”.

³² Crise desencadeada pela falta de regulações e controles nos setores bancário e de corretagem imobiliária norte-americanos que realizavam negociações especulativas de alto risco e que alcançaram seu limite em 2008, com a falência do banco Lehman Brothers (BRIGNOLI, 2018).

o governo de Luis Ángel González Macchi).

No caso equatoriano, de acordo com essa perspectiva, pôde-se perceber que “encontram-se evidências de que a dolarização significou uma melhoria no desempenho macroeconômico do Equador, já que baixou a inflação, aumentou o crescimento do PIB e reduziu a incerteza inflacionária”³³ (TAS; TOGAY, 2014, p. 29, tradução nossa). Pelo prisma da economia interna, a dolarização pareceu resolver – ou ao menos amenizar – questões que, há muito, traziam preocupação aos governos equatorianos. As inseguranças políticas, entretanto, continuaram em pauta nos primeiros anos do século XXI.

Presidente responsável pela extinção do sucre, Jamil Mahuad (1998-2000) foi deposto logo após a dolarização. As causas são complexas, mas perpassam pela crise econômica e as altas taxas de inflação, medidas antipopulares – tais como o congelamento de contas bancárias – e a concessão do uso da base militar de Manta às forças armadas norte-americanas. As revoltas populares contra as deliberações de Mahuad, muito embora fossem caracterizadas pela heterogeneidade social, pouco reivindicavam por mudanças estruturais em seu governo, senão pela saída imediata do presidente. Este foi um dos episódios em que se percebeu o potencial que variados grupos sociais possuíam na alteração dos rumos políticos do Equador.

Vice-presidente de Mahuad, Gustavo Noboa (2000-2003), fora seu substituto e, apesar dos protestos contra a dolarização, manteve a transição e realizou algumas reformas de cunho neoliberal, tais como a implementação de políticas fiscais mais restritivas e a liberação para construção de oleodutos privados. Ainda que o Equador já tivesse um histórico na extração de petróleo, esse último ponto foi importante para a inserção do país no *boom* de produtos primários ocorrido nessa década. Além disso, uma das temáticas para as quais Noboa mais dedicou atenção foi a renegociação da dívida externa pública, cujas implicações negativas (falta de pagamento e desconfiança internacional) só aumentavam desde a crise de 1999.

Em 2002, um dos articuladores da queda de Mahuad foi eleito o novo presidente do Equador: o coronel Lucio Gutiérrez. Inicialmente, contava com o apoio da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador³⁴ (CONAIE), e de sua ramificação política, o partido Pachakutik³⁵, bem como do *Movimiento Popular Democrático* (MPD), importante agremiação

³³ Traduzido do original: “(...) se encuentra evidencia de que la dolarización significó una mejoría en el desempeño macroeconómico de Ecuador, ya que bajó la inflación, aumentó el crecimiento del PIB y se redujo la incertidumbre inflacionaria”.

³⁴ Fundada em 1986, a CONAIE, logo em seus primeiros anos, logrou harmonizar as demandas de grande parte dos grupos indígenas das porções andina e amazônica do Equador. Notadamente na década seguinte, a organização demonstrou aptidões e poder de coesão para convocar mobilizações populares contra políticas que não favoreciam às classes indígenas. Demonstrando sua capacidade reivindicativa, a CONAIE colaborou com a queda de dois presidentes (Jamil Mahuad em 2000 e Lucio Gutiérrez em 2005) (MADRID, 2019).

³⁵ Braço político da CONAIE, o Pachakutik tem fundação em junho de 1995 e objetivo de reforçar e legitimar os

política historicamente vinculada às pautas sociais. Entretanto, em poucos meses, estes apoios foram retirados em virtude da crescente identificação do governo equatoriano com a figura do então presidente norte-americano George W. Bush (2001-2009) e da aliança costurada por Gutiérrez com o conservador *Partido Social Cristiano* (PSD) (MORA, 2008; MADRID, 2019).

Tendo em vista as instabilidades políticas que ocorriam desde a segunda metade da década anterior, Gutiérrez adotou medidas populistas para se manter no poder (MORA, 2008; LEVITSKY e LOXTON, 2019). Gutiérrez havia sustentado sua campanha eleitoral em uma plataforma anti-*status quo* e, logo em seguida, lançou-se em uma coalização conservadora com elites políticas. Em 2004, quando esses laços foram rompidos, Gutiérrez se voltou novamente às organizações indígenas e aos setores populares que o haviam apoiado nas eleições (LEVITSKY; LOXTON, 2019). Sem amparo político e sob manifestações, o presidente foi destituído do cargo pelo congresso em abril de 2005, dando lugar a Alfredo Palacio.

Em pouco mais de 18 meses, a presidência de Palacio foi discreta em resultados. Por não contar com amplo apoio parlamentar e ter pouco apelo junto à população, não logrou aprovar grandes reformas. As exceções foram alguns avanços no setor de hidrocarbonetos, cuja fatia correspondia a 58% das exportações equatorianas em 2005 (LOPES, 2013) e que seriam aprofundadas pelo governo subsequente. Um dos episódios mais expressivos do mandato de Palacio foi a ascensão de um movimento político que tinha em seu ex-Ministro da Economia e Finanças Rafael Correa, seu maior expoente: *Alianza PAIS (Patria Altiva i Soberana)*. Correa, com um discurso antielite e antissistema, venceu as eleições de 2006 e tornou-se o 41º presidente do Equador.

4.1 PRIMEIROS ANOS DE CORREA (2007-2012): A *REVOLUCIÓN CIUDADANA* E AS MUDANÇAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS NO EQUADOR

Este subcapítulo é dedicado ao estudo dos seis primeiros anos de Rafael Correa na presidência do Equador. São debatidos aqui, principalmente, conceitos fundamentais para o entendimento não só da figura de Correa, como também para a compreensão da profundidade de seu projeto, a saber: Populismo, Bolivarianismo, Socialismo do Século XXI, *Buen Vivir* e *Revolución Ciudadana*. Para tanto, ao longo dos próximos dois subcapítulos, são abordadas as relações sino-equatorianas, o fortalecimento do movimento político *Alianza PAIS*, a elaboração da Constituição equatoriana de 2008, os arranjos de integração regional com participação do

interesses indígenas, tais como “educação multicultural, ações afirmativas, maior autonomia indígena e o reconhecimento dos direitos coletivos dos índios” (MADRID, 2019, p. 165, tradução nossa).

Equador, a importância do petróleo para a economia e a projeção do país no cenário político e midiático internacional causada pelo asilo concedido a Julian Assange na embaixada equatoriana em Londres em 2012.

Inicialmente, é prudente que se apresentem os traços que, segundo esse trabalho, qualificam Rafael Correa como um líder populista, uma vez que boa parte da literatura aponta nesse sentido (LEVITSKY e ROBERTS, 2011; LOPES, 2013; SCOTT, 2015; LARA, 2017; MELÉNDEZ e MONCAGATTA, 2017; SANCHEZ-SIBONY, 2017; DE LA TORRE, 2018; POLGA-HECIMOVICH, 2020; SÁNCHEZ e PACHANO, 2020). O fenômeno do populismo é o primeiro a ser estudado tendo em vista o debate sobre seus atributos e conceituação e em virtude de sua relevância para o entendimento dos eventos posteriores. Com isso, busca-se traçar paralelos entre o perfil de Correa como presidente e os traços de um governante populista.

O conceito de populismo utilizado é o de Weyland (2001, p. 14, tradução nossa), para quem o populismo “é melhor definido como uma estratégia política por meio da qual um líder personalista busca ou exerce poder governamental com base no apoio direto, não mediado e não institucionalizado de um grande número de seguidores, em sua maioria desorganizados”³⁶. É a partir dessa conceituação³⁷ que se pretende estudar a figura de Correa e de seu projeto para o Equador. Por esse motivo, é preciso entender quais características fazem dele um líder populista, de acordo com a literatura citada.

Em primeiro lugar, o desempenho de um líder populista passa por sua capacidade de aproximação de seu povo e de criar uma identidade em que ambos se reconheçam (WEYLAND, 2001). Isso ocorre quando o governante se arroga da responsabilidade de conduzir o povo à superação de qualquer que seja seu sofrimento (fome, desemprego, saneamento básico precário, falta de acesso à educação, violência, por exemplo), como se fosse o único capaz de compreender essas mazelas e solucioná-las. Pode-se verificar a necessidade dessa estratégia levando em conta que o governante carece de apoio popular para implementar suas políticas de maneira a preterir as instituições e se manter no poder.

Colaboraram para isso as sucessivas crises políticas e econômicas as quais o Equador atravessou nas décadas de 1980 e 1990. O discurso de Correa ao assumir a presidência era de

³⁶ Traduzido do original: “*is best defined as a political strategy through which a personalistic leader seeks or exercises government power based on direct, unmediated, uninstitutionalized support from large numbers of mostly unorganized followers*”.

³⁷ As contribuições de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 980-981) apontam em outra direção, no sentido de que se pode “definir como populistas as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. [...] O Populismo não conta efetivamente com uma elaboração teórica orgânica e sistemática. Muitas vezes ele está mais latente do que teoricamente explícito”.

que os equatorianos haviam sido reféns de elites e grupos políticos que nada buscavam senão seus próprios interesses ao longo do ciclo neoliberal (CONAGHAN, 2015). Com o intuito de reverter essa realidade, Correa não só reforçou sua posição antielite (por meio da polarização nós *versus* eles) como também iniciou a elaboração e execução de programas de redistribuição de renda e redução das desigualdades sociais. De acordo com os dados da tabela abaixo, é possível analisar a evolução do processo de redistribuição da renda no país entre 2007 e 2013.

Tabela 5 – Grupos sociais e renda, em % da população (2007-2013)

Grupo Social	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Desfavorecidos	38,44	34,35	35,51	32,10	26,42	24,42	22,23
Vulneráveis	36,60	39,12	40,08	40,34	41,18	40,79	41,40
Classe média	23,16	25,03	23,22	25,99	31,04	33,27	34,22
Classe alta	1,81	1,50	1,19	1,57	1,35	1,52	2,15

Fonte: Adaptado de Gachet *et al.* (2017, p. 335).

A classificação da tabela 5 foi estruturada em quatro diferentes categorias que consideraram os parâmetros econômicos e a renda familiar *per capita*, seguindo a paridade do poder de compra (PPP na sigla em inglês) estabelecida pelo Banco Mundial em seu Programa de Comparação Internacional de 2005 (GACHET *et al.*, 2017). Dessa maneira, os desfavorecidos compõem a parcela que recebe menos de U\$ 4 por dia; os vulneráveis se enquadram na faixa dos que recebem, no mínimo, U\$ 4 e menos de U\$ 10 por dia; a classe média compreende os indivíduos com renda de pelo menos U\$ 10 e menos de U\$ 50 por dia; e, finalmente, à classe alta é reservada a porção dos que detêm rendimentos diários iguais ou superiores a U\$ 50.

Quanto aos dados, constata-se uma contração de cerca de 16% no grupo de desfavorecidos, bem como um aumento de mais de 10% da participação da classe média. São alguns indícios preliminares dos efeitos que as políticas redistributivas de Correa provocaram na economia equatoriana e sua possível associação com a força política do presidente por meio da consolidação de suas bases populares. O crescimento dos investimentos públicos também indica a maior participação do Estado na economia, haja vista sua variação de U\$ 10 bilhões em 2007 para U\$ 25 bilhões em 2014, enquanto os investimentos privados recuaram em torno de 26% no mesmo período (BAYAS-ERAZO, 2020).

Nesse momento, tendo em vista a menção ao termo nos parágrafos anteriores, é oportuno que o debate sobre as elites seja melhor aprofundado. Não seria incorreto afirmar que a campanha de Correa fora amparada por um discurso *anti-establishment* e antielitista (LEVITSKY; LOXTON, 2019), partindo da justificativa de que esses grupos (oligarquias e

burguesias, em especial) eram a pior realidade da América Latina, pois eram “ignorantes, entreguistas que falam em espanhol, mas pensam em inglês. Quando falam de liberdade, falam de sua liberdade” (MONEDERO, 2018). É, entretanto, prudente assegurar que seu próprio governo, com o passar dos anos, foi adquirindo feições elitistas (DE LA TORRE, 2013).

Sob Correa, essas elites foram o principal alvo de críticas do presidente. De maneira gradual, Correa construiu no imaginário popular uma aversão a estes grupos. O presidente, nesse enredo, teria o fardo da liderança, sendo o único capaz de interpretar o papel de salvador do povo. Quando repetida inúmeras vezes, essa história parece ter tido a capacidade de criar um sentimento de medo permanente na população diante da possibilidade de supressão de seus direitos pelas elites. Pode-se ponderar que Correa não logrou o epíteto de messias, avançando, todavia, na elaboração de dispositivos de proteção social a indivíduos desfavorecidos.

Outro traço comum a líderes populistas é o empenho em enfraquecer instituições democráticas e movimentos de iniciativa popular, centralizando a tomada de decisão na figura do presidente (O’NEIL, 2016; MELÉNDEZ e MONCAGATTA, 2017). A CONAIE, após o apoio a Rafael Correa durante o processo eleitoral, decidiu-se pela oposição ao governo em razão de considerar suas demandas desprezadas. Além disso, Correa não escondia suas discordâncias quanto aos discursos das lideranças indígenas que perpassavam pela preservação (da fauna, flora e fronteiras) de seus territórios e maior reconhecimento de suas culturas (JUSTEN; GURGEL, 2017).

A extração de minerais foi uma das atividades que impulsionaram a economia sob Correa. Por outro lado, algumas organizações indígenas julgavam essa prática nociva, argumentando a favor do respeito à natureza. Há, nesse sentido, aqueles que acreditam que a grande dependência de recursos naturais – como o petróleo – para a estabilização da economia é inconciliável com instituições e movimentos sociais fortes, uma vez que não existem, verdadeiramente, democracias petrolíferas (MALAMUD, 2009). É possível contestar o argumento com o qual o autor finaliza, sendo, porém, incauto refutar sua premissa de que a dependência excessiva de um produto (historicamente evidenciado pelos ciclos produtivos do Equador) dificilmente gera uma economia forte.

A CONAIE perdeu, gradualmente, sua representatividade política ao longo da década de 2000. A organização presenciou também o decaimento de seu ramo político, o partido Pachakutik que, em 2002, contava com sete representantes legislativos e, em 2009, com apenas quatro (MADRID, 2019). Em realidade, não havia concordância dentro da confederação quanto aos rumos a serem seguidos e o trunfo de Correa foi saber explorá-la, a fim de aproveitar-se da fragilidade oriunda da fragmentação decisória e ideológica. De qualquer maneira, a CONAIE

atravessou a era Correa no ostracismo, fortalecendo-se novamente apenas nas manifestações de 2019, que são debatidas mais adiante.

Ademais, a vitória de Correa representou maior debilidade das instituições políticas equatorianas. O sistema partidário do Equador é, historicamente, pulverizado (CONAGHAN, 2011; SANCHEZ-SIBONY, 2017). Com a criação do movimento *Alianza PAIS* em 2006, Correa logrou monopolizar as discussões políticas dentro do país, fazendo da oposição um adversário quase sem forças. O partido sobrepujou as dominações regionais (costa, serra e amazônia) que as demais associações eventualmente conquistaram e construiu uma hegemonia política nacional (WOLFF, 2018). Desde o retorno da democracia até a vitória de Correa – isto é, no intervalo entre 1979 e 2006 –, as eleições apresentaram margens estreitas entre o primeiro e o segundo candidatos.

Correa desenvolveu um estilo próprio de governo, cuja forma de controle social era caracterizada como *top-down* (LEVITSKY e ROBERTS, 2011; O’NEIL, 2016; LARA, 2017; DE LA TORRE, 2020). Quaisquer movimentos ou instituições que fossem fundados descolados do governo ou com pautas que iam de encontro às do regime poderiam ser retaliados. Outra finalidade do modelo *top-down* era ter maior controle sobre manifestações sociais. Isso ocorria, pois “Correa e seus conselheiros tinham todos os motivos para considerar atores sociais como potenciais adversários, capazes de representar uma ameaça existencial à presidência. De um ponto de vista estritamente político, agir para debilitar o poder desses grupos [...] fazia perfeito sentido”³⁸ (CONAGHAN, 2015, p. 10, tradução nossa).

Grande parte desse poder que Correa adquiriu ao longo dos anos se deveu ao *Alianza PAIS*. O partido foi simultaneamente o símbolo institucional de monopólio político e instrumento do qual o presidente fazia uso para atingir seus interesses. Em consequência, parte da literatura acredita que, muito embora Correa ostentasse altos níveis de aprovação, o presidente pouco fez para apoiar e consolidar um poder verdadeiramente popular (O’NEIL, 2016; LARA, 2017; SÁNCHEZ e PACHANO, 2020). Todavia, tanto Correa quanto o *Alianza PAIS* corriam o risco de, em virtude da dependência mútua e do papel central do personalismo, não conseguirem manter seu projeto no longo prazo.

De fato, muito da ascensão de Correa à presidência está amparada no ímpeto inicial do *Alianza PAIS* em associar sua capacidade de modificar estruturas ao fortalecimento de um modelo de poder centralizado no Estado (LARA, 2017). Algumas das desavenças envolvendo

³⁸ Traduzido do original: “Correa and his advisors had every reason to view societal actors as potential adversaries capable of posing an existential threat to the presidency. From a strictly political point of view, taking actions to undermine the power of groups [...] made perfect sense”.

o partido (como, por exemplo, com a CONAIE) foram resultado, entre outros fatores, de visões distintas sobre a elaboração e execução de programas de auxílio social. Assim sendo, o *Alianza PAIS* (na figura de Correa) passou a se valer do regime democrático equatoriano para consolidar e perpetuar sua condição de hegemonia, alterando a conjuntura de poder político no país (DE LA TORRE, 2010).

Os ataques às liberdades de expressão e aos meios de comunicação privados são mais um dos elementos que aproximam Correa do perfil populista. Durante todo o tempo em que esteve na presidência, Correa empenhou-se em cercear e debilitar a autonomia dos maiores veículos de comunicação do país. Em vários momentos, como em entrevista a Atílio Borón (2018), Correa afirmou que seu maior obstáculo no governo foram os meios de comunicação controlados por representantes das elites equatorianas que não aceitavam seu projeto progressista. Assim como utilizou o *Alianza PAIS* para conter os ímpetus dos demais partidos, Correa criou um programa semanal (*Enlace Ciudadano*) tendo como estratégia ocupar espaços midiáticos.

Durante dez anos (2007-2017), todos os sábados, das 10h às 14h, Correa entrava em contato direto com os cidadãos equatorianos, pelo rádio e pela televisão, como forma tanto de prestação de contas quanto de oposição às elites detentoras dos principais meios de comunicação. Além disso, o programa servia de propaganda para as realizações de seu governo, já que Correa costumava viajar (acompanhado por profissionais de *marketing* e especialistas em pesquisas eleitorais) para diferentes regiões do Equador e dialogar com a população local, demonstrando também uma estratégia política (de feições populistas) chamada pela literatura de “campanha permanente” (DE LA TORRE, 2020).

Mais um dos atributos de um líder populista – segundo a linha conceitual escolhida nesse estudo – é a centralização de poder. No caso de Correa, os três pontos citados acima 1) aproximação do povo e criação de uma identidade comum; 2) enfraquecimento das instituições democráticas e movimentos de iniciativa popular; 3) ataques às liberdades de expressão e aos meios de comunicação privados, são sinalizações de uma tentativa de fortalecimento de sua posição. Graças ao seu perfil personalista, seu anseio pelo controle integral do Estado e o triunfo na aprovação da Constituição de 2008, os governos de Correa têm sido qualificados como hiperpresidencialistas (DE LA TORRE, 2013).

O hiperpresidencialismo³⁹, por vezes, representa um sistema político híbrido, mesclando

³⁹ Conceito controverso na literatura, o “hiperpresidencialismo equatoriano – por desenho institucional e por prática correísta – alterou o equilíbrio de poderes, com uma alta concentração de prerrogativas, influência e capacidade de iniciativa pelo Executivo” (MELÉNDEZ; MONCAGATTA, 2017, p. 439, tradução nossa).

elementos da democracia e do autoritarismo⁴⁰ (SÁNCHEZ; PACHANO, 2020). Esse aspecto centralizador, no entanto, pode dar origem a uma ruptura política quando analisado a longo prazo: a não preparação de um(a) sucessor(a). No caso do Equador, todo o projeto progressista de Correa foi construído ao redor da imagem de um líder personalista, carismático e onipotente. O histórico da América Latina aponta para a fraqueza desse entendimento. Uma parcela importante dos regimes populistas da região no século XX (tais como Juan Domingo Perón em 1955 na Argentina e José María Velasco Ibarra em 1972 no Equador) sucumbiram às instabilidades políticas seguidas de intervenções militares (DE LA TORRE, 2018).

Ademais, há um fator que pode ser atribuído a alguns líderes populistas e que se relaciona com o parágrafo acima, muito embora não haja unanimidade dentro do campo acadêmico sobre sua aplicação nesses casos. De acordo com O'Neil (2016) os países da América Latina são bons exemplos de como o populismo pode limitar o crescimento econômico de longo prazo. É claro que há outras variáveis a serem consideradas em uma conjuntura como essa (como crises financeiras globais, resultados de eleições, configuração política do sistema internacional), mas escolhas como a subordinação do financiamento de todo um programa de governo às divisas provenientes da exportação de petróleo pode ser uma armadilha fiscal no longo prazo (MALAMUD, 2009). Em tempo, essas questões são aprofundadas mais a frente.

Por fim, a última característica de um líder populista aqui discutida é a contínua procura por opositores e a polarização política. A primeira pode ser tão efetiva para a consolidação do líder quanto qualquer outra estratégia, visto que “De uma perspectiva da psicologia política, definir um inimigo em comum é mais produtivo para a coesão nacional do que definir um objetivo comum. Invoca uma necessidade urgente de unidade em face do perigo e, implicitamente, enfraquece o conflito étnico/civil dentro do estado”⁴¹ (GANCHEV, 2020, p. 380, tradução nossa). Essa foi uma das alternativas das quais Correa se aproveitou durante os períodos turbulentos na crise de 2008 e na recessão econômica de 2014-2015.

O que ocorria era a mudança constante de alvos, sobre os quais recaia a responsabilidade pelo problema de acordo com a conveniência do governo. Fazem parte dessa

⁴⁰ A definição de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 94) para autoritarismo é validada pelas ações de Correa na medida que “Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas. Nesse contexto, a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima e as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima ou são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas”.

⁴¹ Traduzido do original: “*From a political psychology perspective, defining a common enemy is more productive for national cohesion than defining a common goal. It invokes an urgent need for unity in the face of danger, and it implicitly downgrades ethnic/civil conflict within the state*”.

lista as elites e oligarquias nacionais, empresas multinacionais, organismos multilaterais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), o sistema capitalista, o modelo democrático liberal e, por último, um dos mais utilizados: os Estados Unidos (LOPES, 2013; JARAMILLO, 2020). Um dos momentos em que isso ficou evidente foi em 2009 quando Correa optou pela não renovação da concessão do uso da base militar norte-americana da cidade de Manta – ativa desde 1999 – anunciando, em paralelo, a expulsão de militares da embaixada dos Estados Unidos (SOUSA SANTOS, 2015).

Em 2011, após o vazamento de trocas de mensagens sigilosas – realizado pela organização *Wikileaks* – nas quais a então embaixadora norte-americana, Heather Hodges, afirmava que havia um regime sistemático de corrupção dentro da polícia equatoriana, o Equador decidiu por considerar Hodges *persona non grata* e solicitou sua saída imediata do país (AGÊNCIAS, 2011). As animosidades iam para além do campo diplomático, chegando a afetar as relações comerciais e financeiras entre os dois países. No ano de 2008, ao alegar desproporcionalidade nos juros de uma dívida de U\$ 31 milhões sobre títulos internacionais, Correa anunciou seu não pagamento, o que acarretou em medidas punitivas à economia do país até 2014 (GANCHEV, 2020).

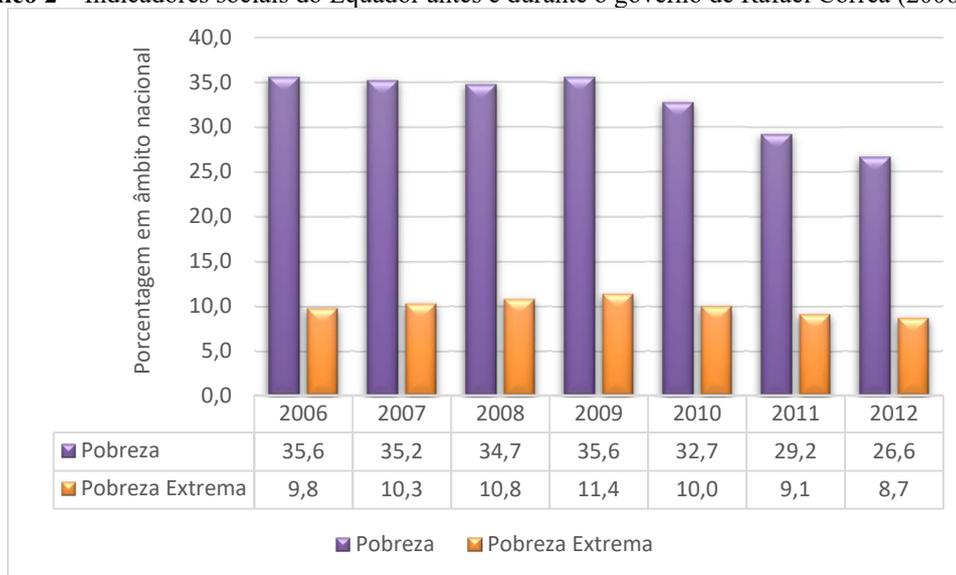
Todas essas questões representaram perda da expressividade dos EUA na política externa equatoriana. A América Latina vivia um momento de crescimento econômico proporcionado pelas exportações de *commodities* e Correa não pretendia perdê-lo. Seus primeiros anos na presidência apontaram para a importância da renda do petróleo no financiamento de seus planos, sendo um dos principais a *Revolución Ciudadana*. A *Revolución Ciudadana* é analisada na seção seguinte, por meio da compreensão de alguns fenômenos: a economia equatoriana, os investimentos chineses no país e a participação do petróleo nesse contexto; a aprovação da Constituição de 2008; o advento do socialismo do século XXI e do bolivarianismo e suas contribuições para a integração regional.

4.1.1 Avanços e retrocessos na *Revolución Ciudadana* de Rafael Correa

Do ponto de vista de alguns indicadores sociais e econômicos, os anos de governo Correa foram de melhoria e consolidação desses patamares. Para alguns autores, a ascensão de políticos progressistas nos países latino-americanos nos anos 2000 (Lula da Silva, Evo Morales, Néstor e Cristina Kirchner, Michelle Bachelet e Rafael Correa), seguida pela retomada do papel ativo do Estado como indutor de transformações sociais foi um ambiente fértil para o estudo –

teórico e prático – do “neodesenvolvimentismo”⁴² (CYPHER; ALFARO, 2016). No Equador, ainda que houvesse discordâncias quanto à extensão das competências do Estado, os avanços na diminuição da pobreza foram destaque (SCOTT, 2015). O gráfico 2 lista algumas das conquistas do governo Correa.

Gráfico 2 – Indicadores sociais do Equador antes e durante o governo de Rafael Correa (2006-2012)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cepal (2021).

Não bastassem as reduções nos índices de pobreza e pobreza extrema⁴³, houve ainda, segundo Tovia (2018) e a Cepal (2021), uma melhoria no coeficiente de Gini (utilizado para calcular a desigualdade de renda) que registrou uma variação entre 2006 e 2012 de 0,520 para 0,468. Além disso, destaca-se uma evolução anual média do PIB equatoriano de 4,15% entre 2007 e 2012, contrastando com o resultado de 2,31% médio anual da década de 1990 (DÍAZ, 2018). Com esses números o PIB equatoriano voltava a superar as taxas apresentadas pela média dos países latino-americanos, ainda que muitos deles também estivessem aproveitando o momento favorável da economia mundial. Entretanto, há estudos que apontam para a existência de uma janela temporal específica entre 2010 e 2012, durante a qual houve grande

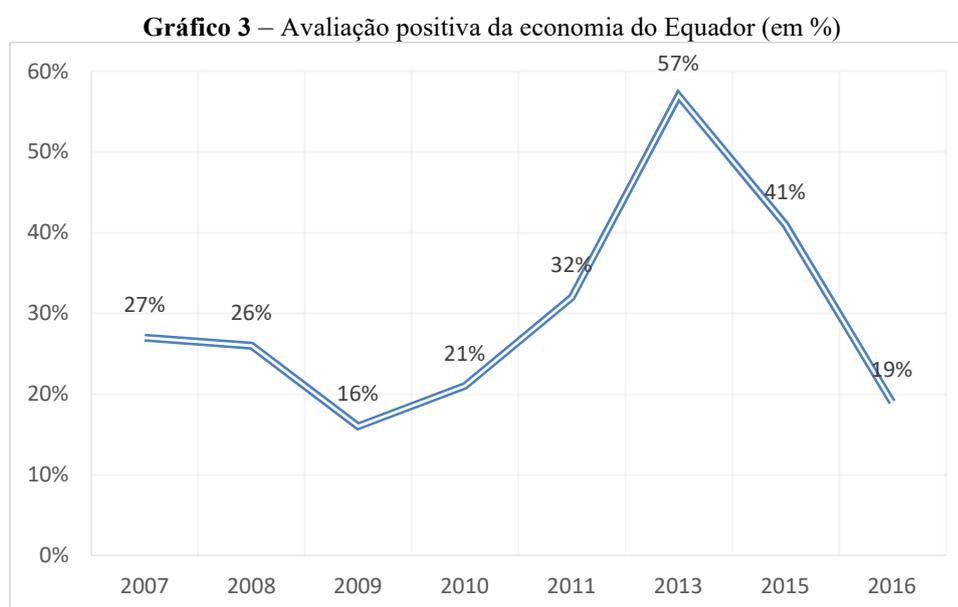
⁴² Na visão de Bechelaine e Bresser-Pereira (2019, p. 760-761, tradução nossa) “A teoria neodesenvolvimentista [...] emerge como uma “terceira via” entre os discursos desenvolvimentistas e o neoliberalismo. [...] A diferença entre a ortodoxia neoliberal e o novo desenvolvimentismo está em sua base teórica, que considera o Estado um elemento essencial no processo de desenvolvimento, ao contrário da teoria neoliberal, que enxerga o mercado como responsável pelo desenvolvimento. Diferente de outras teorias, o novo desenvolvimentismo dedica atenção particular à taxa de câmbio em países em desenvolvimento, cuja tendência é a apreciação no longo prazo e, conseqüentemente, torna os investimentos industriais impraticáveis. Portanto, o novo desenvolvimentismo é um conjunto de diretrizes políticas, institucionais e econômicas para que países em desenvolvimento, como o Brasil, consigam alcançar níveis de renda per capita, taxas de crescimento e estabilidade que os aproxime dos países desenvolvidos”.

⁴³ De acordo com o Banco Mundial (2020), a “Pobreza extrema, definida como viver com menos de US\$1,90 por dia, provavelmente afetará entre 9,1% e 9,4% da população mundial em 2020”.

parte dos avanços sociais e econômicos.

Para Larrea e Greene (2018) os hiatos de 2007-2009 e 2013-2017 podem ser sintetizados em evoluções tímidas ou estagnação. A justificativa para o primeiro intervalo encontra amparo nas implicações internacionais da crise norte-americana do *subprime* e a queda no preço do barril de petróleo em 2009. Quanto ao período 2013-2017, correspondeu ao segundo mandato de Correa que fora marcado por nova depreciação no preço da *commodity* e início de turbulências econômicas que preocuparam a América Latina a partir de 2014. Os anos de 2010-2012 teriam sido mais homogêneos em virtude, novamente, da relação entre a economia equatoriana e o preço do barril de petróleo, cujo viés foi de valorização nesse ínterim (LARREA; GREENE, 2018).

Todos esses eventos moldaram, de alguma maneira, a percepção que os cidadãos tinham dos rumos que trilhava a economia de seu país. É nesse sentido que a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) realiza – por meio da Cepalstat, órgão responsável pela coleta e processamento de dados – pesquisas de opinião anuais sobre variados assuntos e setores da sociedade na maioria dos países da região. Esses materiais são relevantes como mais uma fonte confiável para a compreensão das realidades latino-americanas. O gráfico 3, por exemplo, reúne informações acerca da impressão da população sobre a economia do Equador.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cepal (2021).

Os dados do gráfico 3 ilustram o argumento de que tanto o curso real da economia equatoriana quanto a percepção de melhorias e retrocessos pelos cidadãos estavam atrelados às flutuações dos preços do petróleo no mercado internacional. Mesmo não havendo divulgação

das informações de 2012 e 2014 por parte da Cepalstat, percebe-se que existem padrões de maior volatilidade em épocas de instabilidade internacional. Isso retrata a relação de dependência do Equador – e, em maior escala, de muitos países da América Latina – que remonta aos tempos coloniais e que, ao longo dos séculos XIX e XX, foi reforçada pelas antigas metrópoles.

Esses pequenos ciclos produzem ecos também na imagem do presidente e de sua aprovação. Correa ostentou um dos maiores índices de aprovação do subcontinente até 2015, o que colaborou para suas reeleições em 2009 e 2013 (SÁNCHEZ; PACHANO, 2020), ambas no primeiro turno. A trajetória, todavia, foi de oscilações. Em 2007, seu primeiro ano à frente do governo, Correa era aprovado por 74% dos equatorianos; esse número foi reduzido para 59% em 2009; em 2013 voltou aos patamares iniciais e bateu 73%, para, três anos depois, amargar 40% (LATINOBARÓMETRO, 2018). Uma das razões que pode explicar esse fenômeno, segundo De la Torre (2013), é a efêmera lealdade do povo para com o presidente, vinculada à disponibilidade ou não de recursos para abastecer os projetos de redistribuição de renda.

A economia equatoriana passou por transições também no âmbito do comércio internacional. A ascensão da influência chinesa no Equador foi acompanhada pelo estremecimento das relações Equador-Estados Unidos ao longo da década de 2000. Esse movimento, entretanto, não foi fortuito. Os motivos são variados: identificação ideológica com a China, convicção de que os norte-americanos retratavam um poder imperialista a ser combatido, maiores fluxos e oportunidades de investimentos advindos do oriente, o *boom* das *commodities* e a Constituição de 2008. Além disto, Correa carecia de suporte financeiro para sua *Revolución Ciudadana*, pilar fundamental de seu projeto progressista.

Os norte-americanos pareciam ser parceiros cada vez menos apropriados. As desconfianças para com o modelo de negócios equatoriano – frequentemente interrompidos por greves de funcionários, protestos e atos de sabotagem aos equipamentos – fez com que o Equador ocupasse somente a 11ª posição no *ranking* de países exportadores de petróleo para os EUA em 2012 (WORDLICZEK, 2016). Em razão disso, as relações se desgastaram a ponto de o governo norte-americano visualizar, basicamente, dois pontos de interesse no Equador: o primeiro dizia respeito ao caminho utilizado pelas rotas de tráfico de drogas internacional, estando o país localizado entre dois dos principais produtores de cocaína do mundo, Peru e Colômbia; o segundo estava relacionado justamente a questões econômicas advindas da exportação de petróleo do Equador (WORDLICZEK, 2016).

Um dos êxitos atribuídos ao governo de Correa foi a reintrodução do Equador no mercado internacional a partir da exportação, sobretudo, do petróleo. No seu primeiro ano de

mandato (2007), Correa contou ainda com a elevação histórica do preço do barril de petróleo para cerca de U\$ 100, aumentando em 200% as receitas do Estado (CONAGHAN, 2011) e, com isso, proporcionando maior liberdade fiscal ao presidente (LARREA; GREENE, 2018). Nessa conjuntura, a transição nas parcerias comerciais foi de uma dependência estado-unidense a elos mais abrangentes e estratégicos com a China. Para se ter uma dimensão da participação chinesa na América Latina, em apenas oito anos (2004-2012) o comércio agregado entre eles saltou de U\$ 100 bilhões para U\$ 250 bilhões (HERRERA-VINELLI; BONILLA, 2019).

Assim como grande parte dos países latino-americanos entre 2000 e 2010, o Equador também soube se aproveitar da conjuntura econômica global favorável. Além do mais, as importações de petróleo equatorianas não eram de grande relevância para os Estados Unidos, haja vista sua substituição pelos de origem brasileira, venezuelana e colombiana (WORDLICZEK, 2016). As oportunidades, portanto, pareciam vir cada vez menos da América do Norte. Os acordos firmados no campo energético foram os destaques de uma pauta comercial não muito diversificada quanto ao número de bens, mas que foi importante para o crescimento da economia equatoriana nesse período.

Enquanto, no intervalo entre 2007 e 2013, as importações equatorianas da China eram compostas basicamente por bens de alto valor agregado (como por exemplo aparelhos eletrônicos, caldeiras e maquinário industrial) as exportações se concentravam em combustíveis fósseis, cobre e madeira (HERRERA-VINELLI; BONILLA, 2019). Diante dessa realidade, os *déficits* nas relações comerciais do Equador com a China foram se acumulando ano a ano. Ao passo que não só a diferença nos valores dos bens transacionados aumentava, os volumes também se tornavam desiguais. O gráfico 4 retrata a evolução dessa disparidade.

Gráfico 4 – Comércio Sino-Equatoriano (anual e em milhões de dólares)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ganchev (2020, p. 366) e World Integrated Trade Solution (2021).

Pode-se observar que, a partir de 2009, o desequilíbrio comercial iniciou sua trajetória positiva em favor dos chineses. Esse não foi um episódio isolado no âmbito das relações entre China e países latino-americanos, tendo em vista que muitos deles são também exportadores de produtos primários. No caso do Equador, em específico, a China ainda logrou outra grande vantagem: tornou-se o maior credor do governo equatoriano. Parte por seguir seu projeto de afastamento das instituições norte-americanas e também para executar sua agenda de programas sociais, Correa utilizou fontes de financiamento chinesas para construir uma infraestrutura, sobretudo energética, e fortalecer a indústria nacional (GANCHEV, 2020).

É possível que, ao almejar uma parceria sólida e duradoura com os chineses, Correa tenha levado esses pontos em consideração, uma vez que as condições dos empréstimos não eram atrativas se comparadas com outras opções disponíveis. Em relação à taxa de juros, a China cobrava, em média, de 6% a 7,25%, enquanto em organismos multilaterais esse número flutuava entre 2% e 4%; ao passo que os chineses concediam um prazo de pagamento de oito anos, instituições como o Korea EximBank e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) ofereciam de 10 até 25 anos de carência (GARZÓN; CASTRO, 2018).

Evidente que, como citado anteriormente, os laços estratégicos entre os dois países tinham uma sustentação que ia para além das relações financeiras/comerciais. A entrada da China no subcontinente latino-americano tinha motivações geopolíticas, o que significava uma tentativa de expansão de seu *soft power* e construção de modelos alternativos ao desenvolvimento que envolvessem relações Sul-Sul. Em virtude disso, setores como os de metais, motores e turbinas, comunicações, imobiliário e minérios também foram englobados.

Conforme a figura 4, em cinco anos, pelo menos sete iniciativas foram planejadas.

Figura 4 – Quadro sobre os projetos com investimento chinês no Equador entre 2008 e 2013 (em milhões de dólares)

Data	Empresa Investidora	Empresa Alvo	Setor de Destino	Descrição do Projeto	Total	Status
Janeiro de 2013	Junefield Department Store Group Ltd	Mighty Comforts Ltd	Mineração	Compra de terra	2,8	Completo
Julho de 2011	Xinjiang Goldwind Science & Technology (Goldwind)	Xinjiang Goldwind Science & Technology (Goldwind)	Motores e Turbinas	Fornecimento de 23 turbinas eólicas	11,1	Completo
Novembro de 2011	CNPC and Sinopec	CNPC and Sinopec	Energia	Desconhecido	610	Desconhecido
Setembro de 2010	FiberHome Telecommunication Technologies	FiberHome Telecommunication Technologies	Comunicações	Construção de uma fábrica de cabos de fibra óptica	20	Completo
Dezembro de 2009	China Railway Construction and China Nonferrous	China Railway Construction and China Nonferrous	Metais	Compra da Corriente Resources	652	Fase de Exploração: construção da mina
Outubro de 2008	China Gezhouba (CGGC)	China Gezhouba (CGGC)	Imobiliário	Desconhecido	32,8	Desconhecido
Setembro de 2008	PetroChina	PetroChina	Carvão, Petróleo e Gás Natural	Desconhecido	29,8	Desconhecido

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Herrera-Vinelli e Bonilla (2019, p. 12).

A maioria das empresas chinesas citadas na figura 4 está integralmente nas mãos do Estado (*China Nonferrous*, *China Railway Construction*, *Sinopec*) ou são semiestatais (*PetroChina*, *Gezhouba Group*, Corporação Nacional de Petróleo da China ou *CNPC*, *Xinjiang Goldwind Science & Technology*). Todos esses projetos ajudam a entender algumas das razões que, ao final da década de 2010, levaram o Equador a ser o destino de 30% de todos os empréstimos chineses para a América Latina (JARAMILLO, 2020). Os efeitos desses empréstimos atingiram negativamente a dívida pública externa do Equador que passou de US\$ 10 bilhões no final de 2007 para US\$ 20 bilhões em 2015 (DÍAZ, 2018).

A barragem hidrelétrica Coca-Codo Sinclair, maior fonte energética construída no Equador, foi outra proposta que gerou controvérsia em seu início e que contou com apoio financeiro chinês. Com custo final de mais de US\$ 2 bilhões, a construção da barragem atraiu a atenção da mídia e de organizações sem fins lucrativos em virtude de mortes de trabalhadores e de seus impactos ambientais para a região (HERRERA-VINELLI; BONILLA, 2019). Tendo em vista a participação da empresa estatal chinesa Sinohydro junto ao governo equatoriano na edificação da obra, ambas foram acusadas de não seguirem os protocolos de segurança que levaram à morte de trabalhadores.

Todas essas iniciativas faziam parte de um projeto mais amplo personificado por Rafael

Correa. Ademais de aliviar a dependência histórica dos Estados Unidos, a estratégia de Correa convinha ao projeto de união regional encabeçado por Hugo Chávez (o “socialismo do século XXI”) e, internamente, à consolidação de sua revolução. Um de seus propósitos iniciais era oferecer uma via alternativa aos anos de neoliberalismo e promover modelos de organização social e econômica mais condizentes com as realidades locais equatorianas.

Muito por conta disso, o governo de Correa criou uma identidade que, ao mesmo tempo que tentava se distanciar de movimentos e modelos políticos anteriores, mesclava algumas de suas particularidades para formar uma revolução tipicamente do século XXI. Justen e Gurgel (2017, p. 83) fazem um paralelo entre a *Revolución Ciudadana*, o socialismo tradicional e o capitalismo, afirmando que

O fundamental dessa diferença se encontra na convivência relativamente pacífica do capitalismo com aquilo que se chama de *revolución ciudadana*. [...] A diferença implicitamente tem três aspectos muito relevantes: destaca o cidadão e não o proletariado como sujeito revolucionário, neste sentido, diluindo as classes no conceito de cidadania; empresta ao Estado um papel muito relevante na promoção da revolução e finalmente troca o antagonismo entre capitalistas e classe operária pelo conflito Estado x Sociedade, atribuindo ao cidadão a tarefa superior de participar das decisões e controlar o poder público e a “classe política”.

De uma outra perspectiva, a *Revolución Ciudadana* foi um movimento com traços de intolerância, repressão e polarização política que intensificava as rupturas sociais. Discordâncias ao regime, quando não rapidamente reprimidas e criminalizadas, eram taxadas de infantis, ingênuas e golpistas (como, por exemplo, alguns integrantes de movimentos indígenas equatorianos e ativistas de Organizações Não Governamentais – ONG’s – estrangeiras). De acordo com Carlos de la Torre (2010, p. 168, tradução nossa), uma das características da revolução de Correa era que

A ideia de revolução descreve todas as lutas como disputas por valores últimos e sagrados que colocam a própria existência da Pátria em jogo. Nesses confrontos de proporções titânicas, quem não está com o líder do processo é o inimigo da nação. A intolerância do discurso maniqueísta ameaça o direito à dissidência e ao pluralismo, sem os quais será muito difícil construir cidadanias e uma democracia participativa.⁴⁴

Nota-se, portanto, que há um interessante debate tanto sobre as fundações dessa revolução quanto de suas principais conquistas. Utilizando-se da estratégia de fragmentação e

⁴⁴ Traduzido do original: “*La idea de revolución pinta todas las luchas como disputas por valores últimos y sagrados que ponen en juego la existencia misma de la Patria. En estas confrontaciones de proporciones titânicas quienes no están con el líder del proceso son los enemigos de la nación. La intolerancia del discurso maniqueo atenta contra el derecho al disenso y al pluralismo, sin los cuales será muy difícil construir ciudadanías y una democracia participativa*”.

enfraquecimento das organizações, Correa não sofreu grande oposição em seus primeiros anos de governo. O mais importante, todavia, é que a *Revolución Ciudadana* era um instrumento necessário que inseria Correa em um grupo de líderes que estavam, naquele momento, operando mudanças expressivas nos ordenamentos jurídicos e políticos de seus países para estabelecer caminhos alternativos ao desenvolvimento para a América Latina.

Por isso, em seu discurso de posse, Correa (EQUADOR, 2007) elencou alguns grandes eixos de sua revolução: uma revolução constitucional; uma revolução econômica; e o resgate da dignidade, soberania e busca da integração latino-americana. Esses são pilares que associam o movimento ao que tem sido denominado pela literatura de “pós-neoliberalismo”⁴⁵ (DE LA TORRE, 2013; SOUSA SANTOS, 2015; MELÉNDEZ e MONCAGATTA, 2017; WOLFF, 2018). Com exceção do segundo eixo (por já ter sido discutido anteriormente), os outros dois são analisados nos próximos parágrafos, em conjunto com suas implicações nos panoramas social e político do Equador.

Com relação ao primeiro eixo, a Constituição de 2008 fez com que o Equador fosse considerado um “novo constitucionalismo latino-americano”, juntamente com Venezuela e Bolívia (JUSTEN; GURGEL, 2017). O que ocorreu nos três países foi uma tentativa de distanciamento das heranças neoliberais e a formulação de modelos econômicos *sui generis*. Nesse sentido, houve a necessidade de refundação do Estado, agora zeloso a causas antes periféricas, tais como: a biodiversidade, a sociodiversidade, a interculturalidade e o pluralismo (MELO; BURCKHART, 2018). Ao mesmo tempo, imputa ao Estado o compromisso de fiscalizar quaisquer omissões ou transgressões aos direitos que possam ocorrer.

Essa nova Carta Magna reconhecia ainda no Equador um Estado Plurinacional, o que significava dizer que a antiga lógica de Estado Nação estava sendo substituída pela inclusão de várias nações – que coexistiam dentro do território equatoriano – no arcabouço legal do Estado. O documento era sustentado a partir da inversão do princípio de que o mercado deve regulamentar grande parte da vida das pessoas e, em seu lugar, aflorariam as expressões culturais e as dinâmicas sociais, sobretudo, dos povos indígenas do país. Além disso, a nova constituição também conferia espaço relevante para a questão dos direitos e os mecanismos

⁴⁵ Para Macdonald e Ruckert (2009, p. 6-7, tradução nossa), ao se estudar esse conceito, é preciso “primeiro demarcar o que o pós-neoliberalismo não é: o pós-neoliberalismo não deve ser entendido como uma era “depois” do neoliberalismo. Em vez disso, sugerimos que a era pós-neoliberal é caracterizada principalmente por uma busca por alternativas políticas progressistas decorrentes das muitas contradições do neoliberalismo. Essas alternativas progressistas contêm resquícios do modelo neoliberal anterior, já que o neoliberalismo não desaparece repentinamente. Ao mesmo tempo, as políticas pós-neoliberais emergem de dentro do neoliberalismo, em reação a muitas das deficiências e contradições das formas neoliberais de governança. Assim, o conceito de pós-neoliberalismo fala da ideia de que as práticas neoliberais são ao mesmo tempo preservadas e superadas; a política neoliberal perdeu seu domínio, mas não foi aniquilada”.

para sua garantia.

Muito por causa disso, foi considerada inovadora e precursora de conceitos que visavam à melhoria das condições de vida de todos (WILHELMI, 2009; MELO e BURCKHART, 2018). Em consonância com discursos proferidos por Correa, o texto constitucional abordava as questões de exclusão e desigualdade sociais, acendendo um debate sobre as dominações de classe presentes nas sociedades contemporâneas e a urgência em se rever os modelos sociopolíticos herdados de um passado colonialista. Por isso, quase 20% da constituição (85 artigos) foram dedicados à especificação dos direitos e de suas respectivas salvaguardas, entre eles o direito à água e o direito ao habitat (WILHELMI, 2009).

Como visto, a natureza era parte integrante desse novo marco constitucional equatoriano. Dessa forma, com o intuito de não somente respeitar os diferentes povos e suas culturas, mas também o local no qual guardavam suas raízes, ressurgiu o conceito de *Buen Vivir*. O termo invoca, por exemplo, transformações nas estruturas econômicas “e nas relações de poder inter e intrasociedades. Nesse sentido, rivaliza com interpretações dominantes do desenvolvimento sustentável que, na prática, preconizam o *status quo* ou a reforma (incremental) do sistema anterior”⁴⁶ (VANHULST; BELING, 2013, p. 513, tradução nossa). Isso significava, entre outras coisas, retomar, estreitar e respeitar os laços com a *Pachamama*.

Buen Vivir deriva da expressão em quíchua⁴⁷ *sumak kawsay* que diz respeito à convivência harmônica entre comunidades – notadamente as indígenas da Amazônia e dos Andes – e cosmos (NOVO, 2018; DE LA TORRE, 2020). Os dois termos remontam, especialmente, às convulsões sociais da década de 1990, durante as quais a presença de grupos indígenas era sempre muito forte na cobrança de melhores condições de vida e maior representatividade política. Ademais, com a emergência de novas pautas e movimentos sociais na virada do milênio, o *Buen Vivir* incorporou demandas e conceitos feministas, ecologistas, humanistas e marxistas (AROCA, 2020).

O termo manifestou também uma consciência anticolonial, na medida que buscava superar os padrões de consumo europeus e se afastava de instituições que reproduziam a dominação cultural dos tempos coloniais (VANHULST; BELING, 2013). O intuito era substituir o antropocentrismo e o eurocentrismo por ideais que convergissem com uma

⁴⁶ Traduzido do original: “(...) y de las relaciones de poder inter- e intra- sociedades. En este sentido, compete con interpretaciones dominantes del desarrollo sostenible que, en la práctica, preconizan el statu quo o la reforma (incremental) del sistema anterior”.

⁴⁷ De acordo com o dicionário Michaelis, o quíchua é uma “língua que era falada pelos antigos quíchuas, sendo inclusive o idioma geral do Império Inca, e ainda hoje é falada por grupos indígenas dos países andinos, especialmente do Equador e do Peru” (QUÍCHUA, 2021).

convivência mais harmônica e menos parasitária entre os seres humanos e destes com a natureza. Para isso, era fundamental também que se questionasse e se desfizesse o conceito de subordinação, evitando qualquer tipo de supremacia (cultural, política, econômica, social, produtiva) que pudesse abalar o equilíbrio entre as sociedades.

Nessa linha, Correa afirmou, em entrevista concedida à Juan Carlos Monedero (2018), que o *Buen Vivir* representava “uma alternativa ao conceito de desenvolvimento. Não se trata de acumular. Se trata de se satisfazer necessidades básicas (educação, saúde, serviços fundamentais). Viver em harmonia com a natureza e as demais culturas”. O termo apresentava, desse modo, densidade conceitual para se tornar um paradigma na política latino-americana. Entretanto, essa ideia de caráter multifacetado foi de encontro a alguns dos principais atributos de Correa, tais como o centralismo, o personalismo e os ataques à liberdade de expressão.

É inegável que, na teoria, tanto a Constituição de 2008 quanto o *Buen Vivir* foram inovadores no que diz respeito à tolerância e ao respeito às diversidades. Na prática, no entanto, Correa pareceu se apropriar de ambas, utilizando-as como ferramentas para concentração de poder sob o discurso de apreço ao pluralismo. Prova disso foram as centenas de acusações imputadas a ativistas indígenas por terrorismo e tentativa de sabotagem na perfuração em áreas de atividade mineradora, resultando em algumas prisões (DE LA TORRE, 2018). Aparentemente, essas foram algumas das medidas tomadas pelo governo de Correa para sufocar as reivindicações indígenas.

A partir de 2009 a situação ganhou contornos mais intensos. Além da repressão direta, Correa também recorreu à intimidação e ao revanchismo. Após manifestações de organizações como a CONAIE contrárias à Lei da Mineração – sob a alegação de que, ao autorizar a exploração de áreas a céu aberto por empresas transnacionais, o governo estaria colocando em risco o meio ambiente e a preservação de comunidades indígenas – Correa limitou a autonomia do Sistema de Educação Intercultural Bilíngue⁴⁸ e fechou cerca de 13 mil escolas comunitárias, forçando estudantes a percorrerem vários quilômetros até outros centros de educação que, não raro, não dispunham de profissionais versados nas línguas e culturas indígenas (NOVO, 2018).

As repercussões dessa postura do governo trouxeram, ainda, outros prejuízos para essas regiões. Não bastasse a deterioração das condições de ensino, Novo (2018, p. 56, tradução

⁴⁸ De acordo com o Ministério da Educação do Equador (2017?, tradução nossa) “O Sistema de Educação Intercultural Bilíngue das nacionalidades e povos indígenas do Equador compreende desde a estimulação inicial até o nível superior. Está destinado à implementação do Estado plurinacional e intercultural, no marco de um desenvolvimento sustentável com visão de longo prazo (Constituição de 2008). [...] Em razão de sua existência, cada nacionalidade tem direito a contar com sua própria educação em respeito ao Direito Coletivo reconhecido pela Constituição da República do Equador e aos instrumentos internacionais subscritos pelo Equador”.

nossa) acrescenta que “isso está causando um êxodo desde as comunidades até as cidades médias e grandes que está liberando terras para as companhias mineradoras, madeireiras e petroleiras”⁴⁹. Ao contrário da década de 1990, na qual grupos indígenas sentiam, principalmente, as implicações econômicas de más gestões presidenciais, no período em que Correa governou as preocupações se espalharam para outros setores, tais como violência, desemprego, repressão e preservação de suas culturas e do meio ambiente.

Além da já citada fragmentação dos movimentos indígenas orquestrada por Correa com o objetivo de enfraquecê-las politicamente, houve também a cooptação de parte desse contingente para dentro das estruturas do governo, como, por exemplo, a Federação Equatoriana de Índios (FEI) (MADRID, 2019). Em especial através da concessão de empregos públicos, Correa soube usufruir da renda originada da exportação de petróleo para ampliar o quadro de funcionários do Estado (NOVO, 2018). É preciso pontuar, entretanto, que Correa se aproveitou de discordâncias internas desses grupos, mas que, independentemente do presidente, as demandas indígenas no Equador dificilmente foram consensuais, unívocas e inquestionáveis, havendo, eventualmente, dissensos.

Outro aspecto relevante foi que a entrada da CONAIE no cenário político equatoriano na década de 1990 e sua liderança em movimentos sociais desde então podem ter causado perda de legitimidade das pautas indígenas frente à sociedade, a julgar pelo apoio concedido pela organização ao (futuramente deposto) presidente Lucio Gutiérrez (GALLEGOS; STOESSEL, 2015). O descrédito da população não era direcionado exclusivamente às causas indígenas, senão a todo o sistema político e econômico equatoriano que, há mais de uma década, parecia não se conectar com as reais necessidades de seus povos.

4.1.2 O “socialismo do século XXI” e o bolivarianismo no Equador

O terceiro eixo que compunha a *Revolución Ciudadana*, na visão de Correa, era o resgate da dignidade, da soberania e a busca da integração latino-americana. Aqui parecem ter sido invocadas além das raízes socioculturais da América Latina também algumas das personagens que libertaram a região da dominação colonial no começo do século XIX: Simón Bolívar, Francisco de Paula Santander, Antonio José de Sucre e José de San Martín. O mais reconhecido e com maior significância para este trabalho é o primeiro deles. Inspirados em Bolívar, presidentes latino-americanos reivindicaram seu legado com o propósito de construir

⁴⁹ Traduzido do original: “Esto está causando un éxodo desde las comunidades hacia las ciudades medianas y grandes que está liberando tierras para las compañías mineras, madereras y petroleiras”.

pontes que conduzissem a arranjos de integração regional e, em nível global, combater comportamentos identificados como neoimperialistas.

Ao longo das próximas páginas são abordadas duas questões que remontam aos séculos XIX e XX e que são fundamentais para o desenvolvimento das conclusões desse trabalho: o socialismo do século XXI e o bolivarianismo. Em relação ao primeiro deles, foi idealizado, em 1996, por Heinz Dieterich, ex-assessor especial de Hugo Chávez e utilizado por este último como proposta para, dentre outros pontos, dar mais autonomia política e econômica para os países da região. De maneira preliminar, pode ser melhor definido pelas características que não possui, ao invés das que possui: não busca emular os mesmos discursos nem cometer as mesmas falhas do modelo socialista tradicional.

Era possível, nesse contexto, entender o resgate do legado de Bolívar como um meio para se realizar esses propósitos. Dentro do arcabouço do Novo Projeto Histórico (NPH) de Chávez, o bolivarianismo seria, para a América Latina, uma fase de transição para a consecução do objetivo final: o socialismo do século XXI (DIETERICH, 2005). O NPH era constituído por diretrizes estratégicas que guiariam o governo venezuelano pelos próximos anos, tanto interna como externamente. O bolivarianismo, segundo Dieterich (2005), seria peça fundamental nesse cenário para auxiliar tanto na luta por sociedades sem classes quanto na propagação do novo socialismo nos países latino-americanos.

A proposta inicial de Chávez e Dieterich não pretendia antagonizar com os escritos teóricos (marxismo, por exemplo) e as experiências passadas do socialismo (socialismo revolucionário e socialismo científico), senão aproveitar e partilhar de alguns elementos que formariam os alicerces desse novo regime: a ênfase sobre a ação coletiva, proeminência da justiça social e combate às iniciativas (neo)liberais. Quanto a este último, em algumas entrevistas, Correa (ZUCKERMANN, 2019, grifos nossos) afirmou que o socialismo do século XXI no Equador “busca sociedades *com* mercado (este como servo da sociedade para obter os fins socialmente desejáveis) e não sociedades *de* mercado (no qual a sociedade e as pessoas se transformam em mais uma mercadoria). [...] Buscar o valor de *uso* mais do que o valor de *troca*”.

Em última instância, buscavam-se elementos para a formação de identidades latino-americanas⁵⁰ genuínas, capazes de conectar valores e conquistas do passado com eventuais

⁵⁰ Identidades latino-americanas são questões demasiado complexas para as pretensões desse estudo. Entretanto, as indagações de Darcy Ribeiro (2017, p. 75 e 78) são muito pertinentes nesse sentido:

“Bolívar, lutando para tirar a América Latina do jugo espanhol, se perguntava que povo era aquele que se libertava. – Quem somos nós? Não somos europeus, nem somos índios. Somos uma espécie intermédia entre o aborígine e o espanhol.

desafios impostos pelo futuro (MORA, 2008; GANCHEV, 2020). Por isso a importância de iniciativas como a *Revolución Ciudadana*, a Constituição de 2008 e a reaproximação do *Buen Vivir*, uma vez que ajudaram a delinear crenças, ideais, interesses políticos, insatisfações e temores comuns aos cidadãos equatorianos. A faceta do populismo correísta de criação de laços e objetivos comuns ao presidente e à sociedade exerceu função fundamental para que, no plano regional, Correa perseguisse uma política de alinhamento ideológico com Venezuela, Bolívia e Cuba.

Muito em virtude desse alinhamento é que um dos pontos mais enfatizados nas falas de Correa foi a união latino-americana em prol de interesses comuns. Por essa razão, logo em seu discurso de posse, Correa (EQUADOR, 2007, p. 27-28, tradução nossa) afirmou que seu país estaria empenhado “desde hoje e de maneira decidida na construção da Grande Nação Sulamericana, aquela utopia de Bolívar e San Martín, que, graças à vontade de nossos povos, verá a luz e [...] será capaz de oferecer outros horizontes de irmandade e fraternidade aos povos sul-americanos”⁵¹. Para além da defesa da integração regional, Correa reforçava a soberania dos povos latino-americanos frente aos modelos de dominação que os subjugaram por séculos.

Há, entretanto, autores que defendem a existência de alguns indícios que apontam para uma possível paradoxalidade na política externa de Correa. Ao mesmo tempo que praticava os discursos integracionista e anti-imperialista, as decisões políticas de Correa surtiram efeitos práticos controversos, fazendo com que suas promessas nessas áreas tenham sido retóricas (JARAMILLO, 2020). Nessa linha, Lopes (2013) argumenta que existiam alguns posicionamentos e comportamentos de Correa que classificavam sua política externa como “agressiva”. O autor ainda afirma que o Equador (assim como a Bolívia e a Venezuela) não se excluiu das teias de comércio global (LOPES, 2013).

Esse fato seria explicado, em parte, pela globalização e pela dependência que esses países construíram em relação à exportação de hidrocarbonetos. Por esse motivo, “investiram pesadamente na diplomacia presidencial e nas viagens internacionais. [...] O anti-imperialismo professado verbalmente pelos líderes bolivarianos não se converteu em [...] um esforço de

A perplexidade do herói ecoa até hoje. Todos nós, intelectuais latino-americanos, somos uns zés aflitos na busca de nossa identidade. [...] Os crioulos mais abonados que sempre se quiseram identificar, em vão, com os metropolitanos ibéricos de repente se aperceberam que eram outra coisa, talvez até coisa melhor. Rapidamente se diferenciaram, assumindo novas identidades étnicas, orgulhosos delas. Uns passaram a ser e a chamar-se de brasileiros (cortadores de pau-de-tinta), outros, argentinos (gente prateada), cubanos (das cubas de açúcar); outros ainda quiseram ser, elegantemente, equatorianos (pelo paralelo solar); quando não, onomasticamente, bolivianos (de Bolívar), colombianos (de Colombo); mas todos americanos (de Vespúcio, o usurpador) e neolatinos”.

⁵¹ Traduzido do original: “(...) desde hoy y de manera decidida a la construcción de la Gran Nación Sudamericana, aquella utopía de Bolívar y San Martín, que, gracias a la voluntad de nuestros pueblos, verá la luz y [...] será capaz de ofrecer otros horizontes de hermandad y fraternidad a los pueblos sudamericanos”.

reversionismo das instituições internacionais” (LOPES, 2013, p. 272). Todos os três países continuarem sendo membros de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) é evidência disso. Pode-se inferir por meio desses aspectos que a política externa de Correa foi ativa sem, no entanto, provocar grandes disrupções no Equador.

Esses discursos de Correa alinhados ao *Buen Vivir* e ao socialismo do século XXI não condiziam com suas condutas perante, por exemplo, as manifestações indígenas contra o interesse econômico de mineradoras relatadas anteriormente. Para viabilizar seus programas de redistribuição de renda e aumento da oferta de empregos, era preciso contar com fluxos monetários cada vez mais significativos e, para isso, as parcerias público-privadas não tinham sido descartadas (ARAUJO, 2015; TOVIO, 2018). O projeto de Correa, enfim, acabou por ser denominado por Sousa Santos (2015) de “capitalismo do século XXI”, na medida que as contradições do presidente faziam do socialismo no Equador um projeto utópico.

Além das supostas dimensões indigenista e socialista, o regime de Correa teria ainda um aspecto cristão. Isso indicava posicionamentos conservadores no que diz respeito à pautas sociais, como por exemplo sua luta pela manutenção da penalização do aborto no Equador. A pobreza e as desigualdades de renda eram tratadas também por meio de um viés religioso e de cunho humanista (ARAUJO, 2015). Quando da visita do Papa Francisco ao Equador em 2015 por exemplo, ao apresentar as riquezas e diversidades culturais do país, Correa requisitou que os representantes indígenas fossem substituídos por mestiços em trajes de índios, ademais de proibir um encontro entre o pontífice e a CONAIE (NOVO, 2018).

Diferentemente do socialismo do século XXI, o bolivarianismo é uma questão ainda pouco estudada, sobretudo quando aplicado ao Equador. É inegável que o perfil político de Correa carregava alguns traços do ideário de Bolívar. O primeiro deles é o personalismo, característica que dificulta a renovação de ideias, projetos e, acima de tudo, lideranças (O'NEIL, 2016; SANCHEZ-SIBONY, 2017; DE LA TORRE, 2018). O fato de a *Revolución Ciudadana* e as independências hispano-americanas estarem atreladas às imagens de, respectivamente, Correa e Bolívar pode ter suscitado questionamentos quanto à sobrevivência, aos rumos e às perspectivas de ambas as revoluções após o afastamento de seus líderes.

Uma segunda semelhança parece ser um sentimento anti-imperialista (LOPES, 2013; KOHAN, 2014; ARAÚJO, 2015; SOUSA SANTOS, 2015). No caso de Bolívar, essa oposição se tornou visível nas batalhas com o império espanhol pela emancipação de suas colônias americanas. Correa, por sua parte, optou por selecionar alguns alvos em seus discursos e alterná-los de acordo com a conjuntura. Os Estados Unidos foram um dos mais recorrentes, fazendo

com que as relações com o Equador de Correa fossem reconhecidas pela instabilidade e hostilidade. Muito embora não haja registros conclusivos, é imprudente garantir que Bolívar partilhava dessa animosidade relativa aos Estados Unidos, haja vista sua fala inaugural no Congresso de Angostura em 1819, na qual declarou (BOLÍVAR, 2009, p. 128, tradução nossa) que

O exemplo dos Estados Unidos, por sua rara prosperidade, era demasiado lisonjeiro para que não fosse seguido. Quem pode resistir à atração vitoriosa do gozo pleno e absoluto da soberania, da independência e da liberdade? Quem pode resistir ao amor que inspira um governo inteligente que une ao mesmo tempo os direitos particulares aos direitos gerais; que faz da vontade comum a lei Suprema da vontade individual? Quem pode resistir ao império de um governo benfeitor que com uma mão hábil, ativa e poderosa dirige sempre e em todas as partes, todas as suas alavancas até a perfeição social, que é o fim único das instituições humanas?⁵²

Independentemente do dissenso quanto à identidade dos pretensos adversários reclamados por Bolívar e Correa, há, por fim, outro ponto no qual encontra-se consonância: a presença de elementos que apontam no sentido de uma aspiração a arranjos de integração regional. Cada um deles possuía suas particularidades, mas parecem convergir no desejo de criação de estruturas politicamente autônomas, soberanas e que englobem múltiplos povos e culturas latino-americanas. Para o controle dessas estruturas era necessário, ademais do fator personalista listado anteriormente, empregar práticas centralistas de governo tão conhecidas por ambos os líderes. Fora esses elementos, no entanto, há um afastamento entre os dois ideais.

Ainda que tenha combatido o imperialismo do exército espanhol e seus modelos de violência colonial, Bolívar almejava adotar padrões europeus de administração. Dieterich (2005, p. 30, tradução nossa) argumenta que “O caráter de classe do projeto de Simón Bolívar refletia a mais avançada programática da progressista burguesia europeia, projetada e configurada em âmbito americano subcontinental, [...] orientada sobre as instituições da Europa iluminista”⁵³. Assim, distancia-se de Correa na medida que este último – e com base nos princípios de sua *Revolución Ciudadana* – propunha a superação tanto dos modelos de desenvolvimento europeus quanto das práticas de relacionamento entre o ser humano e a

⁵² Traduzido do original: “(...) el ejemplo de los estados unidos por su peregrina prosperidad era demasiado lisonjero para que no fuese seguido. ¿Quién puede resistir al atractivo victorioso del goce pleno y absoluto de la soberanía, de la independencia, de la libertad? ¿Quién puede resistir al amor que inspira un gobierno inteligente que liga a un mismo tiempo los derechos particulares a los derechos generales; que forma de la voluntad común la ley Suprema de la voluntad individual? ¿Quién puede resistir al imperio de un gobierno bienhechor que con una mano hábil, activa, y poderosa dirige siempre, y en todas partes, todos sus resortes hacia la perfección social, que es el fin único de las instituciones humanas?”.

⁵³ Traduzido do original: “El carácter de clase del proyecto de Simón Bolívar reflejaba la programática más avanzada de la burguesía europea progresista, proyectada con un alcance subcontinental americano y configurada. [...] orientada sobre las instituciones de la Europa ilustrada”.

natureza (VANHULST; BELING, 2013).

Outro tópico relevante a ser discutido é sobre as origens dessas duas figuras e as implicações em seus respectivos propósitos políticos. Bolívar viveu boa parte dos anos iniciais de sua vida sem grandes problemas financeiros, tendo em vista o patrimônio edificado por sua família e, por conseguinte, sua posição social privilegiada como membro da elite *criolla*. Após a orfandade precoce e a maioridade, passou algum tempo administrando as propriedades rurais da família, nas quais as culturas do cacau e do café se sobressaíam (LYNCH, 2006). Ainda que no decurso das guerras de independência tenha empenhado praticamente toda sua fortuna em sua causa, Bolívar não podia negar suas raízes aristocratas.

No que diz respeito a Correa, sua infância em Guayaquil foi vivida em condições modestas (KOZLOFF, 2008). Proveniente de família de classe média e com outros três irmãos, Correa não desfrutou de muitas oportunidades quando pequeno. Já um pouco mais velho, passou algum tempo atuando como voluntário na serra equatoriana, período em que teve um contato inicial com a língua indígena mais falada no país, o quíchua (MORENO *et al.*, 2017). Seu pai, cuja morte ocorreu em 1995, fora preso nos Estados Unidos durante a década de 1970 ao tentar entrar no país com substâncias ilegais quando Correa tinha cinco anos (SOTO, 2007).

Por conta de sua situação financeira e de seu destaque intelectual, Correa foi contemplado com um bolsa de estudos que lhe rendeu a conquista do título de economista pela *Universidad Católica de Santiago de Guayaquil*, em 1987. Mais tarde, em 1991 e 1999 respectivamente, finalizou seus mestrados em Artes em Economia na Bélgica e Economia pela Universidade de Illinois nos EUA, mesma instituição pela qual tornou-se doutor em Economia em 2001 (FERNÁNDEZ *et al.*, 2004). Antes disso, porém, Correa já havia atuado como diretor do Ministério da Educação e Cultura do Equador entre os anos de 1992 e 1993, sob a administração do então presidente Sixto Durán Ballén.

Ainda antes de ter sido eleito para seu primeiro mandato à presidência, Correa assumiu o cargo de Ministro da Economia em 2005 no governo de Alfredo Palacio, o que contribuiu para que sua imagem e suas propostas se tornassem mais conhecidas e difundidas, visando ao pleito eleitoral do ano seguinte. Percebe-se, assim, que Correa gozava de um *status* que lhe proporcionava espaço privilegiado dentro do conjunto da sociedade. De uma maneira similar à de Bolívar, Correa “substituiu as elites existentes por novos blocos hegemônicos”⁵⁴ (DE LA TORRE, 2018, p. 78, tradução nossa). Em ambos os casos é adequado deduzir que a criação dessas hegemonias ocorreu, em grande parte, graças à existência de uma liderança forte e

⁵⁴ Traduzido do original: “(...) *replace existing elites with new hegemonic blocs*”.

centralista.

Acontece que, para alguns autores, os ideais e as aspirações de Bolívar mencionados anteriormente, não eram compartilhados pelos membros da oligarquia de sua época tanto quanto não os são hodiernamente pelas burguesias latino-americanas. Isso faz com que o legado bolivariano pertença aos atuais líderes revolucionários do subcontinente (ZEUSKE, 2018), cujas revoluções só seriam exitosas se realizadas nos moldes socialistas (KOHAN, 2014). Esses líderes (Evo Morales, Hugo Chávez e Rafael Correa) teriam o desafio de deslocar e adaptar os objetivos de Bolívar do começo do século XIX para as realidades da América Latina dos anos 2000.

De outro lado, há os que pontuam que o movimento bolivariano atual seria composto por atores políticos motivados por 1) legitimação de seus governos, 2) construção de formas de dominação social ou 3) apropriação da simbologia histórica da figura de Bolívar – que era utilizada por algum adversário político – para enfraquecê-lo, manobra apelidada de “o resgate de Bolívar” (DAMAS, 2017). No caso do Equador, essa recuperação de Bolívar por Correa estava ligada menos à compatibilidade ideológica entre ambos e mais à sua manutenção no cargo, haja vista a rejeição ao pan-americanismo bolivariano em dadas ocasiões, tais como na conservação da condição de membro em organizações internacionais como a OMC, o FMI e a ONU e a escassez de cobranças pela reformulação dessas estruturas (LOPES, 2013).

Há, ainda, a questão da distorção dos ideais de Bolívar. A tentativa de resgatá-lo desemboca em um anacronismo que limita maiores analogias entre os dois períodos históricos e, acima de tudo, sobre os dois líderes latino-americanos. Adotando o exemplo de seu semelhante venezuelano – Hugo Chávez – Correa também soube manipular o culto à imagem de Bolívar como um instrumento facilitador da construção de uma identidade nacional equatoriana favorável à sua consolidação na presidência. Esse resgate ocorreu para satisfazer interesses políticos de Correa que, não raro, estavam desconexos dos de Simón Bolívar.

A questão central aqui é a adoção de um modelo utilitarista dos ideais bolivarianos com a finalidade de validar comportamentos antidemocráticos e opressivos (DAMAS, 2017). As primeiras três décadas dos anos 1800 foram de convulsões sociais e lutas pelas independências das colônias hispano-americanas. Nesse contexto, a emergência de uma figura centralizadora e forte como Bolívar foi responsável por mobilizar um contingente de insatisfeitos e, gradualmente, libertar esses territórios de séculos do jugo do império espanhol. A missão de Correa quando eleito em 2006, ainda que desafiadora, pouco se enquadrava em um panorama de guerra civil, fazendo com que suas atualizações dos ideais de Bolívar fossem desproporcionais para o seu tempo histórico.

A primeira metade da era Correa terminou, assim, com avanços e retrocessos nos campos econômico e político e uma gradativa intensificação dos traços autoritários do presidente. Os ingressos de capital provenientes da exportação de petróleo entre 2010 e 2012 trouxeram tanto maior equilíbrio na economia quanto menores inseguranças políticas. O ano de 2013, todavia, marcou não só a reeleição de Correa como também o início de seu, possivelmente, mais conturbado mandato, cujos momentos finais expuseram seu desgaste e concomitante decadência política. Nesse ínterim, em 2017, ainda houve espaço para um pleito eleitoral com implicações para o legado de Correa.

No próximo subcapítulo é abordada a segunda parte da era Correa (2013-2017), na qual destacam-se alguns eventos como uma desavença diplomática entre Equador e Reino Unido, a situação político-econômica do país em meio à crise de 2014-2015 e à queda no preço internacional do barril de petróleo e, por último, uma transição de governo supostamente tranquila e previsível que se provou inesperada e desfavorável para Correa, ameaçando tanto sua sobrevivência política quanto a estabilidade de seu partido *Alianza PAIS*.

4.2 A SEGUNDA METADE DA DÉCADA CORREÍSTA (2013-2017): IMBRÓGLIO DIPLOMÁTICO, INSTABILIDADES POLÍTICO-ECONÔMICAS E UM SUCESSOR INSURGENTE

Os quadros político e econômico do Equador após o triênio de prosperidade (2010-2012) não exibiram o mesmo desempenho e estabilidade do período imediatamente anterior. Do ponto de vista do equilíbrio das finanças estatais, a realidade indicava um aumento de cerca de 150% na dívida externa entre 2013 e 2016, quando atingiu o montante de US\$ 31,8 bilhões, o que representava por volta de 45,2% do PIB nacional em 2017 (BAYAS-ERAZO, 2020). Quanto ao ambiente político, em seguida à sua reeleição, em fevereiro de 2013, Correa promoveu um recrudescimento do autoritarismo, conseguindo, quatro meses depois, a aprovação de uma lei que limitava o trânsito de informações dentro do país, por exemplo (DE LA TORRE, 2018).

Esse subcapítulo, por conseguinte, tem por objetivo analisar os principais episódios da segunda fase do governo Correa (2013-2017). Desse intervalo, são tratados três temas em específico: o caso do asilo diplomático concedido pelo governo equatoriano em sua embaixada de Londres ao ativista cibernético e fundador do *Wikileaks* Julian Assange em 2012; a conjuntura econômica do Equador depois de um ciclo de crescimento e em face da crise provocada, entre outros motivos, pela queda no preço internacional do barril de petróleo entre 2014-2017; e, finalmente, as repercussões de uma tentativa frustrada de transição da presidência de Correa para seu antigo aliado e vice-presidente, Lenín Moreno.

O primeiro desses pontos – o caso Assange – é cercado, ainda hoje, de dúvidas e incoerências. De origem australiana, Julian Assange ficou conhecido pelo vazamento público de documentos e informações confidenciais de empresas, entes políticos, governos e suas instituições, o que acabou por gerar acusações de eventuais comprometimentos na segurança nacional desses países. O criador do *Wikileaks* tinha contra si, ainda, uma denúncia por assédio sexual ocorrido na Suécia, motivo pelo qual as autoridades inglesas haviam decidido por sua extradição ao país nórdico em 2011. Também por esse motivo, Assange optou por se asilar na embaixada do Equador em Londres no ano de 2012, obtendo o aceite em agosto (JARAMILLO, 2020), cerca de dois meses após sua chegada.

A aparente incoerência surgiu quando o então presidente equatoriano Rafael Correa acenou positivamente ao refúgio de um ativista internacional defensor das liberdades de expressão e imprensa ao mesmo tempo que, dentro do Equador, seu governo tinha reputação de suprimir direitos civis e manifestações políticas e seus discursos enfatizavam a perversidade dos veículos midiáticos (JARAMILLO, 2020). Uma das motivações que ajudam a explicar a concessão do asilo a Assange reside nas relações tumultuadas entre Equador e EUA, visto terem sido estes últimos o alvo preferencial dos vazamentos realizados pelo *Wikileaks*. Este foi um fator que abalou as premissas de boa-vizinhança entre ambos (KRUSTIYATI, 2013).

Com base em princípios de proteção e segurança humana⁵⁵ internacionais, o asilo conferido a Assange possuía duas facetas: uma territorial e outra diplomática. O asilo territorial se verificava na medida que as instalações da embaixada faziam parte da jurisdição equatoriana; o asilo diplomático se comprovava considerando o fato de ter ocorrido, uma vez mais, nos limites de uma embaixada (KRUSTIYATI, 2013). Pode-se, em última instância, acrescentar o asilo político como uma terceira face nesse caso, a julgar pela alegada perseguição da defesa de Assange que estaria sendo cometida pelos atores afetados pela divulgação de documentos sigilosos, com destaque para o governo dos Estados Unidos.

As reverberações mundiais dessa postura dúbia de Correa também não trouxeram benefícios visíveis para o Equador. Há aqueles que acreditam em um erro de cálculo político do presidente equatoriano. Para Jaramillo (2020, p. 345, tradução nossa) houve uma autossabotagem, pois em lugar de valer-se da chance “para mudar seu tom e suas práticas domésticas, e restabelecer seu relacionamento com a mídia, o governo foi com tudo e lutou [...]

⁵⁵ Conforme a resolução 66/290 de setembro de 2012 das Nações Unidas (ONU, 2012) “Segurança humana exige respostas com foco nas pessoas, compreensivas, atentas às especificidades de cada contexto e orientadas à prevenção que fortaleçam a proteção e o empoderamento de todas as pessoas e todas as comunidades; segurança humana reconhece as interligações entre paz, desenvolvimento e direitos humanos, e igualmente considera direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais”.

para reformar a Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos, onde essas batalhas contra a sociedade civil e a imprensa estavam sendo transmitidas”⁵⁶. Além disto, a maneira inadvertida como Correa conduziu o caso fez com que os relacionamentos com Reino Unido e Suécia fossem abalados.

A segunda temática aqui abordada diz respeito aos quadros econômico e de comércio exterior do Equador, levando em consideração as repercussões do ciclo de prosperidade (2010-2012) e em face também da crise provocada, entre outros motivos, pela queda no preço do barril de petróleo entre 2014-2017. Para além de desestruturar a hegemonia política erigida por Correa e seu partido, o ano de 2014 foi palco dos primeiros sinais que apontavam para o fim de uma era de cerca de oito anos, na qual o Estado equatoriano foi o principal agente impulsionador da economia nacional (SOUSA SANTOS, 2015; SÁNCHEZ e PACHANO, 2020).

Tabela 6 – Valores orçamentários executados para investimentos internos no Equador entre 2008 e 2017 (em bilhões de U\$) em comparação com o preço médio anual do barril de petróleo Brent no mercado internacional (em U\$)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total de Investimentos Internos	2.006	3.212	3.757	4.792	6.022	8.104	7.581	5.580	5.751	4.706
Preço Barril Petróleo Brent	97,64	61,86	79,64	110,94	111,97	108,86	98,94	52,37	44,05	54,39

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Secretaría Técnica Planifica Ecuador (2018) e Index Mundi (2021).

É possível notar que os cursos de ascensão e declínio das duas variáveis acima guardam semelhanças em seus *timings*. Esse fato é indicativo da correlação abordada anteriormente entre a dinâmica do comércio internacional e as entradas de capitais provenientes das exportações no Equador. Percebe-se que, no ano de 2017, muito embora o preço do barril de petróleo tenha aumentado cerca de U\$ 10, os investimentos internos encolheram U\$ 1 bilhão. Essa ação pode estar relacionada à troca de comando presidencial no país e a posterior mudança de rumos da política equatoriana a partir de 24 de maio de 2017. No plano internacional, o interregno 2014-2017 foi de estreitamento das parcerias sino-equatorianas.

Ainda que os Estados Unidos conservassem uma parcela importante das importações equatorianas, a China continuava a fortalecer seus laços não só com o Equador, mas com

⁵⁶ Traduzido do original: “to change its tone and practices at home, and to reset its relationship with the press, the government went all in and fought [...] to reform the Inter-American Commission of Human Rights, where such battles against civil society and the press were being aired”.

inúmeros países latino-americanos. No ano de 2015 “a China era o terceiro maior destino das exportações dos países da região e a segunda maior origem das importações”⁵⁷ (HERRERA-VINELLI; BONILLA, 2019, p. 3, tradução nossa). Paralelamente e de modo gradual, os fluxos dos investimentos chineses no Equador desaceleraram após os primeiros seis anos de Correa a frente da presidência.

As razões perpassam pelo alegado esgotamento da economia equatoriana, pelas acusações de que Correa seria um dos chefes de um esquema de corrupção que envolvia a empresa Odebrecht (conglomerado empresarial brasileiro que atua, especialmente, na área da construção civil) entre os anos de 2012 e 2016, e, enfim, um longo e custoso processo de reconstrução da infraestrutura litorânea devastada por um terremoto de (alta) magnitude 7,8 na escala Richter em abril de 2016 (GARZÓN e CASTRO, 2018; TOVIO, 2018).

Do lado chinês, houve uma percepção por parte dos bancos e organismos responsáveis pela concessão de empréstimos internacionais de que a economia chinesa já não apresentava a mesma desenvoltura de anos anteriores e, como resultado, deveria selecionar de maneira mais criteriosa as oportunidades disponíveis. Havia, nesse contexto, um encadeamento de armadilhas fiscais para o Equador: não só a quantidade de créditos chineses diminuiu como também os seus valores sofreram ajustes negativos, fazendo com que as dívidas contraídas anteriormente pelo governo equatoriano junto aos credores chineses fossem pagas com menor celeridade e com um fluxo cada vez mais escasso de recursos (GARZÓN; CASTRO, 2018).

Essas entradas de capital chinês durante os mandatos de Correa estiveram sempre associadas à disponibilidade de verba pública pelo Estado equatoriano para financiar os programas sociais de redistribuição de renda, por exemplo. Os investimentos públicos no Equador aumentaram de 5% do PIB em 2004 para mais de 15% em 2014, muito em função do crescimento do aparato do setor público da ordem de quase 20% do PIB no intervalo 2004-2015 (BAYAS-ERAZO, 2020). Por certo, todas essas questões relatadas anteriormente quando reunidas podem explicar, em partes, o porquê das oscilações da economia e dos índices sociais do Equador entre 2013 e 2017.

Para além do endividamento externo, os patamares da dívida pública interna também se elevaram. Segundo dados de Díaz (2018), no período 2007-2015 a soma do endividamento doméstico do Equador saltou de mais de US\$ 3,2 bilhões para US\$ 12,5 bilhões em termos absolutos. Quando comparados com a evolução do PIB nacional, os números também se mostram relevantes de acordo com a tabela 7:

⁵⁷ Traduzido do original: “China was the third largest destination of exports for the countries in the region and the second largest source of imports”.

Tabela 7 – Saldo da dívida pública em termos percentuais em relação ao PIB (2007-2017)

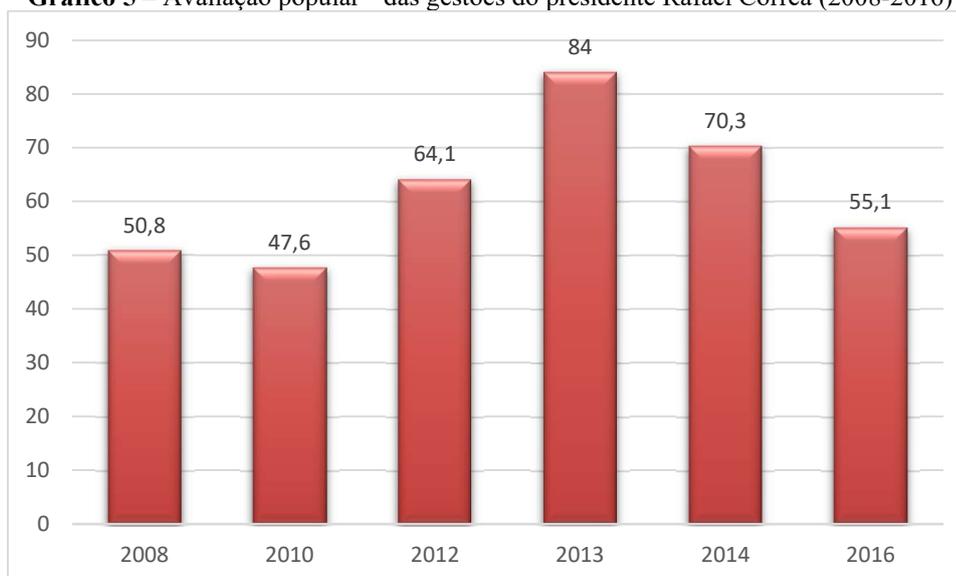
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Dívida interna	6.4	5.9	4.5	6.7	5.7	8.8	10.4	12.3	12.6	12.5	14.2

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Cepal (2021).

Nesse ínterim, os anos de 2015 e 2016 parecem ter sido os mais turbulentos, tanto no setor econômico quanto no político. O avanço do PIB anualizado – que chegou, em 2011, a expressivos 7,87% – sofreu uma queda e apresentou cifras menores em anos posteriores, como 0,09% em 2015 e -1,22% em 2016 (GACHET *et al.*, 2017; BANCO MUNDIAL, 2021). Esse contexto de estagnação e recessão esteve, desde o princípio, associado ao declínio da importância do petróleo na balança comercial do Equador. A fatia pertencente ao óleo na pauta de exportações era de 54,8% em 2013, baixando para 36% em 2015 e 30,6% em 2016 (CEPAL, 2021).

A ampliação do setor público é mais um tópico válido a ser estudado, havendo uma mescla de ingredientes econômicos e políticos em sua composição. Não obstante sua personalidade centralizadora, Correa enxergou no Estado equatoriano uma peça fundamental para encolher a taxa de desemprego nacional e, com isso, aquecer a economia. Um dos casos mais emblemáticos foi o incremento no número de secretarias e ministérios entre 2007 e 2017, saltando de três e 16 para 11 e 28, respectivamente, e colaborando para que as despesas públicas com salários alcançassem os US\$ 9,6 bilhões em 2014, ante os US\$ 3,16 bilhões registrados em 2006 (POLGA-HECIMOVICH, 2020).

Junte-se a isso a impressão popular não otimista acerca dos rumos do país e tem-se uma relativa fragilização da posição de Correa. Em pesquisa realizada pela Cepal (2021), por volta de 57% dos entrevistados disseram que percebiam a economia equatoriana progredindo em 2013, total que havia caído para 41% e 19% em 2015 e 2016, respectivamente. Alguns autores mencionam uma provável relação entre essa momentânea fraqueza demonstrada pela economia e a redução do apoio popular a Correa, apontando a responsabilidade direta do então presidente (MELÉNDEZ; MONCAGATTA, 2017). Abaixo, o gráfico 5 apresenta as variações da aprovação popular de Correa durante um intervalo de oito anos.

Gráfico 5 – Avaliação popular⁵⁸ das gestões do presidente Rafael Correa (2008-2016)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Meléndez e Moncagatta (2017, p. 434) e Sanchez-Sibony (2017, p. 128).

Com isso, tem-se mais uma evidência de que o apoio popular a Correa, possivelmente, estava atrelado à sua capacidade de manter o vigor econômico do país e os fluxos de investimentos sociais, conforme abordado acima. De acordo com De la Torre (2013), isso pode revelar que, de algum modo, os cidadãos que estavam inseridos em programas sociais do governo se sentiam em dívida moral com o presidente, não sendo esta uma lealdade necessariamente ideológica ou política. O suporte popular exibido por Correa podia figurar entre os mais altos da América Latina durante seus mandatos (SANCHEZ-SIBONY, 2017; SÁNCHEZ e PACHANO, 2020), mas esse suporte fora construído sobre bases movediças.

Outro indicador que manifestou piora em seu desempenho foi a taxa de desemprego do Equador. Segundo dados da Cepal (2021), em 2008 a porcentagem de pessoas sem emprego era de 3,9%, reduzindo para 3% em 2013 para, somente três anos depois, atingir 4,5%. Não obstante a província de Guayas (cujá capital é Guayaquil) tenha adquirido grande importância no setor produtivo interno nas últimas décadas, tal fato pode ser agravado pela concentração de quase metade (46%) da renda nacional na região de Pichincha (que tem como capital a cidade de Quito) (LARREA; GREENE, 2018).

Essa tendência negativa pode ser observada também quando se comparam as porcentagens de emprego pleno nas zonas rural e urbana do país. No ano de 2009 esses números

⁵⁸ As avaliações populares, nesse caso, significam pesquisas realizadas por *Barómetro de las Américas* e projeto LAPOP, em 2016, e que faziam aos equatorianos o seguinte questionamento: Falando de maneira geral sobre o governo atual, você diria que o trabalho que o presidente Rafael Correa está realizando é...? Os números do gráfico 5 representam aqueles que responderam “bom” e “muito bom” (MELÉNDEZ; MONCAGATTA, 2017, p. 434, tradução nossa).

eram de, respectivamente, 21,6% e 47,8%; já em 2014 – após os anos de intenso desenvolvimento da economia equatoriana – os patamares se elevaram para 34,4% e 56,4%; ao passo que, em 2016, durante o período de baixa demanda por petróleo internacional e a desaceleração das exportações houve uma redução em ambas as porcentagens, atingindo 27,8% e 47,6% (WONG, 2018).

É possível constatar que, do ponto de vista urbano, o nível de 2016 foi levemente inferior ao índice de 2009, havendo um decréscimo de quase nove pontos percentuais entre 2014-2016. Wong (2018) acredita que parte desse contingente laboral foi forçado a migrar para os chamados “subempregos”⁵⁹, a julgar pelos índices nacionais mais altos desde 2008 (22% para a zona rural e 18,8% para a urbana em 2016). A despeito do crescimento sólido dos indicadores sociais no Equador entre 2010 e 2012, os últimos anos de Correa à frente da presidência pareceram reproduzir alguns dos efeitos da crise internacional de 2008-2009.

Além disso, nota-se uma desaceleração no nível de crescimento dos salários mínimos nominais no Equador. Ao considerar o índice anual médio (ano 2000=100) disponibilizado pela Cepal (2021), houve um avanço de 17 pontos (135.1 - 152.0) entre 2007 e 2009; já no período 2011-2013 o mesmo índice variou quase 20 pontos positivos (170.2 – 190.0); por fim, no intervalo 2014-2016 o salário mínimo nominal teve um aumento tímido de 3,5 pontos (196.1 – 199.6). Esse ritmo foi acompanhado pela variação do índice de preços ao consumidor medido anualmente e que, entre 2014 e 2016, apresentou uma redução de 2,6 pontos percentuais (CEPAL, 2021).

É nesse ambiente de alternâncias econômicas e sociais que, em 2015, Rafael Correa havia, aparentemente, consolidado sua continuidade política. Ao contar com a força do *Alianza PAIS* e o histórico de amparo popular nos plebiscitos até então realizados, Correa logrou maioria na Assembleia Nacional para modificar a Constituição Federal no sentido de permitir a possibilidade de reeleições presidenciais indefinidas. A piora das condições econômicas, insatisfações expressadas através de manifestações sociais (compostas, especialmente, por professores, membros da classe média, trabalhadores e grupos indígenas) e o cada vez mais evidente autoritarismo presidencial demonstraram, na visão da comunidade acadêmica equatoriana, o processo de assassínio da democracia (DE LA TORRE, 2018).

Surgiram críticas também ao modo como o *Alianza PAIS* conduzia essas crises. Outro

⁵⁹ Para o órgão *Encuesta de Empleo, Desempleo y Subempleo* (ENEMDU) (RIVADENEIRA *et al.*, 2018, p. 12, tradução nossa), vinculado ao *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INEC) do Equador, o subemprego é um termo que “se utilizou como categoria residual da ocupação que abarcava toda a população ocupada que não entrava nos conceitos tanto de emprego pleno como de subemprego visível; o que implicou na inclusão de vários grupos que não se encaixavam de maneira estrita nas recomendações internacionais”.

caso foi o indiciamento do então vice-presidente equatoriano, Jorge Glas (2013-2017), por participação em acordos ilegais com empresas privadas – dentre elas a brasileira Odebrecht – o que, para parte da literatura, validava a previsão de que “Na data de encerramento deste artigo, a implosão da Alianza País é irreversível”⁶⁰ (ARROBA, 2017, p. 20, tradução nossa). Se não uma implosão, houve ao menos um esgotamento do modelo criado pelo partido, no qual havia uma relação de mutualismo⁶¹ com seu líder – inviabilizando, entre outros projetos, a ascensão de novas lideranças – e a incapacidade de gerenciar conflitos internos (SANCHEZ-SIBONY, 2017).

Mais um fator de instabilidade que influenciou na decisão de Rafael Correa em não concorrer ao pleito presidencial de 2017 foi a receptividade que sua possível candidatura teve em pesquisas populares (DE LA TORRE, 2020). Assim como em 2015, manifestações foram realizadas em oposição à permanência de Correa por mais um mandato como presidente. Indígenas, ambientalistas e alguns setores da classe média equatoriana saíram às ruas motivados pela deterioração das condições de vida nos últimos anos. Uma vez que uma vitória como candidato era improvável, Correa optou por não concorrer. Como esperado, o processo de transição e escolha de um substituto não foi simples.

As eleições legislativas de 2017 vieram para comprovar esse quadro de incertezas. Das 100 cadeiras conquistadas pelo *Alianza PAIS* em 2013 para a Assembleia Nacional, em um total de 137, 26 foram perdidas no pleito de 2017 (LEVITSKY; LOXTON, 2019). Esse movimento de declínio do *Alianza PAIS* deu espaço para outro de direção contrária, no qual partidos mais à direita do espectro político-ideológico – *Partido Social Cristiano (PSC)*, *Movimiento CREO* e *Movimiento SUMA* – obtiveram 32 vagas adicionais. Esse movimento foi bastante comum nos países da América Latina após 2016, haja vista a ascensão de figuras como Mauricio Macri (2015-2019) na Argentina, Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-) no Brasil e Pedro Pablo Kuczynski (2016-2018) no Peru.

Além disso, conforme já citado, o formato centralista de governo praticado por Correa durante mais de dez anos fez com que a construção de um sucessor fosse uma tarefa complexa, dada a identificação criada entre eleitores e seu líder especificamente. Isso indicava que, caso um eventual apadrinhado político de Correa fosse eleito, dificilmente seu governo herdaria a ligação que Correa formara com seu eleitorado. Dessa maneira, as possibilidades de ruptura social ou de insucesso desse novo líder seriam, em teoria, maiores do que as de consolidação e

⁶⁰ Traduzido do original: “*A la fecha de cierre de este artículo, la implosión de Alianza País es irreversible*”.

⁶¹ Define-se o Mutualismo como o ‘relacionamento mutuamente benéfico entre dois organismos, em especial aquele em que nenhum dos dois pode viver sem o outro’ (MUTUALISMO, 2021).

manutenção do projeto populista encetadas por Correa em 2007 (SÁNCHEZ; PACHANO, 2020).

As eleições de 2017 marcaram, também, a interrupção de dez anos de correísmo no Equador, posto que, em razão de perda significativa de seu prestígio popular, Correa decidiu abster-se de uma candidatura própria. O apoio veio àquele que havia sido seu aliado e vice-presidente (2007-2013), mas que, em poucos meses, se tornaria seu maior desafeto: Lenín Moreno. De um ponto de vista político “as mudanças iniciadas por Moreno no decurso do ano de 2017 significaram um processo de reliberalização de uma democracia que, durante os anos de Correa, se tornara cada vez mais iliberal, a ponto de se tornar autoritária”⁶² (WOLFF, 2018, p. 298, tradução nossa).

A seguir, é discutido o mandato do presidente Lenín Moreno (2017-2021), destacando-se alguns pontos fundamentais para a compreensão da atual conjuntura sociopolítica do Equador, a saber: os protestos populares de outubro de 2019 que, dentre outras motivações, foram iniciados a partir da declaração do governo de eliminar os subsídios aos combustíveis; a pandemia da Covid-19, cujas sequelas ainda afetam toda a América Latina, destacando-se negativamente o Equador; as eleições presidenciais de 2021 que, em meio a este cenário de crises sanitária e econômica, foram caracterizadas pela polarização e por uma disputa acirrada tanto no primeiro quanto no segundo turnos.

4.3 O GOVERNO DE LENÍN MORENO (2017-2021): PROTESTOS POPULARES, PANDEMIA E ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2021

A vitória de Lenín Moreno em abril de 2017 foi tanto comemorada por seus aliados – notadamente Rafael Correa – quanto contestada pela oposição. Derrotado, o candidato Guillermo Lasso, do *Creando Oportunidades* (CREO), contestou os resultados da eleição, provocando reações populares diante da sede do *Consejo Nacional Electoral* (CNE). Nada disso, entretanto, impediu a posse de Moreno em maio e suas imprevisíveis mudanças de rumos políticos. Já ao longo dos seis primeiros meses de mandato, Moreno formou um gabinete que, apesar de contar, em sua maioria, com ex-integrantes do governo de Correa, acolheu grupos antes excluídos da conjuntura política, como indígenas, empresários e membros de movimentos sociais (WOLFF, 2018).

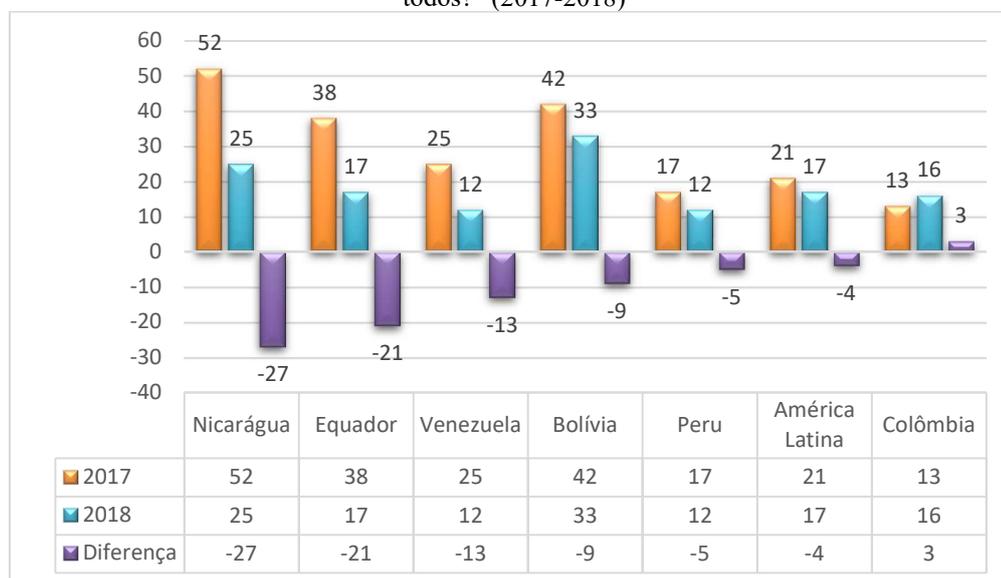
Nessa linha, Moreno retomou conversas e negociações com classes de diferentes

⁶² Traduzido do original: “the changes initiated by Moreno in the course of the year 2017 have meant a process of reliberalizing a democracy that, during the Correa years, had turned increasingly illiberal even to the point of becoming authoritarian”.

espectros políticos, desde donos de veículos midiáticos até membros da CONAIE, dois dos maiores inimigos declarados de Correa. Aos poucos, o discurso catalisador da polarização sociopolítica (nós *versus* eles) e o culto à imagem do líder foram sendo substituídos por uma tentativa de união nacional e uma descentralização da tomada de decisões, respectivamente. Houve, também, dentro do *Alianza PAIS*, um enfraquecimento institucional em virtude do desmonte das heranças correístas por Moreno e das cisões entre os apoiadores do presidente e os de Correa.

Moreno promoveu medidas que amenizaram o ambiente autocrático criado por Correa, prometendo um projeto alternativo ao liberalismo e à conservação de programas de assistência social, fazendo com que parte da literatura qualificasse seu projeto nacional de “*perestroika* equatoriana” (DE LA TORRE, 2020). Essas mudanças, no entanto, não surtiram efeitos necessariamente positivos na população do país, ao menos nos primeiros anos do mandato de Moreno. O gráfico 6 ilustra um dos indicadores sociais que favorecem Correa em comparação com seu sucessor.

Gráfico 6 – Porcentagem de equatorianos que respondeu positivamente à pergunta: “Se governa para o bem de todos?” (2017-2018)



Fonte: Adaptado de Latinobarómetro (2018, p. 40).

Com base nos dados do gráfico 6, pode-se constatar que além de ter caído mais de 20 pontos percentuais em um intervalo de um ano, a diferença – entre 2017-2018 – na confiança do povo equatoriano no que diz respeito ao suposto tratamento igualitário do governo para com os cidadãos é cinco vezes menor do que os números apresentados pela média dos países da América Latina. Outras estatísticas que corroboram as informações presentes no gráfico são as de que, em 2017, 51% dos equatorianos estavam satisfeitos com a democracia, ao passo que em

2018 eram 36%; e, por último, a queda de 20% – de 66% para 46% – na aprovação popular do governo no mesmo período (LATINOBARÓMETRO, 2018).

Adicionalmente, alguns outros indicadores econômicos do Equador demoravam para se recuperar. De acordo com informações da Cepal (2021), a dívida externa do país, por exemplo, equivalia a 38,7% do PIB quando Moreno assumira o cargo, alcançando quase 54% em 2020; os dados apontam, ainda, um aumento da concentração de riquezas no Equador, por meio do índice de Gini, cuja variação foi de 0.444 em 2017 até 0.456 em 2019. Enfim, os níveis de pobreza do país avançaram – ainda que levemente – após a saída de Correa, indo de 23,6% da população em 2017 para 25,7% em 2019 (CEPAL, 2021). Como visto, os primeiros anos de Moreno a frente do executivo foram conturbados em múltiplas áreas.

Apesar disso, Moreno recebeu 67% dos votos favoráveis ao convocar um referendo popular para propor emendas à constituição em fevereiro de 2018 (DE LA TORRE, 2020). Dentre os temas, um dos mais importantes era a revogação da medida, aprovada em 2015 por Correa, que permitia a reeleição perpétua para o cargo de presidente. Cerca de cinco meses depois, em julho, Moreno obteve mais uma vitória diante de Correa quando a justiça equatoriana intimou o ex-presidente a prestar esclarecimentos sobre casos de corrupção durante seu governo e sobre um episódio de perseguição e tentativa de sequestro de um opositor político em 2012, na Colômbia (DE LA TORRE, 2020).

Em termos de produções acadêmicas, não há consenso entre os(as) pesquisadores(as) sobre o caráter e as qualidades do perfil político de Moreno. De um lado, há aqueles(as) que acreditam que os conflitos por uma concordância em relação à definição de democracia persistirão, ainda que as eleições de 2017 tenham trazido perspectivas mais favoráveis às liberdades individuais no Equador (WOLFF, 2018). Ainda sob esse ponto de vista, Arroba (2017, p. 20, tradução nossa) argumenta que “Moreno brinca de ser Jesus, Pilatos e Judas. Ele quer revolucionar a revolução, redirecioná-la”⁶³. Moreno viu também o apoio popular à democracia cair 19% no seu primeiro ano de mandato, de 69% em 2017 para 50% em 2018 (LATINOBARÓMETRO, 2018).

Em contrapartida, alguns consideram que a chegada de Moreno e sua posterior oposição a Correa foram responsáveis por publicizar as imprudências fiscais e políticas da *Revolución Ciudadana*, exigindo esforços do novo governo no sentido de: 1) assegurar processos eleitorais mais transparentes e democráticos, 2) abrir investigações contra a corrupção na era Correa, 3) despolarizar as instituições equatorianas e 4) promover maior responsabilidade nos gastos

⁶³ Traduzido do original: “Moreno juega a ser Jesús, Pilatos y Judas. Quiere revolucionar la revolución, reencauzarla”.

públicos (DE LA TORRE, 2018). Haveria ainda uma intenção de Moreno em fomentar diálogos não somente dentro da sociedade equatoriana como também em relação ao ambiente internacional, ampliando e aprofundando parcerias mais pragmáticas e menos ideológicas.

O ano de 2019 foi marcado pela continuação nos ajustes fiscais e por convulsões populares contra decisões de Moreno. O Banco Central do Equador se viu obrigado a reduzir o volume de suas reservas internacionais para dar liquidez à economia, recorrendo a empréstimos junto ao FMI da ordem de U\$ 1,7 bilhão para equilibrar as contas públicas (TORRES, 2019). As contrapartidas demandadas pelo FMI, no entanto, atingiram, em especial, os programas sociais de redistribuição de renda, originados na era Correa e perpetuados por Moreno, considerando a necessidade de austeridade fiscal requisitada pelo organismo internacional (TORRES, 2019).

Em meio às tensões econômicas, agrupamentos sociais – que haviam sofrido com a repressão dos governos Correa e recuperavam, paulatinamente, suas vozes em âmbito nacional com Moreno – começaram a demonstrar sua insatisfação com a condução do presidente relativamente à economia. Um dos principais foi a CONAIE que, após anos, retomava aquele prestígio social das décadas de 1980 e 1990, durante as quais colaborou para renúncias presidenciais. A CONAIE foi um ator relevante nos protestos de outubro de 2019 que, para alguns autores, evidenciaram a fragilidade das instituições equatorianas e enfraqueceram a confiança popular no governo de Moreno (OLIVARES; MEDINA, 2020).

A retomada do protagonismo da CONAIE nos quadros políticos nacionais vai para além do afrouxamento da repressão tão presente nos governos Correa. O rejuvenescimento das lideranças indígenas, juntamente com a emergência de novas classes socioeconômicas e suas demandas específicas – ocasionadas pelos ciclos de desenvolvimento econômico desde a década de 1980 – possibilitou a entrada de novos atores na confederação e a gradual recuperação de sua atuação política (CAAP, 2019). Esse câmbio geracional foi importante, também, para o redirecionamento das estratégias de participação social desses agrupamentos indígenas.

Uma das reivindicações centrais dos manifestantes era quanto ao corte nos subsídios aos combustíveis realizado por Moreno. Iniciadas por grupos de taxistas, caminhoneiros e motoristas de ônibus as revoltas foram encaradas com hostilidade e violência pela polícia nacional, fazendo com que dentro de um prazo de quatro dias (4-8 outubro) Moreno decretasse estado de emergência e buscasse esquivar-se de uma eventual queda transferindo a sede do governo de Quito para Guayaquil. A reação das forças policiais foi justificada por Moreno como uma tentativa de reprimir movimentos financiados por Rafael Correa e Nicolás Maduro que procuravam retirá-lo do cargo (OLIVARES; MEDINA, 2020).

Aos protestos, logo foram anexados estratos universitários, sindicatos e outras organizações indígenas além da CONAIE. Grande parte fora impelida às ruas em razão da já citada eliminação dos subsídios aos combustíveis – o que equivalia a uma alta de 120% no preço do diesel e 30% no da gasolina (NOGARA *et al.*, 2020) – que fazia parte de um pacote de restrições orçamentárias imposto pelo FMI em contrapartida aos seus empréstimos ao Equador. Ainda que o movimento tenha perdido força, de forma gradativa, ao longo desses cerca de dez dias de manifestações – permitindo ao governo recuperar algum grau de segurança –, alguns cientistas questionam as razões pelas quais Moreno não tenha sido afastado, ao mesmo tempo que lançam algumas hipóteses:

(...) os presidentes equatorianos sempre correm o risco de cair, [...] por que, com tudo contra, Moreno permaneceu no poder depois de outubro? É um governo com oposições cruzadas (tem adversários à direita e à esquerda), não tem plataforma política estável (falta-lhe experiência política no gabinete), não tem bancada estável nem maioria parlamentar. Sua permanência no poder é marcante, pois, durante 2019, ainda havia a possibilidade de convocar eleições com antecedência, fenômeno conhecido como morte cruzada. A hipótese que talvez deva ser tentada aferir é que se trata de um presidente sustentado por uma série de equilíbrios precários que geram um status quo, em que o custo de sua saída é maior do que mantê-lo, já que sua saída poderia implicar na volta de Correa ao poder, mesmo através de uma pessoa interposta⁶⁴ (OLIVARES; MEDINA, 2020, p. 336, tradução nossa).

De fato, apesar das sete mortes registradas e dos 1.152 presos (NOGARA *et al.*, 2020) durante os protestos de outubro de 2019, Moreno logrou equilibrar-se na presidência diante das crises social, política e econômica do país. Isso não significa que Correa também não tenha atravessado momentos similares de agitação em seus mandatos, senão que dispunha de um instrumento fundamental para reestabelecer a harmonia social: o personalismo (OLIVARES; MEDINA, 2020). Como mencionado na citação anterior, entretanto, havia uma ressaca política pós-Correa que fazia de seu eventual retorno à presidência um episódio temido por agrupamentos sociais importantes, tais como as corporações midiáticas.

A alternativa foi conservar Moreno no cargo e frustrar qualquer ímpeto salvacionista de Correa. Outra estratégia seria a nomeação de um aliado de Correa para a presidência, tendo em vista que esse movimento político já havia sido utilizado nas eleições de 2017, durante as quais

⁶⁴ Traduzido do original: “*Es decir, los presidentes ecuatorianos siempre están en peligro de caer, [...] ¿por qué, con todo en contra, Moreno se mantuvo en el poder después de octubre? Se trata de un gobierno con oposiciones cruzadas (tiene adversarios a la derecha y a la izquierda), no posee una plataforma política estable (su gabinete carece de experiencia política), no tiene bancada estable ni mayoría en el congreso. Su permanencia en el poder es llamativa ya que, durante el 2019, aún existía la posibilidad de llamar a elecciones de forma anticipada, fenómeno conocido como muerte cruzada. La hipótesis que quizás se debería buscar comprobar es que es un presidente que se sostiene por una serie de equilíbrios precarios que generan un statu quo, en que el costo de su salida es más alto que mantenerlo, ya que su salida podría implicar la vuelta de Correa al poder, aunque sea por interpósita persona*”.

as maiores lideranças políticas do Equador foram unânimes em projetar Moreno como um títere de Correa (DE LA TORRE, 2020). Além da rejeição à volta de Correa, este enfrentava processos judiciais que apontavam sua participação em esquemas de favorecimento de empresas em licitações públicas e que, por sua vez, impunham entraves ainda maiores para o seu retorno ao cenário político equatoriano.

A promulgação do Decreto 883, estopim para o início dos conflitos de outubro de 2019, pareceu representar não somente a insatisfação da população equatoriana com essa medida pontual, mas, a partir de uma óptica mais abrangente, pode ser entendida como a exteriorização de descontentamentos que datavam dos governos Correa. Esse talvez tenha sido outro motivo pelo qual povos indígenas tenham desempenhado papéis de vanguarda nas manifestações, haja vista o tratamento concedido por Correa às suas necessidades. Entretanto, há uma diferença: se, por um lado, a repressão que Correa exercia era, muitas vezes, de forma institucionalizada, nesse episódio, sob o comando de Moreno, foi explícita e afetou, sobretudo, os indígenas.

Amenizados os protestos e a questão da possível deposição de Moreno, o Equador teve de resistir à outra crise, desta vez sanitária. Desencadeada nos primeiros meses de 2020, a pandemia da Covid-19⁶⁵ chegou até o país e fez com que fosse, inicialmente, um dos mais afetados na América Latina. Ainda que a doença tenha ocasionado um abalo nacional, a pandemia se encarregou somente de acentuar as disfunções econômicas, políticas e sociais já existentes no Equador. O decréscimo nos investimentos em saúde pública de U\$ 241 milhões em 2017 para U\$ 110 milhões em 2019 e, neste mesmo ano, a demissão de mais de três mil funcionários do setor atestam esse argumento (ACOSTA, 2020).

Essas dificuldades têm origem no fim do ciclo de prosperidade que se encerrou em 2014 com a queda no preço do barril de petróleo e na posterior deterioração das condições de vida da população equatoriana. Dentre elas podem ser verificadas a incapacidade de ampliar a criação de empregos formais – só em 2020, segundo previsões, as perdas poderiam chegar a até 750 mil vagas –, estimativa de aumento de até 35% da pobreza em 2020, polarização política, hiperdependência da economia sobre o extrativismo, altos índices de concentração de riquezas, endividamento externo, judicialização da política e debilitação do mercado exportador (ACOSTA, 2020).

De acordo com outras projeções, o Equador retornaria, ao final de 2020, aos seus níveis

⁶⁵ Segundo o Ministério da Saúde brasileiro (BRASIL, 2021) “A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019”.

de pobreza e pobreza extrema dos anos imediatamente anteriores ao primeiro mandato de Correa (CASTRO; FERNÁNDEZ, 2020). Ao ter na recuperação econômica uma de suas maiores bandeiras, Moreno falhou em reanimar os principais indicadores que balizam a economia equatoriana. Os fluxos de entrada relativos à exportação de petróleo foram de US\$ 19 milhões em abril de 2020, o que representou uma redução de quase 90% em relação ao mesmo período do ano anterior, cuja cifra foi de US\$ 194 milhões (ACOSTA, 2020). Para o PIB de 2020, as avaliações são de 7,3% a 9,6% de queda (CASTRO; FERNÁNDEZ, 2020).

Está claro que, principalmente em relação aos dois últimos parâmetros (exportação de petróleo e PIB anual), a pandemia de Covid-19 teve um impacto considerável nos números negativos. As províncias de Pichincha e Guayas foram as mais afetadas em termos de contaminados, apresentando, respectivamente, 35,6% e 13,5% do total; quanto aos mortos, até a primeira semana do mês de junho de 2021, os casos confirmados passavam dos 20 mil (EQUADOR, 2021a).

Figura 5 – Mapa do Equador contemporâneo e algumas províncias mais importantes (Azuay, Esmeraldas, Guayas, Manabí e Pichincha)



Fonte: (Knapp; Vélez; MacLeod, 2021).

Com destaque para a cidade de Guayaquil, percebe-se que os aspectos demográficos, de infraestrutura e os contextos de pobreza na região também têm participação importante na

rápida disseminação do vírus. Já em maio de 2020 (portanto, pouco mais de dois meses após a detecção do primeiro caso no país), a prefeita de Guayaquil, Cynthia Viteri, informou que cerca de um terço dos quase 2,7 milhões de habitantes já havia sido contaminado pelo coronavírus (G1, 2020). Ainda em abril de 2020, era possível presenciar cadáveres estendidos pelas ruas da cidade, em virtude do colapso do sistema funerário e da impossibilidade de algumas famílias em arcar com os custos de um enterro convencional (G1, 2020).

Ademais, a migração, nesse caso, não foi uma opção viável para distanciar-se da crise como havia ocorrido com tantos equatorianos em 1999. A situação, agora, apresentava contornos globais e envolvia o fechamento de fronteiras físicas e restrições à entrada de imigrantes, sobretudo a cidadãos provenientes de países cuja conjuntura era mais delicada, como a do Equador. Dado o engessamento da mobilidade internacional, o Banco Central do Equador chegou a prever, para 2020, uma contração de U\$ 570 milhões em remessas de equatorianos residentes no exterior para seus familiares que permaneciam no país, escasseando uma corrente de receitas que chegou a ser maior que as de exportação de bananas (ACOSTA, 2020).

Muito embora os quadros pandêmicos, nesse momento (junho/2021), sejam mais críticos em vizinhos como Peru, Colômbia e Brasil, o Equador foi um dos países que mais reduziu os gastos sociais tão necessários para combater as dificuldades econômicas advindas da pandemia. Entre os meses de março e maio de 2020 esse decréscimo foi de mais de 13% em comparação com o mesmo período do ano anterior, reforçando uma dinâmica que era visível nos quatro últimos anos, com esses investimentos girando em torno de 8,9% do PIB, enquanto no Peru era de 11% e no Brasil de 17% (CASTRO; FERNÁNDEZ, 2020). Uma das formas de se evitar o falso dilema economia *versus* saúde presente na crise sanitária atual é, justamente, a criação de políticas públicas pelo Estado fazendo uso de investimentos sociais.

Não bastassem os dados apresentados acima, alguns grupos ainda valeram-se da vulnerabilidade social ocasionada pela pandemia, durante a qual houve “a entrega de cotas de poder na administração do sistema hospitalar em troca de acordos políticos, nos quais estavam envolvidos deputados e organizações mafiosas”⁶⁶ (ECHEVERRÍA, 2020, p. 11, tradução nossa). Se à essas denúncias de corrupção no governo Moreno juntam-se o caos sanitário, a falta de investimentos sociais e a crise econômica, tem-se um panorama mais propício a protestos do que àquele de outubro de 2019. A diferença é que a pandemia levou o governo a decretar estado de exceção no Equador, prejudicando o planejamento de manifestações

⁶⁶ Traduzido do original: “(...) la entrega de cuotas de poder en la administración del sistema hospitalario a cambio de acuerdos políticos, en los cuales se vieron involucrados assembleístas y mafias”.

populares.

Havia, contudo, outra ocasião, não muito distante, que poderia ser utilizada pelo povo equatoriano para expressar seus descontentamentos: as eleições de 2021. O escrutínio era um dos mais esperados dos últimos anos, tendo em conta não só as repercussões da pandemia de Covid-19 no país, como também o anúncio, feito, há algum tempo, por Lenín Moreno sobre sua renúncia à reeleição. Outro elemento interessante que movimentou esse período eleitoral foi a impossibilidade de Rafael Correa em lançar sua candidatura (tanto para presidente como para vice-presidente) em consequência da lei eleitoral que impede a dupla reeleição e dos processos de corrupção pelos quais responde à Justiça do Equador, respectivamente.

Assim sendo, as eleições no Equador tiveram como característica a polarização. Como principais nomes despontavam Guillermo Lasso (CREO), Andrés Arauz (*Movimiento Revolución Ciudadana*), Yaku Pérez (Pachakutik) e Xavier Hervas (*Izquierda Democrática*). Lasso, que além de já ter ocupado o cargo de ministro da Economia em 1999 também fora candidato à presidência em outras duas oportunidades (2013 e 2017), representava uma ala defensora de políticas mais liberais na economia e mais conservadoras quanto aos costumes. Foi um dos maiores opositores de Rafael Correa e de seu legado, enfatizando sempre as violações de direitos humanos e a repressão com a qual Correa conduzia seu governo.

Arauz, por seu turno, era o sucessor de Correa. Durante dois anos (2015-2017) fora ministro do Conhecimento e Talento Humano do Equador, possuindo a mesma formação acadêmica de Correa (Economia). Arauz era a escolha de Correa para tentar resgatar a essência da *Revolución Ciudadana*, após quatro anos nos quais Moreno redirecionou as diretrizes de quase todas as áreas do governo. Agora, todavia, Correa deveria lidar com a grande rejeição popular que sua figura adquirira após as condenações por corrupção. Ademais, o enfraquecimento dos partidos políticos – estratégia empregada por Correa para fortalecer o *Alianza PAIS* e sua presidência – parecia estar perdendo força com a ascensão de novas lideranças.

Uma delas foi Yaku Pérez, candidato pela organização indígena Pachakutik e representante de um dos grupos alijados das decisões políticas durante toda a era Correa. Dentre suas bandeiras estavam a defesa do meio ambiente, da economia verde, do desenvolvimento de energias alternativas, da proteção aos indígenas e da promoção de um Estado genuinamente plurinacional no Equador. Pérez manteve um discurso de *outsider*, de renovação política e rechaço às velhas práticas que condenaram o país às crises atuais, mesmo tendo apoiado a candidatura de Lasso à presidência em 2017 (EL UNIVERSO, 2017) e os golpes de Estado no Brasil (2016) e na Bolívia (2019).

Por último, Xavier Hervas, dos quatro, era o menos acreditado para lograr uma posição no segundo turno. Com uma retórica de um candidato que vem de fora dos quadros políticos e que sinaliza para as faixas etárias mais jovens, Hervas disputava o pleito amparado por uma legenda vinculada a um espectro político de esquerda, mesmo tendo laços estreitos com o mercado financeiro e com a classe empresarial do país (sendo, ele próprio, acionista de uma companhia de exportação de alimentos). Em termos de costumes, demonstrou posicionamentos mais flexíveis quanto à legalização do aborto e às pautas das comunidades LGBTQIAPN+.

O resultado do embate desses perfis foi um pleito controverso e acirrado até o final. Após uma recontagem parcial de votos – fruto de denúncias de fraude e que demorou duas semanas – definiu-se que Andrés Arauz (32,72%) enfrentaria Guillermo Lasso (19,74%) no segundo turno. Yaku Pérez, um dos requisitantes do processo de recontagem, ficou 0,35% atrás de Lasso, o que equivaleu a uma diferença de 32 mil votos (EQUADOR, 2021b). Um segundo turno composto pelo herdeiro político de Correa e por um de seus mais obstinados críticos acentuou as, já intensas, animosidades. A vitória de Arauz, no primeiro turno, com quase 13 pontos percentuais em relação a Lasso, entretanto, não significava um triunfo tranquilo na rodada final.

Marcado para o dia 11 de abril, o sufrágio confirmou as expectativas de imprevisibilidade e, com pouco mais de 52% dos votos, Lasso se tornou o 43º presidente do Equador. Internamente, tanto o resultado quanto os dois meses de campanhas e incertezas políticas manifestaram divisões sociais na população equatoriana que têm sido comuns em vizinhos latino-americanos, como no Brasil. De fato, há aqueles que desejam – e até aguardam – o retorno dos anos em que o petróleo proporcionava a entrada de grandes fluxos de capital no país, fomentando os programas do governo de redistribuição de renda e melhorando as condições de vida dos equatorianos.

Por outro lado, Lasso representa uma elite banqueira, liberal na economia e conservadora nos costumes que estava há anos buscando maior representatividade política, ainda que nos quatro últimos anos Moreno tenha tentado se distanciar da lógica econômica e política correísta. Organizações como a CONAIE vêm retomando, aos poucos, seu espaço como agente social capaz também de envolver-se nas tomadas de decisão políticas, muito embora seu representante político, o Pachakutik, tenha se aliado a Lasso após sua vitória. Ainda é cedo para se analisar a relação Lasso-Pachakutik, haja vista o histórico deste último no que diz respeito ao seu apoio a presidentes (aliado do destituído Lucio Gutiérrez e, inicialmente, também de Rafael Correa em 2007).

Já do ponto de vista regional e internacional, acredita-se que os países da América Latina

tenham, historicamente, tomado rumos parecidos dentro de recortes temporais específicos (ditaduras militares entre as décadas de 1960-1980, neoliberalismo em 1990, progressismos de esquerda e populismos nos anos 2000, etc.). Isso, todavia, parece não estar acontecendo no momento. Em 2021, podem-se constatar regimes autoritários (Venezuela e Brasil), líderes adeptos ao liberalismo econômico e/ou de centro-direita (Equador, Chile, Uruguai, Peru, Paraguai) e aqueles que promovem pautas mais sociais e progressistas (Argentina, Bolívia, México).

4.4 O BOLIVARIANISMO E O EQUADOR: CAMINHOS ENTRELAÇADOS OU ASSOCIAÇÃO INADEQUADA?

Em alguns momentos ao longo deste capítulo final foram mencionadas relações entre o conceito de bolivarianismo e o contexto político equatoriano no século XXI. A figura de Rafael Correa, sobretudo, prenunciava carregar o legado de Simón Bolívar em suas propostas políticas para o Equador. Assim como seus pares Hugo Chávez (Venezuela) e Evo Morales (Bolívia), entretanto, Correa conduziu sua era à frente da presidência com pouca inspiração prática em Bolívar. Não raro, Correa favorecia seus interesses particulares – e os do *Alianza PAIS* – em detrimento de uma integração latino-americana e de modelos autônomos de desenvolvimento.

Entre outras razões, isso ocorreu em consequência da força indutiva da globalização que impele economias exportadoras de produtos primários, como o Equador, a manterem um processo de abertura a investimentos externos e, desse modo, mais expostos às oscilações do capitalismo. A retórica anti-imperialista adotada por Correa era importante na medida que o cobria com um verniz anti-*status quo* perante seus aliados da América Latina. O legado de Bolívar é muito mais vasto e complexo do que discursos de combate às grandes potências. A incoerência correísta residia na permanência em organismos como a OMC e a ONU e na conservação de uma economia equatoriana dolarizada e, por conseguinte, dependente dos EUA.

Isso significa dizer que, afora perfis carismáticos e centralizadores de poder e discursos anti-*status quo*, há poucas relações possíveis entre o líder venezuelano do século XIX e Rafael Correa, o que limita algumas interpretações sobre o Equador de um prisma bolivariano. Para Lopes (2013, p. 273) “(...) muito provavelmente, o bolivarianismo corresponda a um fenômeno, ademais de espacialmente circunscrito, temporalmente datado”. Indo ao encontro desse pensamento, Germán Carrera Damas (2017, p. 57, tradução nossa) discorre sobre o bolivarianismo na Venezuela, mas que, de maneira geral, retrata a realidade equatoriana com Correa

Em suma, o bolivarianismo é uma oferta ideológica cuja legitimidade histórica não requer muitos argumentos. Quanto ao seu funcionamento, basta não saber quem foi Bolívar e criar um Bolívar ad hoc atribuindo-lhe todos os significados que se requerem para se eximir de ter que encarar criativamente o presente. No entanto, esse é um caminho que, como acontece com todo culto levado ao exagero, conduz ao cansaço causado pela repetição.⁶⁷

Esse “cansaço” citado por Damas talvez seja a melhor definição para um Equador que, em 2021, elegeu um candidato ligado ao setor financeiro, com propostas liberais para a economia e conhecido adversário de Correa. A insatisfação com sua imagem já vinha crescendo há alguns anos, tendo em vista a margem apertada com a qual Moreno – candidato de Correa – havia vencido as eleições de 2017 sobre o mesmo Guillermo Lasso. A contração dos fluxos financeiros originados do petróleo foi uma das explicações mais adequadas para a perda de apoio popular de Correa. Entretanto, o período 2014-2017 demonstrou que, além disso, aumentavam a aversão pela repressão e a busca por modelos alternativos ao desenvolvimento.

A sequência de ciclos produtivos no Equador (cacau, café, banana, petróleo) foram todos forjados a partir de demandas internacionais. Após o declínio da relevância do petróleo na pauta de exportações a próxima atividade com potencial para despontar parece ser a megamineração (ACOSTA, 2020). Assim como todos os outros que a antecederam, entretanto, a megamineração não será a salvação da economia equatoriana, tendo em vista que é, em grande medida, sua relação de dependência com o mercado internacional que provoca as crises cíclicas no Equador. Muda-se a *commodity*, mas não se alteram os modelos de desenvolvimento que, no fim, são a raiz do problema.

Para além disso, Rafael Correa não soube equilibrar a balança que continha, de um lado, a redistribuição de renda e a igualdade entre os diferentes grupos étnicos e sociais e, do outro, a noção de democracia (SÁNCHEZ; PACHANO, 2020). As duas dimensões pareciam ser excludentes, posto que os momentos de maiores fluxos de entrada de capital eram aqueles em que havia um volume maior a ser distribuído via programas sociais aliado a um arrefecimento do controle social pelo governo, ao passo que, em tempos de crise e escassez de recursos, a repressão era mais presente diante de movimentos sociais contestatórios. Em um cenário como esse, o deslize para o autoritarismo é questão de detalhe.

Dois pontos positivos emergem após a saída de Correa. O primeiro deles foi, durante

⁶⁷ Traduzido do original: “*En suma, el bolivarianismo es una oferta ideológica acerca de cuya legitimidad histórica no se requieren muchos argumentos. En cuanto a su funcionamiento, basta con no saber quién fue Bolívar y crear un Bolívar ad hoc atribuyéndole todos los significados que se requieran para eximirse de tener que encarar creativamente el presente. Pero este es un camino que, como sucede con el seguido por todo culto llevado a la exageración, conduce al hastío causado por la reiteración*”.

seus dez anos de presidência, o fortalecimento do papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento nacional através, entre outras coisas, de um controle maior sobre atividades produtivas sensíveis à soberania nacional – de acordo com o modelo que estava sendo adotado por grande parte dos países da América do Sul. O segundo foi a outorga da Constituição de 2008 que, se fora desrespeitada por Correa em algumas circunstâncias, representou, ao menos, um avanço conceitual nos direitos dos povos indígenas, no respeito à diversidade cultural e a valorização da natureza como um símbolo das origens da sociedade equatoriana.

No plano regional, o desejo de Bolívar em construir uma grande nação não fora perseguido. Ainda que existissem iniciativas como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) fundada em 2004, o hispano-americanismo almejado por Bolívar não estava mais presente (LOPES, 2013). Não havia coordenação política ou econômica em âmbito regional capaz de projetar esses países internacionalmente como um bloco unívoco e sólido. Os interesses e as demandas populares internas desses países acabavam por suplantar qualquer intento integracionista que porventura emergisse. A preocupação de Chávez e Correa, por exemplo, era antes resguardar suas posições de poder doméstico ao invés de investir forças em um projeto regional cujos benefícios eram incertos⁶⁸ (JARAMILLO, 2020).

No Equador de 2021, essa herança correísta está ainda muito presente nas fissuras sociais fomentadas pelos discursos polarizadores do ex-presidente, assim como se pode notá-la também no rechaço da sociedade diante de líderes com perfil personalista e autocrático. O futuro político de Correa, após a derrota de Arauz para Lasso, parece não acomodar espaço para otimismo. Isso porque, como dito anteriormente, a eleição de Lasso pode ser vista como um protesto e um rancor ao governo de Correa, além de o cenário político do país não exibir condições favoráveis, tais como o novo fortalecimento dos partidos políticos após os anos de fragmentação orquestrada pelo *Alianza PAIS*.

Outra razão para uma improvável reabilitação de Correa é a conjuntura político-ideológica na América Latina atual. As oportunidades para a ascensão de representantes da esquerda em países do subcontinente têm sido cada vez mais escassas, graças a acentuação de manifestações de extrema-direita. É necessário levar em consideração, também, as décadas conturbadas pelas quais o Equador atravessou em 1980 e 1990, fazendo com que a instabilidade fosse uma das características marcantes nos campos social, econômico e político. Todos esses elementos ajudam a compreender os rumos políticos de Correa e do Equador contemporâneo.

Ademais, o Equador possui uma localização geográfica – e, por conseguinte, uma

⁶⁸ Na visão de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 982) “Populismo e internacionalismo são incompatíveis”.

identidade – peculiar na América Latina. Voltado inteiramente para o Oceano Pacífico, o país tende a direcionar sua atenção à Ásia, notadamente à China. Por não compartilhar fronteiras com os grandes atores do subcontinente (Argentina e Brasil), não possuir saída marítima para o Oceano Atlântico e ter, historicamente, relações conturbadas com seus únicos dois vizinhos (Colômbia e Peru), o Equador optou por projetar seu comércio exterior e suas parcerias internacionais para locais mais afastados e que possam oferecer termos mais vantajosos em eventuais negociações.

É possível que essa seja outra explicação para refletir sobre a imprecisão de relacionar-se o legado de Simón Bolívar ao passado político recente do Equador. Isso porque, desde o princípio, Correa procurou estreitar os elos sino-equatorianos – sejam eles diplomáticos ou econômicos –, ainda que, em algumas ocasiões, as circunstâncias não fossem, necessariamente, favoráveis ao Equador. A partir de distorções do pensamento original de Bolívar acerca da formação dos EUA e de seus anseios na esfera global no começo do século XIX, Correa estabeleceu que os norte-americanos – em muitos quesitos admirados por Bolívar – seriam um dos inimigos utilizados para carregar a culpa quando lhe conviesse.

Por fim, e na tentativa de responder à pergunta do título desta subseção, acredita-se que a associação entre as figuras de Simón Bolívar e Rafael Correa é inadequada se entendida em termos de perspectivas políticas. Com isso, averigua-se que, a despeito das similaridades entre ambos – perfil personalista, centralizador, por vezes repressivo, carisma e talento para a retórica – tais fatores não são suficientes para asseverar que houve um movimento bolivariano no Equador. O que houve foi a chamada *Revolución Ciudadana* que, mediante programas de redistribuição de renda, proporcionaram a milhões de equatorianos melhorias pontuais nos campos econômico, educacional, sanitário, da saúde e da disponibilidade de empregos formais.

Quanto ao futuro do Equador, cabe a reflexão de Bolívar (2009, p. 81, tradução nossa) em sua “Carta da Jamaica” feita à América: “Vou arriscar o resultado de minhas reflexões sobre a sorte futura da América: não a melhor, mas a que seja a mais acessível”⁶⁹. Ao Equador talvez não esteja reservada a melhor fortuna nos próximos anos, e, caso a acessível seja a mais tangível, ela também não parece apontar para o retorno do correísmo. Os desgastes causados por Correa na democracia equatoriana parecem sentenciá-lo ao distanciamento da vida política, sem que Simón Bolívar e seu legado tenham qualquer espécie de responsabilidade.

⁶⁹ Traduzido do original: “Voy a arriesgar el resultado de mis cavilaciones sobre la suerte futura de la América: no la mejor sino la que sea más asequible”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcurso desse estudo, buscou-se investigar a extensão do legado (político, econômico e social) de Simón Bolívar para o bolivarianismo de Rafael Correa no Equador contemporâneo. Para tanto, foram abordadas as revoluções que deram origem aos processos de independência das colônias espanholas nas Américas nos primeiros 30 anos do século XIX. A atuação de Bolívar nesses conflitos foi indissociável de seus desfechos, o que poderia apontar para um possível prosseguimento de seu projeto após a formação das novas repúblicas hispano-americanas. Em seguida a sua morte em 1830, todavia, o que se percebeu foram confrontos por poder e a conservação de antigas estruturas sociais.

Muito desse projeto de Bolívar era composto por ideais de arranjos de integração latino-americana, de emancipação dos povos coloniais e melhor equalização das riquezas entre as classes sociais. Acima de tudo, a palavra que unia muitos dos hispano-americanos e era repetida incansavelmente por Bolívar era liberdade. As repressões política, social e econômica durante séculos haviam sido suportadas pelos povos colonizados que, quando muito, intentavam uma revolta que logo era reprimida com violência. Sob a liderança de Bolívar o cenário fora diferente, inclusive o internacional. As alternâncias no trono espanhol após a chegada de Napoleão, em 1808, favoreceram o enfraquecimento da metrópole nas Américas.

Para lograr a libertação desses territórios, Bolívar dispunha de um perfil carismático, centralizador e autoritário. A liderança fora outro fator que contribuíra para a consecução das independências. A eloquência com a qual discursava foi, certamente, um elemento importante para os levantes e a adesão da população ao seu exército patriota. Não se pode negar que as guerras de independência, de uma maneira geral, resultaram em economias abatidas, setores produtivos em decadência e disseminação da pobreza.

A infraestrutura desses territórios também foi danificada a ponto de inibir as trocas comerciais e a mobilidade de pessoas. O contexto foi agravado quando se leva em consideração as mortes durante as revoltas e as sequelas que isso provocou nas diversas áreas daquelas sociedades. De fato, o panorama pós independências não foi aquele imaginado por Bolívar e seus companheiros. O desafio agora seria reconstruir o que fora danificado e refundar as estruturas políticas e econômicas construídas nos moldes coloniais. O que se viu após a expulsão dos espanhóis foi a perpetuação de uma dependência comercial, agora não mais com a respectiva metrópole, mas sim com a Inglaterra.

Os ingleses – que enviaram homens e equipamentos para a causa de Bolívar – expandiram seus mercados consumidores de produtos manufaturados, recebendo, em

contrapartida, grandes quantidades de bens primários das Américas, como por exemplo o café e o cacau. Os empréstimos ingleses às novas repúblicas sul-americanas também foram ampliados na segunda metade do século XIX, permitindo a construção de ferrovias que otimizavam a logística de transporte da região – o que, por sua vez, favorecia os fluxos de exportação para a Inglaterra. Com isso, espera-se ter contemplado o primeiro objetivo específico, qual seja, contextualizar o papel de Simón Bolívar nas independências hispano-americanas no século XIX.

O segundo deles – analisar os desenvolvimentos econômico e político de Bolívia, Cuba, Venezuela e Equador, em especial, no século XX e sob as influências de Bolívar – pode ser enquadrado no capítulo “Bolívar vive? Reverberações regionais do legado de Bolívar no século XX”. Nele, fez-se uma breve exploração dos ambientes pós-revolucionários e identificou-se que, depois de algumas décadas de reconstrução e acomodação das forças sociais, os quatro países estudados (Bolívia, Cuba, Equador e Venezuela) tiveram desempenhos expressivos do ponto de vista dos intercâmbios comerciais. As oportunidades de participação social concedidas às classes mais empobrecidas, contudo, continuaram escassas.

O alvorecer do século XX trouxe mais desafios para os povos hispano-americanos. Nesse ponto, o legado de Bolívar já parecia distante e predestinado a permanecer somente no imaginário popular. A América Latina – muito embora cumprisse papel importante de provedor de alimentos – ocupava uma posição periférica no contexto internacional, tanto política quanto economicamente. A transição hegemônica global da Inglaterra para os Estados Unidos se desenrolava de maneira a deslocar os fluxos comerciais dos países latino-americanos da Europa para a América do Norte nas décadas iniciais do século, com destaque para o caso de Cuba.

O Equador sofreu com a curva decrescente das exportações de cacau e café, o que fez com que o arroz surgisse na década de 1930 como um vetor da economia nacional. Foi, todavia, após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, em 1945, que o ciclo da banana foi estabelecido no país e suscitou melhorias da infraestrutura de transportes e viabilizou o aumento da oferta de empregos. Assim como aconteceu com a cultura do cacau, as repercussões do *boom* bananeiro foram sintomáticas de um novo paradigma produtivo e econômico no Equador. Este fato contrastou com a manutenção da economia equatoriana em posição de passividade e reatividade em relação à demanda internacional por itens primários.

Os anos de 1950 foram um marco tanto na Bolívia quanto em Cuba. Na primeira, a revolução de 1952 contra os governos oligárquicos realizada por camponeses e operários foi importante para pautas como reforma agrária, sufrágio universal e nacionalização de minas. Quanto à segunda, a destituição do então presidente cubano Fulgencio Batista em 1959 por

Fidel Castro e seus companheiros foi outro símbolo da possibilidade de formas alternativas ao desenvolvimento. Prova disso foram a implementação da reforma agrária no país, a melhoria dos sistemas de saúde e de educação e o aumento dos salários médios dos trabalhadores mediante programas de distribuição de renda e socialização dos meios produtivos.

O despertar da década de 1960 foi de transição produtiva para o Equador com a decadência da cultura bananeira e a consolidação do petróleo como principal item da pauta de exportações. A visibilidade internacional era diferente. Em termos de importância, o petróleo se configurava como um dos produtos básicos das grandes potências, sendo tratado por muitos como assunto de segurança nacional. Junto com a Venezuela, o Equador passou a ocupar um espaço dentro da OPEP, o que era representativo para um país de seu porte. A inaptidão de sucessivos governos de fortalecer a industrialização nacional e a consequente importação de bens manufaturados, entretanto, foram efeitos desse período e que resultaram na ampliação da dívida externa do país.

A análise das duas últimas décadas do século XX no Equador permitiu compreender o contexto da emergência de movimentos sociais como a CONAIE e sua função de contestação política, social e econômica. Sua atuação, em conjunto com outros atores sociais, foi no sentido de confrontar medidas neoliberais de governos equatorianos que estavam alinhadas com o FMI e eram nocivas aos povos indígenas. Essa instabilidade política irrompeu os primeiros anos do século XXI até a vitória eleitoral de Rafael Correa em 2006. Dessa maneira, acredita-se ter alcançado o segundo objetivo específico deste trabalho ao dar-se amparo material para as reflexões subsequentes da última parte.

O último capítulo, designado “Resíduos dos anos 1990 e ascensão de Rafael Correa: renúncia ao neoliberalismo e resgate do legado de Simón Bolívar”, retratou o Equador dos últimos 20 anos considerando dimensões políticas, econômicas e sociais. Nele, o último objetivo específico foi tratado, a saber: compreender os panoramas político e econômico do Equador nos governos de Rafael Correa sob o prisma do bolivarianismo. Foi realizada uma análise desde a ascensão de Correa até seu afastamento da vida política em 2017. Nesse ínterim, foram identificadas algumas estratégias utilizadas por Correa para a conservação do *status quo*.

Debilitação do sistema partidário equatoriano, formação de elos entre o presidente e a população, criação e perseguição de inimigos nacionais para fortalecer a imagem presidencial, aumento na convocação de plebiscitos e estímulo à polarização política são alguns dos movimentos presentes nos dez anos da era Correa. Muitos deles são associados às lideranças populistas, como confirmou-se ser o perfil de Correa. O presidente equatoriano se juntou ao venezuelano Hugo Chávez e ao boliviano Evo Morales para pôr em prática o conceito de

bolivarianismo na América Latina. Essa apropriação do legado de Bolívar, no entanto, pareceu precipitada e indevida.

Os resquícios da era Correa apontam para realizações nos campos social e econômico, sobretudo. As políticas propostas atenderam, de maneira geral, às demandas de boa parcela da população e contribuíram para a melhoria dos índices de desenvolvimento do país. Além disso, houve uma busca por equilibrar a distribuição de riquezas, diminuindo os contrastes em relação à renda. No campo internacional, Correa selecionou o rol de parceiros do Equador. A China – por questões geopolíticas, econômicas, ideológicas e de *soft power* – foi a principal investidora e credora do país durante os governos de Correa. Não há como desvincular a exportação de petróleo equatoriano para a China de todos esses avanços.

É nesse ponto que: 1) julga-se ter compreendido o modelo de governo de Correa, bem como a identificação de seu perfil político, alcançando o último objetivo específico, isto é, compreender os panoramas político e econômico do Equador nos governos de Rafael Correa sob o prisma do bolivarianismo; 2) emerge a questão sobre a existência e a validade do bolivarianismo no Equador contemporâneo. Todo o caminho percorrido até aqui sugere que o bolivarianismo foi um fenômeno circunscrito a um espaço e a uma época específicos, respectivamente, a América do Sul colonial e às guerras de independência hispano-americanas. Não foi possível encontrar evidências que indicassem para a convergência entre as reivindicações bolivarianas no século XXI e os ideais de Simón Bolívar.

A hipótese – ao adotar o bolivarianismo como referencial, Correa incorporou e implementou os ideais, o perfil e os valores de Bolívar à frente da presidência do Equador –, portanto, não pôde ser confirmada. Ao tentar dimensionar o legado de Bolívar para o Equador contemporâneo observou-se que Rafael Correa utilizou o ideário bolivariano com o intuito de conservar seu poder pessoal. Bolívar concebia uma América Latina una e forte, supranacional e capaz de se inserir internacionalmente sem os antigos vínculos com a Espanha. Porém, antes mesmo de sua morte, Bolívar já manifestava tanto sua frustração em relação aos possíveis destinos do subcontinente quanto a tristeza pela falta de reconhecimento dessas populações.

Com isso, considera-se que a metodologia escolhida foi adequada. Os recortes temporais deram conta de debater sobre as questões indispensáveis para o trabalho, do mesmo modo que as palavras-chave conduziram à análise formal a partir de bibliografias clássicas e contemporâneas que abarcaram diferentes pontos de vista de autoras e autores, cujos idiomas foram o espanhol, o português e o inglês. A leitura atenta das produções se deu ordenando, classificando e analisando criticamente artigos e livros que possibilitaram o reconhecimento de concordâncias e contraposições de ideias. Esse fato colaborou com o desenvolvimento de uma

discussão analítica sobre o tema, principalmente nos assuntos ligados aos governos de Rafael Correa e sua personalidade.

A bibliografia, dessa forma, respondeu às expectativas iniciais e se mostrou rica em detalhes e eventos relevantes. Em especial, o livro de Acosta (2006) “Breve história econômica do Equador” e os escritos de De la Torre (2010, 2013, 2018, 2020) aportaram para a compreensão, respectivamente, da maneira como ocorreu a construção das instituições políticas e das práticas econômicas do Equador desde o período das independências e da identificação do comportamento e estratégias de Correa ao longo de seus anos à frente da presidência. Além disso, o artigo de Lopes (2013) intitulado “A economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008)” auxiliou na verificação das contrariedades entre os ideais de Simón Bolívar e a atuação de Correa.

Algumas das limitações desse estudo foram as dificuldades encontradas para a obtenção de informações de intercâmbios comerciais e financeiros das colônias/repúblicas em questão no começo do século XIX. Não foi possível acessar, de forma satisfatória, bancos de dados oficiais e confiáveis. No entanto, foram identificadas obras que trouxeram dados compilados, como *The economic history of Latin America since independence* (2003) de Bulmer-Thomas. Outro fator que limitou maior alcance de informações oficiais foi a impossibilidade de acesso ao *website* do *Banco Central del Ecuador* em virtude de falhas no sistema do órgão em diversas tentativas.

Esse trabalho não pretendeu esgotar as reflexões sobre as relações entre Simón Bolívar e Rafael Correa. Ambos tiveram a oportunidade de vivenciar épocas com vários eventos históricos e, por isso, abundantes em potenciais pesquisas. Por exemplo, a megamineração, que aparenta ser um novo ciclo produtivo no Equador, merece um olhar atento nos próximos anos. O redirecionamento político e ideológico do Equador na transição de Correa para Moreno, em 2017, talvez seja outro evento que deva receber maior interesse e contribuições de pesquisa, levando em conta traços disruptivos com reverberações na atualidade.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **Breve história econômica do Equador**. Brasília: Funag, 2006.
- ACOSTA, Alberto. **La maldición de la abundancia**. Quito: Abya-Yala, 2009.
- ACOSTA, Alberto. De la pandemia sanitaria al pandemonio económico. **Ecuador Debate**, Quito, n. 109, p. 7-16, 2020.
- AGÊNCIAS. Ecuador expulsa a la embajadora de EE UU por un cable de Wikileaks. **El País**, Quito, 5 abr. 2011. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2011/04/05/actualidad/1301954417_850215.html. Acesso em: 16 abr. 2021.
- AGUILAR, Luis. Cuba, c. 1860 - c. 1930. In: BETHELL, Leslie (ed.). **Cuba: a short history**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1993. p. 21-56.
- ALBERT, Bill. **South America and the world economy from independence to 1930**. Londres: Macmillan Press, 1983.
- ANDRIEN, Kenneth. **The kingdom of Quito, 1690-1830: the state and regional development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ARAÚJO, Rafael Pinheiro de. Discurso político e o socialismo do século XXI na América do Sul. **Revista Eletrônica de Humanidades**, Macapá, v. 8, n. 1, p. 25-55, 2015.
- AROCA, Kepler Ribadeneira. Buen Vivir: críticas y balances de un paradigma social en construcción. **Diálogo Andino**, n. 62, p. 41-51, 2020.
- ARROBA, Edison Hurtado. Ajuste y desbarajuste: la implosión de Alianza País y el recambio político en Ecuador. **Ecuador Debate**, Quito, n. 101, p. 7-21, 2017.
- BANCO MUNDIAL. **The World Bank**, 2020. Press Release. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2020/10/07/covid-19-to-add-as-many-as-150-million-extreme-poor-by-2021>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- BANCO MUNDIAL: banco de dados, 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2019&locations=EC&start=2007&view=chart>. Acesso em: 8 mai. 2021.
- BAYAS-ERAZO, Matias. Understanding Ecuador's growth prospects in the aftermath of the Citizens' Revolution. In: SÁNCHEZ, Francisco; PACHANO, Simón (eds.). **Assessing the Left Turn in Ecuador**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 213-230.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOLÍVAR, Simón. Contestación de un americano meridional a un caballero de esta isla ["Carta de Jamaica"]. In: VILA, Manuel Pérez (ed.). **Doctrina del libertador**. 3. ed. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2009. p. 66-87.

BONILLA, Heraclio. Peru and Bolivia from independence to the War of the Pacific. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge history of Latin America (volume III):** from independence to c. 1870. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 539-582.

BORENSZTEIN, Eduardo; RUIZ-ARRANZ, Marta. Dolarización: desempeño y desafíos. *In*: DÍAZ-CASSOU, Javier; ARRANZ, Marta Ruiz (eds.). **Reformas y desarrollo en el Ecuador contemporáneo.** Washington; Banco Interamericano de Desarrollo, 2018. 37-61.

BORÓN, Atilio. Rafael Correa con Atilio Borón | Entrevista. 2018. (31m04s). Disponible em: <https://www.youtube.com/watch?v=JubjEOasJCK>. Acesso em: 7 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** Brasília, 8 abr. 2021. Disponible em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; BECHELAINE, Cinthia. Multilateral development banks, new developmentalism and local currency financing. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, n. 4, p. 755-767, 2019.

BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Historia global de América Latina: del siglo XXI a la independencia.** Madri: Alianza Editorial, 2018.

BULMER-THOMAS, Victor. **The economic history of Latin America since independence.** 2. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2003.

BUSHNELL, David. The independence of spanish south America. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge history of Latin America (volume III):** from independence to c. 1870. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 95-156.

CAAP. Conflictividad socio-política Julio/octubre 2019. **Ecuador Debate**, Quito, n. 108, p. 23-37, 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

Carlos Pérez Guartambel: Es preferible un banquero a una dictadura. **El Universo**, 22 fev. 2017. Disponible em: <https://www.eluniverso.com/noticias/2017/02/22/nota/6059647/perez-guartambel-es-preferible-banquero-dictadura/>. Acesso em: 9 jun. 2021.

CASTILLO, Guillermo Céspedes del. **América Hispánica (1492-1898).** Barcelona: Labor, 2009.

CASTRO, Luis; FERNÁNDEZ, Jaime. Un país conectado a un respirador: Ecuador y la crisis provocada por el COVID-19. **Ecuador Debate**, Quito, n. 110, p. 25-60, 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. **Banco de dados**, 2021. Disponible em: https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegradaProc_HTML.asp. Acesso em: 25 mar. 2021.

CHIRIBOGA, Marco Naranjo. Incidencia de la dolarización sobre la economía ecuatoriana,

2000-2015. **Semestre Económico**, v. 21, n. 46, p. 95-122, 2018.

COATSWORTH, John. Political economy and economic organization. *In*: BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John; CONDE, Roberto Cortés (eds.). **The Cambridge economic history of Latin America (volume I): the colonial era and the short nineteenth century**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006. p. 237-273.

COLLIER, Simon. Nationality, nationalism, and supranationalism in the writings of Simón Bolívar. **The Hispanic American Historical Review**, v. 63, n. 1, p. 37-64, 1983.

CONAGHAN, Catherine. Ecuador: Rafael Correa and the citizens' revolution. *In*: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (eds.). **The resurgence of the latin american left**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011. p. 260-282.

CONAGHAN, Catherine. The return of the state and societal regulation in Ecuador. **Revista Europea de Estudios Latino-americanos y del Caribe**, n. 98, p. 7-27, 2015.

CONTRERAS, Carlos. **El sector exportador de una economía colonial: la costa del Ecuador entre 1760 y 1820**. Quito: FLACSO, 1990.

CORSI, Francisco Luiz. As estratégias de desenvolvimento na América Latina e as transformações na economia mundial (1930-2008). **Brazilian Journal of International Relations**, v. 2, n. 2, p. 273-299, 2013.

CYPHER, James; ALFARO, Yolanda. Triángulo del neo-desarrollismo en Ecuador. **Revista Problemas del Desarrollo**, v. 185, n. 47, p. 161-184, 2016.

DAMAS, Germán Carrera. **El bolivarianismo-militarismo, una ideología de reemplazo**. Barcelona: Editorial Alfa, 2017.

DEAS, Malcolm. Venezuela, Colombia and Ecuador: the first half-century of independence. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge history of Latin America (volume III): from independence to c. 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 507-538.

DE LA TORRE, Carlos. El gobierno de Rafael Correa: posneoliberalismo, confrontación con los movimientos sociales y democracia plebiscitaria. **Revista Temas y Debates**, n. 20, p. 157-172, 2010.

DE LA TORRE, Carlos. Technocratic populism in Ecuador. **Journal of Democracy**, v. 24, n. 3, p. 33-46, 2013.

DE LA TORRE, Carlos. Ecuador after Correa. **Journal of Democracy**, v. 29, n. 4, p. 77-88, 2018.

DE LA TORRE, Carlos. Rafael Correa's technopopulism in comparative perspective. *In*: SÁNCHEZ, Francisco; PACHANO, Simón (eds.). **Assessing the Left Turn in Ecuador**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 91-114.

DELER, Jean-Paul. Transformaciones regionales y organización del espacio nacional ecuatoriano entre 1830 y 1930. *In*: MAIGUASHCA, Juan (ed.). **Historia y región en el**

Ecuador: 1830-1930. Quito: FLACSO-CERLAC, Corporación Editora Nacional, 1992. p. 295-353.

DÍAZ, Julián. La historia económica contemporánea de Ecuador, 1972–2015. *In:* DÍAZ-CASSOU, Javier; ARRANZ, Marta Ruiz (eds.). **Reformas y desarrollo en el Ecuador contemporáneo**. Washington; Banco Interamericano de Desarrollo, 2018. 7-36.

DIETERICH, Heinz. **Hugo Chavez y el Socialismo del Siglo XXI**. Barquisimeto: Fondo Editorial, 2005.

DOMINGUEZ, Jorge. Cuba since 1959. *In:* BETHELL, Leslie (ed.). **Cuba: a short history**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1993. p. 95-148.

DONGHI, Tulio Halperin. Economy and society in post-Independence Spanish America. *In:* BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge history of Latin America (volume III): from independence to c. 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 299-345.

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

DONGHI, Tulio Halperin. Economía y sociedad. *In:* BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina: América Latina independiente, 1820-1870**. Barcelona: Editorial Crítica, 1991. p. 3-41.

ECHEVERRÍA, Julio. Pandemia y economía en la coyuntura electoral. **Ecuador Debate**, Quito, n. 110, p. 7-18, 2020.

EQUADOR. Presidente (2007–2017: Rafael Vicente Correa Delgado). **Discurso de posesión del Presidente de la República, economista Rafael Correa Delgado en la mitad del mundo**. Quito, 15 jan. 2007. Disponível em: <https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/09/2007-01-15-Discurso-Posesi%C3%B3n-Presidencial-Mitad-del-Mundo.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

EQUADOR. Presidente (2007-2017: Rafael Vicente Correa Delgado). **Intervención conferencia magistral sobre el socialismo del siglo XXI**. Teerã, dez. 2008. Disponível em: https://www.presidencia.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2014/02/12-08-Conferencia_socialismo_sigloXXI_Iran.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

EQUADOR. Ministério da Educação. **Educação Intercultural Bilingüe**. Quito, (2017?). Disponível em: <https://educacion.gob.ec/educacion-intercultural-bilingue-princ/#>. Acesso em: 22 abr. 2021.

EQUADOR. Ministério de Saúde Pública. **Situación coronavirus Covid-19**. Quito, (2021a). Disponível em: <https://www.salud.gob.ec/wp-content/uploads/2021/06/INFOGRAFIA-NACIONALCOVID19-COE-NACIONAL-08h00-01062021.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2021.

EQUADOR. Consejo Nacional Electoral. **Elecciones Generales 2021**. Quito, (2021b). Disponível em: <https://app01.cne.gob.ec/Resultados2021>. Acesso em: 9 jun. 2021.

ESCOSURA, Leandro Prados de la. The economic consequences of independence in Latin America. *In:* BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John; CONDE, Roberto Cortés

(eds.). **The Cambridge economic history of Latin America (volume I): the colonial era and the short nineteenth century**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006. p. 463-504.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERNANDÉZ, Miguel Ángel; HERNANDEZ, Mario Martínez. Análisis de los efectos de la dolarización espontánea y oficial en hispanoamérica: la perspectiva keynesiana y liberal del sistema monetario. **Revista Lasallista de Investigación**, v. 15, n. 2, p. 33-48, 2018.

FERNÁNDEZ, Tomás *et al.*. Biografía de Rafael Correa. **Biografías y Vidas: la enciclopedia biográfica en línea**, Barcelona, 2004. Disponível em: https://www.biografiasyvidas.com/biografia/c/correa_rafael.htm. Acesso em: 20 jul. 2021.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. The Latin American economies, 1950-1990. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **Latin America: economy and society since 1930**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1998. p. 149-237.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia Editor, 1970.

GACHET, Iván *et al.*. The rise of the middle class in Ecuador during the oil boom. **Cuadernos de Economía**, v. 36, n. 72, p. 327-352, 2017.

GALLEGOS, Franklin Ramírez; STOESSEL, Soledad. Campos de conflitividade política e movimentos sociais no Equador da Revolução Cidadã. **PLURAL**, São Paulo, v. 22.1, p. 4-29, 2015.

GANCHEV, Ivo. China pushed the pink tide and the pink tide pulled China: intertwining economic interests and ideology in Ecuador and Bolivia (2005–2014). **World Affairs**, v. 183, n. 4, p. 359-388, 2020.

GARZÓN, Paulina; CASTRO, Diana. China-Ecuador relations and the development of the hydro sector: a look at the Coca Codo Sinclair and Sopladora Hydroelectric projects. *In*: PETERS, Enrique Dussel *et al.* (eds.). **Building development for a new era: China's infrastructure projects in Latin America and the Caribbean**. México: Asian Studies Center of Pittsburgh University, 2018. p. 24-57.

GLADE, William. Latin America and the international economy, 1870-1914. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge History of Latin America (volume IV): c. 1870 to 1930**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 1-56.

HERRERA-VINELLI, Lorena; BONILLA, Mateo. Ecuador-China relations: the growing effect of chinese investment on Ecuadorian domestic politics, 2007–2016. **Journal of Chinese Political Science**, n. 4, p. 1-19, 2019.

HOFMAN, André. Ecuador: desarrollo económico en el siglo 20. **Cuestiones Económicas -**

Banco Central del Ecuador, n. 21, p. 133-166, 1994.

HURTADO, Osvaldo. **O poder político no Equador**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

INDEX MUNDI. **Banco de dados**, 2021. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=petr%c3%b3leo-bruto-brent&meses=180>. Acesso em: 12 mai. 2021.

ITURRIETA, Elías Pino. El siglo XIX, o los “tumbos” del republicanismo. *In*: ITURRIETA, Elías Pino (coord.). **História mínima de Venezuela**. Cidade do México: Turner, 2018. p. 87-140.

JARAMILLO, Grace. Rafael Correa’s foreign policy paradox: discursive sovereignty, practical dependency. *In*: SANCHÉZ, Francisco; PACHANO, Simón (eds.). **Assessing the Left Turn in Ecuador**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 325-349.

JUSTEN, Agatha; GURGEL, Claudio. Mecanismos institucionais de participação social e barreiras estruturais: o caso do Equador. **Geminal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 82-100, 2017.

KLEIN, Herbert. **A concise history of Bolivia**. 2. ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

KNAPP, Gregory; VÉLEZ, Homero Pozo; MACLEOD, Murdo. **Encyclopedia Britannica**, 8 jun. 2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Ecuador#/media/1/178721/1295>. Acesso em: 16 jul. 2021.

KOHAN, Néstor. **Simón Bolívar y nuestra independencia: una lectura latino-americana**. Quito: Yulca Editorial, 2014.

KOZLOFF, Nikolas. **Revolution!:** South America and the rise of the new left. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.

KRUSTIYATI, Atik. Ecuador’s decision to grant asylum to Julian Assange: the manifestation of human security? **Jurnal Hukum Internasional**, v. 10, n. 3, p. 217-230, 2013.

LALANDER, Rickard; PERALTA, Pablo Ospina. Movimiento indígena y revolución ciudadana en Ecuador. **Cuestiones Políticas**, v. 28, n. 48, p. 13-50, 2012.

LARA, Felipe Burbano de. **La revuelta de las periferias: movimientos regionales y autonomías políticas em Bolivia y Ecuador**. Quito: FLACSO Ecuador, 2014.

LARA, Felipe Burbano de. Parricidas, leales y traidores: la dramática transición ecuatoriana hacia el poscorreísmo. **Ecuador Debate**, Quito, n. 102, p. 9-26, 2017.

LARREA, Carlos; GREENE, Natalia. Concentration of assets and poverty reduction in post-neoliberal Ecuador. *In*: NORTH, Liisa; CLARK, Timothy (eds.). **Dominant elites in Latin America: from neo-liberalism to the ‘Pink Tide’**. Cham: Palgrave Macmillan, 2018. p. 93-118.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018**. Santiago de Chile; 2018. 1-82.

LEVITSKY, Steven; LOXTON, James. Populism and competitive authoritarianism in Latin America. *In*: DE LA TORRE, Carlos (ed.). **Routledge Handbook of Global Populism**. Nova Iorque: Routledge, 2019. p. 334-350.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth. Latin America's "Left Turn": a framework for analysis. *In*: LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (eds.). **The resurgence of the latin american left**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011. p. 1-28.

LOPES, Dawisson Belém. A economia política da década bolivariana: instituições, sociedade e desempenho dos governos em Bolívia, Equador e Venezuela (1999-2008). **Revista Estudos Políticos**, n. 6, p. 261-277, 2013.

LYNCH, John. The origins of spanish american independence. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **The Cambridge history of Latin America (volume III): from independence to c. 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-50.

LYNCH, John. **América Latina, entre colonia y nación**. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

LYNCH, John. **Simón Bolívar: a life**. Filey: Yale University Press, 2006.

MACDONALD, Laura; RUCKERT, Arne. Post-Neoliberalism in the Americas: an introduction. *In*: MACDONALD, Laura; RUCKERT, Arne (eds.). **Post-Neoliberalism in the Americas**. Londres: Palgrave Macmillan, 2009. p. 1-18.

MADRID, Raúl. The emergence of ethno-populism in Latin America. *In*: DE LA TORRE, Carlos (ed.). **Routledge Handbook of Global Populism**. Nova Iorque: Routledge, 2019. p. 163-175.

MALAMUD, Andrés. Fragmentação e divergência na América Latina. **Relações Internacionais**, n. 24, p. 61-73, 2009.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MCKINLEY, Peter. **Pre-revolutionary Caracas: politics, economy and society 1777-1811**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MELÉNDEZ, Carlos; MONCAGATTA, Paolo. Ecuador: una década de correísmo. **Revista de Ciencia Política**, v. 37, n. 2, p. 413-447, 2017.

MELO, Milena Petters; BURCKHART, Thiago. A Constituição equatoriana de 2008: uma nova concepção de estado e pluralismo. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 3, p. 7-21, 2018.

MERRICK, Thomas. The population of Latin America, 1930-1990. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **Latin America economy and society since 1930**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1998. p. 3-61.

MONEDERO, Juan Carlos. Cara a cara con Rafael Correa | Entrevista. 2018. (41m01s).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1IcUbvecnbM>. Acesso em: 6 mar. 2021.

MONTIEL, Inés Quintero. El siglo XX: conquista, construcción y defensa de la democracia. *In: ITURRIETA, Elías Pino (coord.). **História mínima de Venezuela***. Cidade do México: Turner, 2018. p. 141-231.

MORA, Enrique Ayala. Ecuador desde 1930. *In: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de America Latina: los países andinos desde 1930***. Barcelona: Editorial Crítica, 2002. p. 259-300.

MORA, Enrique Ayala. **Resumen de historia del Ecuador**. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008.

MORENO, Christiana Borchat de. **La Audiencia de Quito: aspectos económicos y sociales (Siglos XVI-XVIII)**. Quito: Abya-Yala, 1998.

MORENO, Victor *et al.*. Biografía de Rafael Correa. **Busca Biografías**, 2 dez. 2017. Disponível em: <https://www.buscabiografias.com/biografia/verDetalle/9750/Rafael%20Correa>. Acesso em: 20 jul. 2021

MORSE, Richard. El desarrollo urbano de la Hispanoamérica colonial. *In: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina: América Latina colonial***. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. p. 15-48.

MUTUALISMO. Dicionário online Michaelis, 11 mai. 2021. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=mutualismo>. Acesso em 11 mai. 2021.

NOGARA, Tiago Soares *et al.*. Repercussões do desmantelamento da Revolución Ciudadana: as tensões políticas no Equador de Lenin Moreno. **Espacio Abierto**, v. 29, n. 3, p. 87-102, 2020.

NOVO, Carmen Martínez. Discriminación y colonialidad en el Ecuador de Rafael Correa (2007-2017). **Revista Alteridades**, v. 28, n. 55, p. 49-60, 2018.

OLIVARES, Alejandro; MEDINA, Pablo. La persistente debilidad institucional de Ecuador: protestas, elecciones y divisiones políticas durante el 2019. **Revista de Ciencia Política**, v. 40, n. 2, p. 315-349, 2020.

O'NEIL, Shannon. Latin America's populist hangover: what to do when the people's party ends. **Foreign Affairs**, 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/americas/2016-09-27/latin-america-s-populist-hangover>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Assembleia Geral. **Resolução nº 66/290, de 10 de setembro de 2012**. Dispõe sobre o conceito de Segurança Humana. Nova Iorque. 2012. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/476/22/PDF/N1147622.pdf?OpenElement>. Acesso em: 7 mai. 2021.

PAREDES, Manuel Rigoberto. **Mitos, supersticiones y supervivencias populares de**

Bolivia. La Paz: Libreros Editores, 1920.

POLGA-HECIMOVICH, John. Reshaping the State: the unitary executive presidency of Rafael Correa. *In: SANCHEZ, Francisco; PACHANO, Simón (eds.). **Assessing the Left Turn in Ecuador***. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 15-39.

PREBISCH, Raúl. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. **Desarrollo Económico**, v. 26, n. 103, p. 479-502, 1986 [1949].

QUÍCHUA. Dicionário online Michaelis, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=qu%C3%ADchua>. Acesso em 25 ago. 2021.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina: a pátria grande**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

RÍOS, Manuel Donís. Venezuela Colonial. *In: ITURRIETA, Elías Pino (coord.). **História mínima de Venezuela***. Cidade do México: Turner, 2018. p. 21-86.

RIVADENEIRA, Damian *et al.* (produtores). **Encuesta Nacional de Empleo, Desempleo y Subempleo (ENEMDU): Documento Metodológico**. Quito: Instituto Nacional de Estadística y Censos, 2018.

RODRÍGUEZ, Jaime. **The independence of Spanish America**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1998.

SANCHEZ-SIBONY, Omar. Classifying Ecuador's regime under Correa: a procedural approach. **Journal of Politics in Latin America**, v. 9, n. 3, p. 121-140, 2017.

SÁNCHEZ, Francisco; PACHANO, Simón. Introduction. *In: SÁNCHEZ, Francisco; PACHANO, Simón (eds.). **Assessing the Left Turn in Ecuador***. Cham: Palgrave Macmillan, 2020. p. 1-13.

SCOTT, Jonathan. Secularism from below: on the bolivarian revolution. *In: RECTENWALD, Michael; ALMEIDA, Rochelle; LEVINE, George (eds.). **Global secularisms in a post-secular age***. Berlim: De Gruyter, 2015. p. 223-233.

SECRETARÍA TÉCNICA PLANIFICA ECUADOR. **Banco de dados**, 2018. Disponível em: <https://www.planificacion.gob.ec/informacion-de-inversion-publica-series-historicas-2/>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SOTO, Alonso. Ecuador's Correa admits father was drug smuggler. **Reuters**, Quito, 15 abr. 2007. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUKN1423713820070414?edition-redirect=uk>. Acesso em: 5 mai. 2021.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. ¿La revolución ciudadana tiene quién la defienda? **Estudios Latino-americanos**, n. 36, p. 133-138, 2015.

STEIN, Stanley; STEIN, Barbara. **A herança colonial da América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

TAMAYO, Wilma Salgado. Economía ecuatoriana y tendencias recesivas de la economía mundial. **Ecuador Debate**, Quito, v. 16, n. 54, p. 5-18, 2001.

TANDETER, Enrique. The mining industry. *In*: BULMER-THOMAS, Victor; COATSWORTH, John; CONDE, Roberto Cortés (eds.). **The Cambridge economic history of Latin America (volume I): the colonial era and the short nineteenth century**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006. p. 315-356.

TAS, Bedri Kamil Onur; TOGAY, Selahattin. Efectos de la dolarización oficial en una pequeña economía abierta: el caso de Ecuador. **Investigación Económica**, v. 73, n. 290, p. 51-86, 2014.

TORRES, Ernani. Dolarização e crise no Equador a partir da hierarquia monetária Minskyana. **OIKOS**, v. 18, n. 3, p. 24-40, 2019.

TOVIO, Antonio Caballero. Análisis comparativo de los aspectos económicos y sociales que caracterizan a los países bolivarianos: retos y expectativas. **Pensamiento Crítico**, v. 23, n. 1, p. 69-96, 2018.

UM terço dos 2,7 milhões de moradores de Guayaquil, no Equador, contraiu a Covid-19. **G1**, 8 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/08/um-terco-dos-27-milhoes-de-moradores-de-guayaquil-no-equador-contraiu-a-covid-19.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2021.

VANHULST, Julien; BELING, Adrián. El Buen Vivir: una utopía latino-americana en el campo discursivo global de la sustentabilidad. **Revista Polis**, v. 12, n. 36, p. 497-522, 2013.

WEYLAND, Kurt. Clarifying a contested concept: populism in the study of Latin American politics. **Comparative Politics**, v. 34, n. 1, p. 1-22, 2001.

WILHELMI, Marco Aparicio. Possibilidades e limites do constitucionalismo pluralista: direitos e sujeitos na Constituição equatoriana de 2008. *In*: VERDUM, Ricardo (org.). **Povos Indígenas: constituições e reformas políticas na América Latina**. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC, 2009, p. 134-150.

WOLFF, Jonas. Ecuador after Correa: the struggle over the “Citizens’ Revolution”s. **Revista de Ciência Política**, v. 38, n. 2, p. 281-302, 2018.

WONG, Sara. El mercado de trabajo y los salarios mínimos en Ecuador. *In*: DÍAZ-CASSOU, Javier; ARRANZ, Marta Ruiz (eds.). **Reformas y desarrollo en el Ecuador contemporáneo**. Washington; Banco Interamericano de Desarrollo, 2018. 367-391.

WORDLICZEK, Rafal. The main issues in US-Ecuador relations in the 21st century. **Revista del CESLA**, n. 19, p. 175-197, 2016.

WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION – WITS. **Banco de dados**, 2021. Disponível em: <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/ECU/StartYear/2002/EndYear>

/2012/TradeFlow/Import/Indicator/MPRT-TRD-VL/Partner/CHN/Product/Total. Acesso em: 30 abr. 2021.

ZEUSKE, Max. Simón Bolívar, sua posição na história e na atualidade. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 2, p. 10-30, 2018.

ZUCKERMANN, Leo. Rafael Correa, expresidente de Ecuador, sobre el socialismo de siglo XXI - Es la hora de opinar | Entrevista. 2019. (33m21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pfIZSmJ4YJA>. Acesso em: 8 mar. 2021.